

RAMON CASTELLANO FERREIRA

FUTURO, AO FUTURO ELE CORRIA

Sousândrade e o lugar reservado aos povos indígenas n' *O Guesa*

**Niterói - RJ
2015**

RAMON CASTELLANO FERREIRA

FUTURO, AO FUTURO ELE CORRIA

Sousândrade e o lugar reservado aos povos indígenas n'O Guesa (1850-1890)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em História. Área de concentração: História Social. Linha de Pesquisa: cultura e sociedade.

Orientadora Prof^a. Dr^a. Maria Regina Celestino de Almeida

Niterói - RJ
2015

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

F383 Ferreira, Ramon Castellano.

Futuro, ao futuro ele corria: Sousândrade e o lugar dos povos indígenas n'O Guesa (1850-1890) / Ramon Castellano Ferreira. – 2015. 99 f.

Orientadora: Maria Regina Celestino de Almeida.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2015.

Bibliografia: f. 93-99.

1. Sousandrade, 1832-1902. Guesa. 2. Índio; aspecto social. 3. Segundo reinado, 1840-1889. 4. Estado. I. Almeida, Maria Regina Celestino de. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD B869.1009

RAMON CASTELLANO FERREIRA

FUTURO, AO FUTURO ELE CORRIA

Sousândrade e o lugar reservado aos povos indígenas n’*O Guesa* (1850-1890)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em História. Área de concentração: História Social. Linha de Pesquisa: cultura e sociedade.

Dissertação aprovada em 25 de junho de 2015

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a Maria Regina Celestina de Almeida
(Orientadora)

Prof^a Dr^a Ismênia Martins Lima – UFF - Niterói

Prof^a Dr^a Rebeca Gontijo – UFRRJ – RJ

Niterói - RJ
2015

Agradecimentos

Agradeço, em primeiro lugar, à Professora Regina, pela atenciosa orientação durante todo o período de desenvolvimento desta dissertação e por ter se mostrado, mais que uma orientadora, uma grande amiga. Além de sua erudição e olhar perspicaz, sou grato, sobretudo, pelo seu caráter compreensivo, o que se mostrou imprescindível nos momentos de dúvidas, acadêmicas e pessoais, que ameaçavam o desenvolvimento desta pesquisa.

Meus sinceros agradecimentos às professoras Ismênia Martins, Rebeca Gontijo, Giselle Venâncio e ao professor José Roberto, por terem, gentilmente, aceito o convite para participar da minha banca de mestrado. Às professoras Ismênia Martins e Rebeca Gontijo pelas críticas e sugestões, quando de sua participação em minha qualificação.

Ao programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense, onde desenvolvi esta dissertação, por ter encontrado ali todo o apoio nos trâmites acadêmicos necessários para a realização da pesquisa. A todos os funcionários da secretaria, sempre solícitos e simpáticos.

Às professoras dos seminários que tive oportunidade de cursar, Gizlene Neder, Ismênia Martins, Beatriz Catão e Magali Engel, por sempre se mostrarem dispostas à discussão e terem me proporcionado imensas contribuições cuja importância se mostrou incomensurável para o meu amadurecimento intelectual. Em especial, à professora Ismênia Martins, pelo seu entusiasmo e incentivo, pelo seu caráter afetuoso.

Agradeço a Emmanoel Boff pelo auxílio no feitura do resumo em inglês da presente dissertação.

Agradeço, ainda, aos colegas do GELHIS, grupo de trabalho cujas discussões e pesquisas, ainda no âmbito da minha graduação nas Faculdades Integradas Simonsen, foram de suma importância para o amadurecimento da ideia de dar prosseguimento à minha pesquisa. Em especial, agradeço aos professores José Roberto e Fernando Gralha, por todo incentivo e apoio.

Ao meu pai e à minha mãe por todo apoio que sempre me deram, desde a minha infância até a presente trajetória no mundo acadêmico. À minha filha, Mel, por ser esta criança maravilhosa e me proporcionar o prazer de ser pai. Aos meus sogros, Sidney e

Conceição, por toda a ajuda que tem me dado e por terem me proporcionado o prazer do convívio familiar.

Dedico esta dissertação a Mery, amor e companheira, sem a qual dificilmente teria dado continuidade aos meus estudos e projetos. Dancemos!

Resumo

FERREIRA, Ramon Castellano. *Futuro, ao futuro ele corria: Sousândrade e o lugar reservado aos povos indígenas n' O Guesa (1850-1890)*. 2015. 100 p. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

Esta dissertação analisa as ideias e propostas do poeta e intelectual Sousândrade (1832-1902) referentes aos debates acerca dos índios no Brasil de meados para fins do século XIX. A fonte principal é o poema épico *O Guesa*, e a abordagem focaliza o papel que esta narrativa teve dentro do projeto de nação encampado pelo poeta, projeto este que tinha como preocupação central a integração dos povos indígenas no Estado-nação por meio de políticas educacionais e civilizatórias. Escrito entre as décadas de 50 e 80 do século XIX, momento de consolidação e queda do Segundo Reinado, neste poema estão expostas as bases das concepções políticas do poeta maranhense no que diz respeito ao lugar que estes povos deveriam ocupar no seu projeto republicano de nação. Partindo desta análise, procurou-se perceber as linhas de continuidade e ruptura instauradas por Sousândrade, tanto no nível poético e temático, como na elaboração de uma nova narrativa para a nação. Reconfigurando alguns dos preceitos da poesia romântica, ressignificando o indianismo para fins republicanos, Sousândrade destacou-se por ter trazido para o poema contribuições muito peculiares, tais como o índio do presente em estado de decadência e o viés pan-americano, mas o fez conforme a lógica dominante ocidental, orientando-se pelos princípios gerais de civilização e progresso.

Palavras-chave:

O Guesa, Povos Indígenas, Estado-nação

Abstract

FERREIRA, Ramon Castellano. **Future, to the future he ran: Sousândrade and the place of indigenous peoples in “O Guesa” (1850-1890)**, 2015, 100 p. Dissertation (Master degree in History). Graduate Program in History, Fluminense Federal University, Niterói, 2015.

This dissertation analyzes the ideas and proposals of the poet and intellectual Sousândrade (1832-1902) regarding the debates on indigenous peoples in Brazil in the second half of the nineteenth century. The main source is the epic poem *O Guesa*, and the approach focuses on the role this narrative had within the project of nation defended by the poet. Within this project, the integration of indigenous peoples to the Brazilian Nation-estate -- by means of educational and civilizing policies -- is a central concern. Written between 1850 and 1880 - - decades which saw the consolidation and fall of the Second Reign -- this poem presents the bases of the political conceptions of the poet from the State of Maranhão concerning the place these peoples should occupy in the republican project of nation. Starting from this analysis, one tried to identify the continuities and brakes brought about by Sousândrade, not only at the poetical and thematic level, but also in the elaboration of a new narrative for the nation. Reshaping some of the precepts of romantic poetry and resignifying indigenism for republican ends, Sousândrade made an impact when he brought very peculiar contributions to the poem, such as the Indian of the present in a decadent state and the panamerican bias. However, he did so within the prevailing Western logic, following the general principles of civilization and progress.

Keywords:

O Guesa, Indigenous Peoples, Nation-Estate.

Para os dois grandes amores da minha vida:

Mery e Mel: Melry

*A terminante recusa da vida filistina
acaba por cancelar a visão de que vida e pureza são termos antitéticos
pois viver é se comprometer.*

Waly Salomão

Reservado é o mundo, em que o homem é o selo com armas do autor.

Sousândrade

Sumário

Introdução	14
Proposta Teórico-Methodológica em uma discussão com a crítica literária	15
Capítulo I: O Lugar Cativo de um <i>Guesa Errante</i>: o projeto republicano de Sousândrade e a narrativa d’<i>O Guesa</i>	
Apresentação	28
Emancipação política e Identidade Nacional	33
Um Maranhão em construção	36
<i>Atenas Brasileira</i>	38
Sousândrade e a <i>Atenas Brasileira</i>	43
Campanha republicana e posterior preocupação com a educação	48
Capítulo II: Sousândrade em 3D: indianismo Romântico, política indigenista e povos indígenas	
Apresentação	52
Joaquim de Sousândrade e o Indianismo Romântico	54
Política Indigenista, <i>O Guesa</i> e <i>O Estado dos Índios</i>	64
Os povos indígenas e as novas perspectivas historiográficas	71
Considerações Finais	73
Capítulo III: Uma Odisseia rumo ao futuro: <i>O Guesa</i> numa perspectiva pan-americana	
Apresentação	75
A especificidade americana: identidades em construção	78
Sousândrade e o imaginário crioulo: <i>O Guesa</i> numa perspectiva pan-americana...84	
Considerações Finais	90

Conclusão	91
Referências Bibliográficas	93

Introdução

Entre as décadas de 50 e 80 do século XIX, poetas, romancistas, historiadores e políticos participaram dos debates feitos sobre o lugar que os povos indígenas deveriam ocupar na jovem nação brasileira. Estes debates direcionavam-se à resolução de dois problemas principais.

Primeiramente, referiam-se à preocupação política e econômica acerca da inserção das populações indígenas no Estado nacional. Nesse ponto, discutia-se qual o melhor método a ser adotado, se pacífico e humanitário ou violento. Em segundo lugar, relacionando-se a questões ideológicas sobre o lugar que os povos indígenas deveriam ocupar na história pátria, buscavam-se vestígios históricos dos povos indígenas de modo a desvendar suas origens e a situação em que se encontravam no momento da chegada dos portugueses (TURIN, 2010).

Estas duas questões articulavam-se, em última instância, ao projeto civilizador levado a cabo pelo Estado Imperial no momento de construção da nação brasileira em termos modernos. As discussões levadas a cabo para a resolução de tais problemas eram fortalecidas pelas construções ideológicas dos intelectuais, os quais idealizavam os povos indígenas do passado, enquanto viam os contemporâneos como degradados, povos em vias de extinção (ALMEIDA, 2007; CUNHA, 1992; KODAMA, 2009; MONTEIRO, 1994).

A presente dissertação procura repensar o lugar que o índio ocupou na narrativa do poema *O Guesa*¹ do poeta e escritor maranhense Joaquim de Sousândrade, o Sousândrade. Apesar de trazer inovações linguísticas e de conteúdo importantes e de ter ressignificado o indianismo romântico para fins republicanos, as evidências empíricas apontam que no épico *O Guesa* Sousândrade encarou os índios conforme a lógica dominante ocidental, orientando-se pelos princípios gerais de civilização e progresso. Analisando os indícios encontrados no poema e em outros escritos do intelectual, pretendemos demonstrar como Sousândrade defendeu n'*O Guesa* uma política de integração dos povos indígenas para a consecução de seu projeto republicano de nação.

¹ Na presente dissertação será utilizada a versão que foi atualizada pela professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Luiza Lobo a qual foi publicada pela editora Ponteio em 2012.

Trata-se, portanto, de uma análise que pretende criar uma amálgama entre a narrativa épica presente n’*O Guesa* e as propostas e discussões feitas durante as décadas de 50 e 80 do século XIX sobre o lugar que os povos indígenas deveriam ocupar na nação brasileira, dando-se ênfase à atuação de Sousândrade neste debate.

Desta forma, *Futuro, ao futuro ele corria* inclui-se numa linha de pesquisa que tenta restituir aos artefatos estéticos e artísticos sua dimensão histórica, tratando de suas ligações com os fatos políticos que lhes deram espaço e forma. Tais pesquisas² contribuem para o entendimento de que arte interpreta o mundo ao mesmo tempo em que lhe dá novos sentidos, formando e sendo formada por experiências sociais e históricas específicas (SAID, 2011). Trata-se, em última instância, de encarar as obras de arte enquanto dotadas de significados que a vinculam a um determinado tempo e espaço, fazendo com que repensemos o lugar reservado aos povos indígenas no poema épico *O Guesa* do poeta e escritor Joaquim de Sousandrade.

Proposta Teórico-metodológica em uma discussão com a crítica literária

Preliminarmente, cabe informar que não há nenhum trabalho historiográfico sobre o poema épico *O Guesa* do poeta e escritor maranhense. Todos os trabalhos sobre o poema são provenientes ou do curso de Letras, teses de mestrado e trabalhos de conclusão de curso, ou da crítica literária. Entre estes trabalhos é possível visualizar, grosso modo, duas

² Refiro-me, sobretudo, à obra *Cultura e Imperialismo* (2011) de Edward W. Said. Neste livro, o autor vai propor que, se os romances escritos durante o período de avanço do imperialismo ocidental não devem ser vistos como meros reflexos do contexto em que foram criados, muito menos devem ser analisados como se bastassem a si mesmos, como meros artefatos estéticos voltados para o entretenimento. Segundo Said, estes romances devem ser encarados como narrativas importantes para o próprio funcionamento do imperialismo ocidental, fazendo parte ativa dele. Para uma discussão mais geral sobre as diferentes perspectivas teóricas a respeito da literatura e da poesia, ver Tzvetan Todorov, *A Literatura em Perigo* (2014). Segundo o autor, é preciso retirar a arte “do gueto formalista que interessa apenas a outras críticas, proporcionando a ela a abertura para os grandes debates de ideias do qual participa todo conhecimento do homem” (p. 89). Quando utiliza a expressão “gueto formalista”, Todorov está se referindo a diversas linhas teóricas que foram desenvolvidas durante o século XX, as quais, guardadas suas idiossincrasias, tendem a apresentar os textos poéticos e literários como mera aplicação da língua e do discurso. Para Todorov a arte interpreta o mundo, e as obras produzem sentido. Outro texto importante para esta discussão acerca das perspectivas teóricas sobre a literatura é o livro *Trópicos do Discurso: Ensaios sobre a Crítica da Cultura* (2014) de Hayden White, em especial o capítulo intitulado *O Momento Absurdistas na Teoria Literária Contemporânea*. Ver também *As Regras da Arte* (1996) de Pierre Bourdieu e *Cultura e Sociedade: de Coleridge a Orwell* (2011) de Raymond Williams. Para uma discussão abrangente sobre arte contemporânea, ver o livro *Estética Relacional* (2009) de Nicolas Bourriaud.

linhas interpretativas: de um lado dá-se ênfase ao caráter antecipador da obra do poeta maranhense, alguns chegando a defender o total apartamento, autonomia, de sua produção poética em relação ao contexto político e social no qual Sousândrade estava atuando; por outro, destacam-se as limitações impostas por estruturas mentais ou sociais sem, no entanto, serem devidamente aprofundadas as questões que balizavam as discussões sobre os povos indígenas de meados para o fim do século XIX.

Segundo a primeira linha interpretativa³, Sousândrade no poema épico *O Guesa* teria antecipado valores caros à nossa sociedade contemporânea, tal como a defesa de uma nação híbrida e multirracial. Para os autores que comungam com tal perspectiva, Sousândrade assim o fez, porque gozava de total autonomia em relação a qualquer tipo de compromisso social ou político.

No segundo vetor analítico⁴, reconhece-se que o poema *O Guesa* de Sousândrade estava pautado nos valores de civilização e progresso, mas não se analisa de modo mais acurado as discussões feitas sobre os povos indígenas durante o período de construção do poema, nem se inclui o poeta maranhense nestas discussões, tratando-se o poema épico *O Guesa* ou como mero reflexo destas discussões ou como representante delas.

Por outro caminho, o principal objetivo da presente pesquisa consiste em analisar o épico *O Guesa* como um artefato narrativo importante para a consecução do projeto republicano de nação encampado por Joaquim de Sousa Andrade, e, partindo desta questão, tentar desvendar que lugar Sousândrade reservou aos povos indígenas no poema e conseqüentemente no seu projeto de nação, rompendo-se assim a fronteira rígida entre o contexto social e político e a confecção do poema, tomando-o como parte ativa do processo histórico em que foi gestado.

Nesse sentido, tomamos de empréstimo uma assertiva do crítico de arte francês Nicolas Bourriaud, para quem

deveríamos falar mais em “formações” do que em “formas”: ao contrário de um objeto fechado em si mesmo graças a um estilo e uma assinatura, a arte atual mostra que só existe forma no encontro fortuito, na relação dinâmica de uma proposição artística com outras formações, artísticas ou não (2009, p. 29).

³ Este tipo de construção analítica vem sendo sedimentada desde a década de 60 do século XX quando os irmãos Campos lançaram o livro *Re Visão* de Sousândrade. Na verdade, pode-se dizer que tal delineamento toma como mote a frase lapidar escrita pelo próprio Sousândrade em 1877: “Ouvi dizer já por duas vezes que o ‘Guesa Errante’ será lido 50 anos depois; entristeci – decepção de quem escreve 50 anos antes”.

⁴ Nesse vetor, inclui-se o livro *A Visão do Ameríndio na Obra de Sousândrade* (2004) do italiano especialista em literatura brasileira Claudio Cuccagna.

Esta questão levantada pelo crítico francês em relação à arte contemporânea torna-se ainda mais relevante se for levado em consideração que no período histórico em que estamos nos detendo, a prática artística encontrava-se fortemente imbricada a outras práticas sociais, tais como a atuação política, a contribuição na imprensa, a obtenção de recursos através do mecenato de Estado.

Pierre Bourdieu deixa às claras esta situação no caso do *campo* artístico francês de meados para fins do século XIX.

Na ausência de verdadeiras instâncias específicas de consagração (a universidade, por exemplo, com exceção do Collège de France, praticamente não tem peso no campo), as instâncias políticas e os membros da família imperial exercem um domínio direto sobre o campo literário e artístico, não apenas pelas sanções que atingem os jornais e outras publicações (processos, censuras etc.), mas também por intermédio materiais ou simbólicos que estão em condição de distribuir: pensões (como a que Leconte de Lisle recebeu secretamente do regime imperial), acesso à possibilidade de ser encenado nos teatros, tocado nas salas de concerto ou de expor no Salão (cujo controle Napoleão III tentou tirar da Academia), cargos ou postos remunerados (como o posto de senador concedido a Saint-Beuve), distinções honoríficas, Academia, Instituto etc. (1996, p. 65).

Sousândrade não fez parte do grupo de intelectuais que cercava D. Pedro II. No Canto X d'*O Guesa*, ele denominou ironicamente este grupo como o “Coro dos Contentes”.

(Coro dos Contentes, TYMBIRAS, TAMOYOS,
COLOMBOS, etc., etc.; música de C. GOMES a
Compasso da sandália d'EMPEDOCLES:)
- ‘A mui poderosa e mui alta
Magestad do Grande Senhor’
Real!= ‘Semideus’!
- São Matheus!
= Prostrou-se o Himavata, o Thabor!

(*O Guesa*, SOUSÂNDRADE)

Porém, em sua juventude Joaquim de Sousandrade recorreu aos préstimos imperiais para obter auxílios financeiros com o fito de executar os seus projetos intelectuais, o que atesta o reconhecimento por parte do poeta da importância do domínio que o imperador exercia sobre o *campo* artístico e literário nacional. No Canto VI do poema, ao passar pela Corte, o poeta entabula uma audiência com o Imperador. De início, o tom é de esperança, e, Sousândrade-Guesa parece nutrir certa admiração pelo monarca.

Quando voz de consolo ouvi de meu irmão:
‘Por que desesperar? Filhos do império,
Temos nós um monarca verdadeiro,

Das letras protetor, um grande coração.
“De um palácio as escadas eu subindo,
Bem vi publicamente distribuindo
Moedas de ouro, e uma mão sabendo que outra dá:
Eu quis voltar; e andando, andei p’ra diante.
Veio então paternal, o ar elegante,
Deu-me a beijar a mão... – Será Fomagatá...?
“Supersticioso eu era, e mais sabia
De mim, quando dos sábios aprendia;
E o empréstimo pedi da minha educação.
Me apraza o príncipe à segunda audiência:
Contente volto, a esperança na consciência.

(*O Guesa*, SOUSÂNDRADE)

No entanto, logo o poeta percebe que seus anseios foram frustrados, e o tom que desponta no poema é de tristeza e decepção.

Descrer eu pude então. E o que fazer? Me rir?
“Chorei! As alamedas (que ele o conte)
Estrondaram meus passos, e na frente
Um sopro rotatório horrendo de huracão!
Oh! Se um rei é um homem, eu dizia,
Então por que outro homem não seria
Sem o *quid* teatral? Chorei minha nação.
“Cândido eu tinha o peito, qual das virgens
Filhas do Sol, no amor e sem vertigens
Em presença do trono. O empréstimo sem ter,
Voltou o desespero dos perdidos:
Foram por meu amor todos vendidos
Os servos da Vitória. Eu vi-me endoidecer!
“Mas, renasci do pranto que verteram
Em minha alma e da benção que me deram
Ao verem-me partir, dizendo: até os céus!...
- Quem são maus, os escravos? Os senhores!
- Quem, os povos? Os ruins imperadores!

(*O Guesa*, SOUSÂNDRADE)

Além disso, se Sousândrade não conseguiu obter os auxílios almejados junto ao imperador e nem conseguiu adentrar nos Salões imperiais, ele não deixou de fazer parte da elite maranhense, onde transitou com bastante desenvoltura.

Todas estas questões teóricas e metodológicas que envolvem o fazer artístico e papel do artista na sociedade do século XIX foram deixadas de lado pelos intérpretes do poema *O Guesa* de Sousândrade. Da morte do poeta em 1902 até a década de 60 poucas foram as menções feitas em âmbito nacional à produção poética de Joaquim de

Sousandrade⁵. Somente na década de 60 houve uma redescoberta de sua obra poética, mais especificamente, dos dois *Cantos Infernais d'O Guesa*, como ficaram conhecidos o segundo e décimo Cantos do poema. Como muito bem mostrou Lúcia Santaella no livro *Convergências: poesia concreta e tropicalismo* (1986), neste momento houve uma preocupação muito grande por parte de alguns artistas e intelectuais com a relação entre forma (técnica) e conteúdo nas linguagens visuais e poéticas. Segundo a autora:

Trata-se, como se pode ver, de uma luta por romper as clausuras impostas pela estrutura superficial de um código, para penetrar no âmago sintético de suas virtualidades. No recesso desse âmago, a tarefa de cada ou de todo artista se assemelha, seja ele músico, artista visual ou poeta: fazer gerar estruturas ainda não existentes, modos de formar que, pelo fato de levarem ao limite as configurações permitidas pela materialidade do código com que operam, desbordam as fronteiras deste código, tocando na medula mesma da linguagem, ou seja, medula que subjaz à aparente diversidade dos códigos. Disso decorre o sutil tangenciamento de códigos que a arte sempre perseguiu e arte contemporânea apresenta como dominante (p. 78).

Augusto e Haroldo de Campos na poesia, Caetano Veloso⁶ na música popular, todos se voltaram então para a produção poética de Sousândrade na busca de uma tradição de vanguarda nacional, que teria como elo a figura modernista de Oswald de Andrade. Foi nessa esteira que os irmãos Campos lançaram em 1964 o livro *Re Visão de Sousândrade*, onde foi erigido o principal vetor interpretativo com o qual ficou marcada a produção poética de Joaquim de Sousandrade: a antecipação. Ao se pautarem no caráter plástico e visual de sua criação poética, os poetas concretos retomaram os dois *Cantos Infernais d'O Guesa*, os quais continham “recursos tipográficos próprios da imprensa” (LOBO, 2012, p. 14), espécie de ruptura com o caráter essencialmente romântico⁷ presente no poema indianista.

⁵ Neste período, vários trabalhos em âmbito regional citam a obra de Sousândrade, mas não cabe no espaço desta dissertação analisar toda a produção que envolve a construção do autor-Sousândrade enquanto um poeta visionário, aquele que vê à frente, pois tal problemática cabe por si só em uma pesquisa em separado. Sendo assim, aponta-se esta questão como um possível desdobramento da presente pesquisa.

⁶ No disco *Araça Azul* de 1973, o compositor utilizará versos de Sousândrade em algumas de suas músicas. No entanto, como o mesmo mostrou no livro *Verdade Tropical* de 1997, a sua preocupação com uma poesia mais conceitual, transgressora da narrativa linear tradicional, foi mera passagem de um autor ainda em fase de amadurecimento.

⁷ No que diz respeito ao caráter essencialmente romântico do poema, há que se problematizar esta suposta ruptura aventada pelos irmãos Campos no que diz respeito à estética romântica. Na verdade, pode-se supor que estes dois Cantos infernais configuram-se como uma radicalização da estética romântica instaurada por Sousândrade no poema. No entanto, não cabe no espaço da presente dissertação aprofundar tal questão. Para entender melhor o rompimento que o romantismo buscava com a ordenação das coisas do mundo, ver Isaiah Berlin, *As Raízes do Romantismo* (2015). Ver também Rudiger Safranski, *Romantismo: uma questão alemã* (2010).

Não se pretende aqui questionar o valor dessa inovação linguística e formal presente no poema épico *O Guesa*, hipótese aventada pelos irmãos Campos. Aliás, isso parece inquestionável. O problema maior, entenda-se, é o desvio que Haroldo e Augusto de Campos fazem dessa inovação relativa à forma para o conteúdo presente neste poema, principalmente, no que diz respeito ao indianismo romântico, às questões relacionadas aos povos indígenas de meados para fins do século XIX, momento de consolidação e queda da Monarquia.

No texto *O Campo visual de uma experiência antecipadora: Sousândrade*, o crítico literário Luiz Costa Lima⁸ deixa este desvio bem claro. Ao constatar que a poética de Sousândrade estava marcada com uma pretensa “visualização da realidade” a qual seria “condição prévia para a descoberta do correspondente estético pelo artista” (1964, p. 478), Costa Lima imputa ao indianismo romântico de José de Alencar e Gonçalves Dias um determinado artificialismo, como se ambos fossem meros reprodutores das vogas românticas europeias.

O nosso indianismo é detestável pela europeização que os autores lhe impingiram. Bravos e fortes, justos e empertigados, os índios são falsos cavalheiros medievais, empacotados com folhas de palmeiras e juritis. Na noite do Solimões, Sousândrade encontra o índio entre reis e personagens clássicos, sábios e colonizadores, todos repartidos em grupos, falando sábia, cínica ou ironicamente do mundo. O índio degenerado dos seus costumes ingressa com o colonizador em um campo do imaginário onde intensificam a visão terrível de um mundo satanizado. Essa era uma das maneiras legítimas de o contato do branco com as populações aborígenes ser incorporado à literatura ocidental. Lamentavelmente o exotismo era (e é) uma atitude mais fácil (p. 498).

Em outras palavras, o crítico literário encontra a literatura “verdadeira” na medida em que a posiciona frente a uma literatura “falsa”, artificial.

No entanto, tal qualificativo “visualização da realidade” em oposição ao “artificialismo” romântico deve ser relativizado, porque o romantismo nacional de um modo geral também estava preocupado em captar “a cor local”⁹, entendida esta como princípio básico para a conformação da identidade nacional. Posicionar o romantismo enquanto diametralmente oposto ao cientificismo que então se gestava no século XIX é tomar como pressuposto dado a separação que então se processava entre os fazeres ditos científicos e os fazeres ditos poéticos. No livro *Trópicos do Discurso* (2014), sobretudo no capítulo intitulado *O Fardo da História*, Hayden White vai apontar para o risco que corre o

⁸ Professor emérito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ).

⁹ Nesse caso, ver o artigo *Narrativa, cor local e ciência. Notas para um debate sobre o conhecimento*

historiador ao tentar “justificar a disjunção radical entre arte e ciência” (p. 40). Segundo White, “a crença do século XIX na dessemelhança entre arte e ciência resultou de um mal-entendido promovido pelo medo que o artista romântico sentia da ciência e pela ignorância que o cientista positivista tinha da arte” (p. 41).

No livro *Sousândrade: Vida e obra* (1976), o Prof. Frederick Williams¹⁰ empreendeu um grande trabalho de pesquisa onde utilizou entrevistas de pessoas que de algum modo tiveram contato com o poeta. Embora tenha levantado muitos dados biográficos interessantes, sobretudo sobre a participação de Sousândrade na campanha republicana e posterior atuação na política maranhense após a queda da Monarquia, muitas vezes o tom laudatório prepondera e o autor parece querer mais elencar fatos dignos de memória do que empreender uma análise crítica.

Em relação aos estudos de Luiza Lobo, grande pesquisadora da obra do poeta, esta situação torna-se mais complexa. Sem entrar na discussão a respeito das interpretações que autora faz sobre os elementos estruturais e formais constitutivos do épico *O Guesa*, no livro *Tradição e Ruptura: O Guesa de Sousândrade* de 1979, assim como nos artigos reunidos no livro *Crítica sem Juízo* de 1993, o vetor interpretativo da antecipação é mais uma vez reforçado, ainda que a ela também cite os limites dessas transgressões no que diz respeito à estética romântica. Num desses artigos, *A Poética de Gonçalves Dias e de Sousândrade*, Lobo chega a aventar a ideia de uma possível autonomia literária conquistada por Sousândrade, defendendo, inclusive, que o poeta teria abandonado a temática nacional, diga-se, nacionalista. No último parágrafo deste texto, Lobo diz o seguinte:

Foi talvez Sousândrade o primeiro poeta brasileiro a conseguir a verdadeira autonomia literária na poética brasileira, exatamente quando se desligou da ideia de nacionalismo e, incorporando tradições românticas europeias, sul-americanas e norte-americanas, buscou enfatizar antes o espírito do narrador que a descrição do narrado. Portanto, para e se quisermos captar o verdadeiro espírito revolucionário do Romantismo brasileiro autônomo, é em Sousândrade e não em Gonçalves Dias que encontraremos este protótipo, assim como é em Machado e não em Alencar. E pouco importam os desequilíbrios de seu estilo (p. 145).

histórico no século XIX (2004) de Temístocles Cezar.

¹⁰ Frederick Williams, norte-americano especialista em estudos luso-brasileiros, ainda publicou em 2003 o livro *Poesia e Prosa Reunidas de Sousândrade*, importante fonte de pesquisa deste trabalho. Este livro foi organizado pelo historiador maranhense Jomar Moraes e contém farto manancial para pesquisa, pois há nele toda a produção de Sousândrade voltada para imprensa.

Entretanto, nos livros posteriores que tratou da obra de Sousândrade, *Épica e Modernidade em Sousândrade* (2005) e a introdução da edição atualizada d'*O Guesa* (2012), Lobo reviu alguns destes pontos, classificando o poeta como patriótico.

No livro *Épica e Modernidade*, a autora traz dados sobre a tradição épica, esmiuçando *O Guesa* e discutindo suas possíveis fontes de inspiração. Além disso, faz uma comparação entre a épica romântica europeia e a engendrada no Brasil e ainda analisa as partes tragicômicas do poema sem deixar de citar a herança romântica nestes fragmentos. Porém, a conclusão já aparece dada no primeiro capítulo, e, mais uma vez, enfatiza-se a antecipação modernista tão preconizada nas interpretações anteriores. É assim que Sousândrade aparece como “rebelde e marginal às instituições políticas” (2005, p. 9), errando pelo mundo, sem trabalhar e criar vínculos sólidos.

Em alguns casos, essa autonomia é levada ao exagero. Por exemplo, na dissertação de mestrado intitulada *Sousândrade-Guesa em “O Inferno de Wall Street”: poéticas políticas* (2008), Ana C. Cernicchiaro assume a perspectiva que vê o poeta como excluído, miserável, deslocado, onde se torna impossível qualquer tipo de análise mais abrangente sobre o poema. Neste texto, Cernicchiaro dá ênfase ao aspecto linguístico e analisa somente os dois cantos infernais d'*O Guesa*. Como dito anteriormente, não questiona-se aqui o fato de Sousândrade ter sido inovador na questão do léxico e até em algumas temáticas. Certamente, nos dois Cantos infernais, *A Dança do Tatuturema e O Inferno de Wall Street*, o poeta rompe com o cânone literário da época instaurando no poema uma violência linguística sem par na literatura brasileira do século XIX. No entanto, estes Cantos representam uma pequena parte da obra poética do maranhense, sendo arriscado tomá-los pelo todo.

Retornando aos trabalhos de Luiza Lobo, na introdução da edição atualizada d'*O Guesa*, trabalho de fôlego da autora, também aparecem alguns problemas para a presente investigação. Ainda na esteira da inovação, Lobo classifica o épico como “híbrido, mesclado e multicultural”, sem fazer uma análise mais acurada destas supostas qualidades. Nesse mesmo compasso, Alfredo Bosi disse que Sousândrade escreveu um “poema inspirado na utopia de uma América Latina multirracial” (2012, p. 54).

Antes de dar prosseguimento à discussão, é preciso enfatizar algumas questões teóricas para não se perder a especificidade histórica do nosso objeto de estudo, e, por conseguinte, sua amplitude interpretativa. Não se trata aqui de perguntar pura e simplesmente se o poema é híbrido ou multirracial, mas sim de tentar entender o modo em

que se articulam os atores políticos presentes no poema. Edward W. Said no livro *Cultura e Imperialismo* (2011), ao analisar romances, poemas e outros artefatos estéticos criados no período de avanço dos Impérios ocidentais durante o final do século XIX até meados do século XX, vai nos mostrar como estes artefatos devem ser compreendidos como elementos narrativos importantes para a consecução do próprio projeto imperialista ocidental, como parte constitutiva dele.

É difícil vincular esses diversos âmbitos, mostrar o envolvimento da cultura com os impérios em expansão, fazer observações sobre as artes que preservem suas características próprias e, ao mesmo tempo, indiquem suas filiações, mas digo que devemos tentar, e devemos situar a arte no contexto mundial concreto. Estão em jogo territórios e possessões, geografia e poder. Tudo na história humana tem suas raízes na terra, o que significa que devemos pensar sobre a habitação, mas significa também que as pessoas pensaram em ter mais territórios, e portanto precisaram fazer algo em relação aos habitantes nativos. Num nível muito básico, o imperialismo significa pensar, colonizar, controlar terras que não são nossas, que estão distantes, que são possuídas e habitadas por outros (2011, p. 39).

Esta é a principal questão que tentaremos responder nesta dissertação. Ao encarar *O Guesa* como um elemento narrativo importante dentro do projeto político encampado pelo poeta, qual o lugar que Sousândrade reservou aos povos indígenas no poema e conseqüentemente no seu programa republicano de nação? Já no início do Canto II, o poeta deixa entrever tal ligação. Contornando as Cordilheiras dos Andes pelo pacífico rumo ao rio Amazonas, no seu “vapor fumegando”, ele assim canta:

Vagas eternas, se escondeis no rio
Alguma coisa que, de mim, procuro
Neste afã mudo, solitário, obscuro
Embalançai, adormecei, - já creio...
Cante o nauta a partida na alvorada,
Retina à amarra o cabrestante opresso,
Rujam chamas fornalhas abrasadas,
Erga-se e trema o carro do progresso.

(*O Guesa*, SOUSÂNDRADE)

O “carro do progresso” seguia rumo ao rio Amazonas, local onde o poeta-Guesa iria se deparar com a triste realidade dos povos indígenas ribeirinhos, os quais não mais contavam com o brio guerreiro do passado.

Mas, que danças! Não são mais as da guerra,
Sacras danças dos fortes, rodeando
A fogueira que estala e a, que inda aterra,
Vitória os hinos triunfais cantando.

(*O Guesa*, SOUSÂNDRADE)

A estes povos que não dançavam mais as danças da guerra de um passado remoto, Sousândrade destina um futuro a ser alcançado pela catequização, simbolizada pelo símbolo da cruz.

E nem pelos combates tão feridos,
Tão sanguinárias, bárbaras usanças;
Por esta religião falsa d'esperanças
Nos apóstolos seus, falsos, mentidos.
Ai! Vinde ver a transição dolente
Do passado ao porvir, neste presente!
Vinde ver do Amazonas o tesoiro,
A onda vasta, os grandes vales de oiro!
Imensa solidão vedada ao mundo,
Nas chamas do equador, longe de luz!
Donde fugiu o tabernáculo imundo,
Mas onde ainda não abre o braço a cruz!

(*O Guesa*, SOUSÂNDRADE)

Deste modo, é possível afirmar que estes intérpretes tentam dar à obra de Sousândrade um caráter que foge ao contexto social e político no qual o poeta viveu e atuou. Não que Joaquim de Sousandrade tenha sido um mero reproduzidor das estruturas sociais, mentais e políticas de seu tempo. Não é isso. No entanto, se o poeta pôde elaborar uma visão muito própria das questões que foram discutidas na sociedade do seu tempo, com elas interagindo de maneira criativa, é porque ele estava imerso neste contexto, elaborando as suas ideias poéticas e políticas a partir de sua vivência e das problemáticas que lá estavam em circulação. Segundo Said, os escritores não são

mecanicamente determinados pela ideologia, pela classe ou pela história econômica, mas estão profundamente ligados à história de suas sociedades, moldando e moldados por essa história e suas experiências sociais em diferentes graus (2011, p. 24).

Nicolas Bourriaud, em sua obra intitulada *Estética Relacional* (2009), vai propor que a arte deve ser pensada como interstício social. Em sua crítica ao postulado moderno de análise que tendia a ver as obras de arte enquanto dotadas de autonomia, o crítico de arte francês vai propor a ideia de uma estética relacional cuja premissa básica consiste em “uma arte que toma como horizonte teórico a esfera das interações humanas e seu contexto social mais do que a afirmação de um espaço simbólico autônomo e privado” (p. 19)

Nesse sentido, Claudio Cuccagna, no livro *A Visão do Ameríndio na Obra de Sousândrade* (2004), diferentemente das interpretações citadas anteriormente, foi capaz de captar a historicidade do poema *O Guesa* do poeta maranhense, indicando as relações do pensamento do intelectual no que diz respeito às “questões indígenas” de meados para fins

do século XIX. Porém, tanto no que diz respeito ao indianismo romântico quanto no tocante à política indigenista, o autor parece explorar a fácil dicotomia entre o que chama de idealismo dos precursores românticos e o suposto realismo presente na obra poética de Sousândrade.

É assim que o autor opõe a obra do poeta ao do seu conterrâneo Gonçalves Dias. Ora, se há uma oposição aí, ela não pode ser vista de modo estanque. Em relação ao tratamento dado à colonização, por exemplo, Gonçalves Dias também criticou acerbamente a empresa colonial portuguesa. Nas palavras de Treece:

Gonçalves Dias escreveu algumas das denúncias mais apaixonadas da escravidão negra e do genocídio dos índios, e vinculou a elas uma acusação cáustica da marginalização social sob o Império. Mas ele jamais contestou a mitologia nacionalista integracionista da qual dependia a continuidade do *status quo* imperial (2008, p. 150).

É o que se pode notar num trecho retirado do poema *Deprecação*. Denunciando a empresa colonizadora, Gonçalves Dias assim cantou:

Tupã, ó Deus grande! Cobriste o teu rosto
Com denso velâmen de penas gentis;
E jazem teus filhos clamando vingança
Dos bens que lhes deste da perda infeliz!
Tupã, ó Deus grande! Teu rosto descobre:
Bastante sofremos com tua vingança!
Já lágrimas tristes choraram teus filhos,
Teus filhos que choram tão grande mudança.
Anhangá impiedoso nos trouxe de longe
Os homens que o raio manejam cruentos
Que vivem sem pátria, que vagam sem tino
Trás do ouro correndo, voraces, sedentos.

(*Deprecação*, GONÇALVES DIAS)

Sendo assim, pode-se dizer que Gonçalves Dias também viu a empresa colonizadora de modo crítico, mas só Sousândrade foi capaz de relacioná-la a uma perspectiva antimonárquica. Deste modo, a interpretação de Cuccagna carece de contextualização mais aprofundada, pois é só a partir da década de 60 que o Segundo Reinado começa a sofrer críticas mais contundentes em várias frentes. Foi assim que Sousândrade, atuando neste novo contexto, ressignificou o índio para fins republicanos e denunciou a política indigenista levada a cabo pelo Estado imperial no seu poema épico *O Guesa*, propondo um modelo republicano de nação, no qual os índios deveriam ser integrados na condição de cidadãos.

Em relação à proposta de uma política indigenista defendida por Sousândrade, ainda pautado numa trama de oposições, Cuccagna ressalta o viés humanitário presente na obra do poeta maranhense, atrelando-o ao seu componente realístico. Sobre o tratamento estético dado por Sousândrade ao índio “decrépito” presente no Canto II d’*O Guesa*, assim diz:

Nenhum outro indianista brasileiro, e em primeiro lugar Gonçalves Dias – que, mesmo, mais do que todos, em seguida à sua nomeação de chefe da seção de Etnografia da Comissão Científica de Exploração (1856-1862), conheceu o análogo estado de crise do mundo indígena -, denunciou essa situação em criação literária permeada por um forte realismo como, ao contrário, soube fazer Sousândrade no Canto II da sua obra-prima. No âmbito da literatura indianista brasileira da segunda metade do século XIX, a operação desenvolvida por Sousândrade assume um caráter decididamente único (2004, p. 127).

Ou seja, Cuccagna opõe o índio mestiço e degradado d’*O Guesa* ao seu oponente ideal, guerreiro e brioso, o indígena do passado exaltado pelos precursores do romantismo nacional. Nesse sentido, pode-se dizer que a interpretação de Cuccagna parece não escapar da polarização anteriormente construída entre um suposto “idealismo” dos precursores românticos e um pretenso “realismo” presente no poema épico *O Guesa*.

Embora alguns indícios encontrados no poema apontem em tal direção, convém problematizá-los, pois muitas vezes classificar os índios como mestiços e degradados, isto é, negar a sua identidade, servia como um forte argumento que tinha por fim legitimar ações pedagógicas e colonizadoras, assim como avançar sobre suas terras. E mais: muitos dos intelectuais que defendiam as ideias assimilacionistas baseadas nas noções de civilização e progresso, mesmo aqueles que não contestavam a política indigenista imperial, visavam ao bem dos índios, entendido por eles como acesso à civilização.

A dissertação divide-se em três capítulos intitulados *O lugar cativo de um Guesa Errante: o projeto republicano de Sousândrade e a narrativa d’O Guesa*, *O Guesa de Sousândrade em 3D: indianismo romântico, política indigenista e povos indígenas* e *Uma Odisseia rumo ao futuro: O Guesa numa perspectiva pan-americana*. O primeiro trata da atuação de Joaquim de Sousândrade no Maranhão de meados para fins do século XIX. Seu principal objetivo é analisar as redes de sociabilidade tecidas pelo poeta no período em questão, enfatizando o seu engajamento na campanha republicana e o fato de Sousândrade estar encampando um determinado projeto de nação republicana, por meio do qual, defendia uma política de assimilação dos povos indígenas.

O segundo capítulo trata d'*O Guesa* de Sousândrade tendo como parâmetro as complexas discussões acerca dos índios entre as décadas de 50 e 90 do século XIX. Tais debates envolviam tanto o passado das populações nativas quanto o seu futuro. Passado, porque almejava-se incluí-las em uma história nacional em construção. Futuro, porque discutia-se a possibilidade ou não de integrar os povos indígenas que ainda habitavam o território nacional no projeto de nação soberana em constituição. O seu principal objetivo é analisar, sem deixar de lado as disjunções encontradas no épico, os pontos de confluência entre a narrativa presente n'*O Guesa* e estes debates que envolviam os povos indígenas.

Finalmente, o capítulo 3 trata do modo como Sousândrade refundiu os discursos das elites crioulas envolvidas nos processos de independência na América espanhola n'*O Guesa*, principalmente nos seus dois últimos Cantos. O seu escopo central é analisar como Sousândrade, ao jogar com estes discursos, teceu a ligação entre o passado, o presente e o futuro dos povos indígenas no seu épico indianista. Este capítulo conclui a dissertação afirmando que Sousândrade destinou aos índios um futuro determinado, cujo alcance deveria se dar através das políticas assimilacionistas pautadas nas noções modernas de civilização e progresso.

Capítulo I

O Lugar Cativo de um *Guesa Errante*: o projeto republicano de Sousândrade e a narrativa d'*O Guesa*

Apresentação

Joaquim de Sousândrade nasceu no Maranhão em 1832 e aí faleceu em 1902. Filho de uma família aristocrática em decadência, o poeta e escritor republicano teve uma vida atribulada e andou por diferentes paragens, o que não obsteu o seu trânsito entre a elite maranhense da época. O poeta permaneceu no continente europeu¹¹ entre os anos de 1854 e 1856, tendo estudado engenharia na Sorbonne em Paris¹². No final da década de 50, fez uma viagem pelos rios Amazonas e Solimões, onde manteve contato com as populações indígenas ribeirinhas. Em 1871, partiu junto de sua filha para Nova Iorque, retornando ao Brasil em 1878, de onde saiu em viagem rumo à América Hispânica, visitando o Peru e o Chile. Depois desta viagem, Sousândrade voltou aos Estados Unidos, onde atuou como vice-presidente do periódico de linha positivista *O Novo Mundo* até 1885, quando retornou definitivamente ao Maranhão e passou a atuar ferrenhamente na campanha republicana através da imprensa.

Em uma de suas edições, *O Guesa*, obra de nítido caráter autobiográfico, recebeu o nome de *Guesa Errante*. No que diz respeito ao qualificativo “errante” como sinônimo de marginal, pode-se relativizá-lo, pois, se Sousândrade não pertenceu ao grupo de intelectuais que cercava D. Pedro II, não deixou, entretanto, de fazer parte da elite maranhense, onde gozava de enorme prestígio social e transitava com facilidade. Além

¹¹ No Canto VII d'*O Guesa* há indicações da estada do poeta no continente europeu. Além desse dado, Camilo Castelo Branco, contemporâneo de Sousândrade, no livro *Cancioneiro Alegre* diz o seguinte sobre o período em que o poeta maranhense esteve na Europa: “Sousa Andrade peregrina na Europa há bastantes anos com muito gênio, isso eu juro, e com muito dinheiro, iria também jurá-lo. Esteve em Sintra, em Londres, em França, morou em Auteuil” (1973, p. 109).

¹² O fato de o poeta ter estudado engenharia na França poderia ser tomado na argumentação do presente capítulo como um indício muito forte a ser considerado em relação à participação de Sousândrade na campanha republicana haja vista ter sido o movimento republicano impulsionado sobretudo pela Academia Militar em fins do século XIX no Brasil. Embora a mentalidade cientificista estivesse presente nas faculdades de direito e medicina, foi na Escola militar que a engenharia, a matemática e as ciências se tornaram hegemônicas (MELLO, 2011). No entanto, a escassez de fontes relacionadas a este fato não nos permite tecer esta relação de modo satisfatório.

disso, se o poeta não participou do projeto de construção de uma memória coletiva no âmbito do Estado Imperial, não deixou, por outro lado, de compactuar com seus ideais de progresso e superioridade europeia, sobretudo no que diz respeito ao tratamento dispensado aos povos indígenas¹³.

Em 1902 o poeta publicou um Canto Epílogo para o poema. Neste Canto, figuras importantes envolvidas na deposição da Monarquia, tais como Deodoro da Fonseca e Benjamim Constant, ganharam destaque. Ainda que não seja utilizada na presente dissertação, a publicação deste epílogo indica que Sousândrade encarava o poema épico *O Guesa* como uma narrativa importante para a afirmação de seu projeto de nação. Por fim, cabe notar que as datas presentes nos Cantos do poema referem-se não ao seu ano de publicação, mas ao período em que os fatos narrados aconteceram.

No presente capítulo, iremos analisar o modo pelo qual o Maranhão foi incluído no projeto de construção da nação soberana brasileira em termos modernos, dando ênfase à atuação de Sousândrade na província de meados para fins do século XIX, momento de consolidação e queda da Monarquia Constitucional.

Traremos à baila a rede de sociabilidade pela qual Sousândrade transitou no Maranhão no período em questão. Para tal finalidade, iremos identificar e relacionar os agradecimentos, menções, dedicatórias e homenagens presentes no corpo dos artigos jornalísticos escritos pelo poeta, analisando o conteúdo dos mesmos a fim de verificar quais ideias foram propugnadas por Sousândrade durante sua participação na campanha republicana na província do Maranhão através da imprensa, espaço público institucional de grande importância para o fortalecimento da opinião pública da época, local onde as refregas ideológicas e simbólicas foram travadas acirradamente, sobretudo a partir da década de 80, quando do fortalecimento das campanhas abolicionista e republicana. Por fim, iremos tratar do projeto apresentado por Sousândrade de constituição da Universidade *Nova Atenas*, a qual deveria contar com uma cadeira de Direito Indígena.

Os artigos jornalísticos escritos por Sousândrade que serão utilizados na argumentação do presente capítulo encontram-se no livro *Poesia e Prosa reunidas de Sousândrade*¹⁴. No conjunto destes artigos foram selecionados três aspectos que serão

¹³ Esta questão será apontada no final do presente capítulo quando formos tratar do projeto de criação de uma universidade que o poeta apresentou ao governo do Estado do Maranhão em 1894.

¹⁴ Organização de Frederick Willians e Jomar Moraes. São Luís: Academia Maranhense de Letras, 2003.

relacionadas à confecção do poema em construção *O Guesa*, épico escrito entre as décadas de 50 e 80.

No primeiro aspecto destacado, a principal preocupação do intelectual era a literatura, questões estéticas e poéticas, para ser mais preciso. Ainda com seus vinte e poucos anos, entre as décadas de 50 e 60, Sousândrade, nesses primeiros escritos jornalísticos, parece muito cioso sobre a recepção de suas obras poéticas, daí a citação no próprio corpo dos artigos de comentários feitos a obras suas e a sua *persona*. Este primeiro aspecto será tratado na parte intitulada *Sousândrade e a Atenas Brasileira*.

Os segundo aspecto refere-se aos anos de 1888 e 1889. Nele é possível visualizar o engajamento político de Sousândrade na campanha republicana no Maranhão. Nesse sentido, é interessante notar o papel que o escritor atribui a si e a seus pares na condução política em direção à República. Da tribuna da imprensa, para Joaquim de Sousândrade, o modo de se chegar à República deveria ser o mesmo modo a que se chegou à Abolição, através da “pressão *violenta* e pacífica da opinião pública, a convicção irrevogável da verdade”.¹⁵

O terceiro e último aspecto consiste em artigos que versam sobre a possível concretização do programa que o intelectual ofereceu ao governo do Estado do Maranhão, qual seja: a criação de uma Academia de Letras e Ciências, posterior Universidade *Nova Atenas*. Após a instauração do regime republicano, Sousândrade vai se dedicar exclusivamente a este propósito educacional. Dentro de seu projeto republicano de nação, o intuito principal era “elevar o nosso Estado” republicano que “requer o mais *amplo* derramamento das luzes de todos os conhecimentos científicos”¹⁶. O segundo e terceiro aspectos serão tratados na parte intitulada *Campanha republicana e posterior preocupação com a educação*.

Cabe notar que os cinco primeiros Cantos da edição definitiva d’*O Guesa* fazem menção ao ano de 1858. Não há neles nenhuma menção à queda da Monarquia e à campanha republicana. Embora já estejam presentes a valorização do espaço americano e uma crítica acintosa à condição dos povos indígenas presentes em solo nacional, não havia ainda uma ligação entre estas questões e os ideais republicanos que seriam defendidos pelo poeta na década de 80.

¹⁵ Organização de Frederick Willians e Jomar Moraes. São Luís: Academia Maranhense de Letras (2003, p. 504 [Friso nosso]). Sousândrade publicou este artigo no periódico *O Novo Brasil* em 30 de abril de 1889.

¹⁶ Organização de Frederick Willians e Jomar Moraes. São Luís: Academia Maranhense de Letras (2003, p. 504 [Friso nosso]). Sousândrade publicou este artigo no periódico *O Federalista* em 14 de julho de 1884.

O entrelaçamento entre a estética romântica e a campanha republicana encampada por Sousândrade só começa a se concretizar no Canto IX da narrativa d’*O Guesa* o qual está datado com ano de 1871. Neste Canto, Sousândrade narra sua travessia junto de sua filha Maria Bárbara rumo aos Estados Unidos da América. “Perdido náufrago no mundo”, o poeta parte

Para o errante desterro, para a luta
De extermínio, sou gladiador, eu sigo:
Coroas produz a terra, que sepulta;
E ao que dentro de si leva o inimigo,
E lhe arena o universo – em qualquer parte
Pugnam, cruzam-se os peitos aos destinos,
Já sangrando ao clarão do astro de Marte,
Já podendo ser surdos à força de hinos!

(*O Guesa*, SOUSÂNDRADE)

Com o espírito atormentado, o Guesa-Sousândrade exalta o espaço americano, unindo os Andes ao rio Amazonas.

Pátrias das calmas do equador, dos grandes
Rubis dos astros, das ardentes zonas
Do maremoto, dos vulcões dos Andes
Tronos do sol e os raios – Amazonas!
Amazonas! Ó mar mediterrâneo
Presentido El Dourado de tesouros
Hóspede misterioso do oceano,
Pátria do mundo em séculos vindouros.

(*O Guesa*, SOUSÂNDRADE)

Adiante em sua travessia pelo atlântico, Sousândrade passa pelas Antilhas, não sem antes se lembrar das atrocidades cometidas pelos conquistadores espanhóis e da escravidão. Mas será com o exemplo do México imperial ocupado pelos franceses que Sousândrade desferirá sua crítica ao despotismo do Império brasileiro. Criticando o apoio dado por D. Pedro II ao Imperador Maximiliano de Habsburgo, Sousândrade assim canta.

Cora, Brasil, do reconhecimento
Teu ao domínio do invasor estranho
No continente nosso; e em teu momento
Pensa no terror estólido e tamanho!
Mas, às festas do sangue e dos espólios
Dos lobos d’além-mar veem os jaguares
São-lhes próprias montanhas, capitólios;
Era guatimozin... mas é Juárez!

(*O Guesa*, SOUSÂNDRADE)

Sousândrade termina a estrofe citando o republicano Benedito Juárez (1806-1872), o qual atuou na resistência contra os franceses e depôs o imperador Maximiliano em 1867. Na última estrofe do Canto IX, Sousândrade exorta o homem americano à liberdade.

Quando dos povos a maioria
Reconheçam os reis; cada senhor
Veja-se em cada escravo; e a humanidade
Em si cada homem, realeza e amor!

(*O Guesa*, SOUSÂNDRADE)

No Canto X¹⁷ d'*O Guesa*, que está datado com ano de 1873 e foi publicado em 1877 em Nova Iorque, Sousândrade já parecia nutrir certa simpatia pela república norte-americana, e noções como democracia e liberdade norteiam a narrativa inicial do Canto.

Livre terra! Onde à luz da liberdade
Os raios Franklin subjugou dos céus;
Venceu Fulton do mar a tempestade;
E Washington disseras ser um deus!

(*O Guesa*, SOUSÂNDRADE)

Ainda neste Canto, Sousândrade relembra seu encontro com o imperador Pedro II, o qual lhe teria negado uma concessão de bolsa de estudos¹⁸.

E tudo que dos homens só depende,
Foi-me contrário, o juízo, a lei, o foro;
Grau, que a todos a escola lhes concede,
Foi-me negado; a pública opinião
Julgou-me estranho; nos negócios quando
Sempre a consciência do íntimo decoro,
Os que a bolsa levaram-me, gritando
Apontaram-me p'ra mim, que era ladrão!

(*O Guesa*, SOUSÂNDRADE)

Depois destas reminiscências, o poeta-Guesa continua seu caminho para além dos Andes, rumo à América do Norte, não sem antes proclamar o seu futuro glorioso.

Ave César! Tu és vitorioso.
Eu o serei –
E o meu abrigo acharam
Não tenho mais refúgio sobre a terra?
- Às prometidas plagas nunca entraram
Os eleitos dos céus. Além da Serra,
É nos seios azuis da natureza,

¹⁷ Os Cantos V, VI, VII e VIII foram publicados durante a década de 50 e 60.

¹⁸ No Canto VI, Sousândrade narra a sua ida ao Palácio de São Cristovão para a realização de uma entrevista com o imperador. Esperando do monarca ilustrado a obtenção de um auxílio de estudos, seus sonhos acabam frustrados e, segundo a narração do poeta, ele-Guesa teve que vender os escravos para financiar os estudos na Europa.

Nas chamas dos vulcões, do sul nos grandes
Mares, ao ocidente, além dos Andes,
Que irá na glória descansar o Guesa!

(*O Guesa*, SOUSÂNDRADE)

Em 1884, com a edição definitiva do poema, fechava-se o ciclo narrativo do épico. Jogando de modo criativo com os discursos das elites crioulas insurgentes envolvidas nos processos de independência da América Espanhola, sobretudo nos Cantos XI e XII¹⁹ d’*O Guesa* Sousândrade deixa explícita a sua luta pela implantação do regime republicano no Brasil. Cercado de repúblicas, o destino do Império brasileiro estava selado na narrativa d’*O Guesa*. No final do poema assistimos ao retorno do poeta-Guesa a sua terra natal. Em 1885, Sousândrade retorna definitivamente ao Maranhão.

Antes, porém, de ser analisada a atuação de Sousândrade no Maranhão de meados para fins do século XIX, vejamos o modo como se deu a inserção da província no Estado nacional então emergente.

Emancipação política e Identidade nacional

Em 1822 o Brasil conquistava a emancipação política do Império Português num processo cambaleante que se iniciara em 1820 com a Revolução liberal do Porto a qual, inicialmente, impôs o retorno de D. João VI a Portugal. Durante este período, à medida que recrudesciam os anseios monopolizadores das burguesias do Porto e de Lisboa representadas nas Cortes lisboetas, ganhava corpo, por parte da burguesia mercantil enraizada no Brasil, a ideia de separação política do território brasileiro. Como muito bem mostrou Gladys Sabina Ribeiro no livro *A Liberdade em Construção*, “ela foi muito mais obra do *combate pela liberdade*, que até o último momento se pensava em obter *dentro da Nação portuguesa*” (2002, p. 45). Segundo a autora, a construção de significados para o termo Liberdade foi se transformando em “Causa Nacional” de fins do ano de 1821 e ao longo do ano seguinte, liberdade que foi se transmutando em autonomia política em relação a Portugal. Em suas palavras: “Examinar o antilusitanismo no período é antes de

mais nada debruçar-se sobre a busca de diferentes acepções e vivências da liberdade” (2002, p. 21).

Ou seja, a emancipação total forjou-se dentro de um processo histórico específico que culminou na declaração de independência do Brasil em setembro de 1822. Segundo a autora, que recusa as interpretações que colocam o problema na crise do sistema colonial, este processo consistiu em “disputas pelo predomínio econômico e pela conquista de mercados entre a burguesia enraizada no Brasil, por um lado, e os projetos de crescimento e fortalecimento dos negociantes lusitanos do Porto e de Lisboa, na época da Regeneração, de outro” (2002, p. 35).

Nesse momento, a elite interiorizada²⁰ no sudeste que apoiava D. Pedro I optou pela via constitucional e monárquica, solução apropriada para a conservação da unidade do território. Porém, o governante deveria ser constitucional, respeitando representantes do legislativo e das províncias, o que não se concretizou com a dissolução da Constituinte em 1823. Diante de tal acontecimento, a autoridade do Imperador passou a ser questionada, sendo sua figura ligada ao “ser português”, sinônimo de “absolutista”.

A união de todos, motivada pela Independência, se esvaía. Desfazia-se frente a interesses divergentes e desorganizadores. Acusavam-no de projetar a união com o Governo Português. Os diferentes projetos das “facções” semeariam a discórdia entre os nascidos no Brasil e em Portugal (RIBEIRO, p. 85, 2002).

A partir daí, “ser português” foi se transformando na adesão aos projetos do Imperador “absolutista”. Iniciava-se então a construção da identidade²¹ do “ser brasileiro” em contraposição a do “ser português”, o outro do qual era preciso se diferenciar. Importante ressaltar que esta construção ainda não se dava de modo sistemático, o que só viria a se solidificar a partir do final da década de 30, sobretudo com a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1838.

No entanto, este processo não pode ser visto de forma simplista. Há que se notar os interesses dissonantes dos negociantes “nortistas”, muito mais interessados em manter os

¹⁹ Neste caso, ver o capítulo III da presente dissertação. Nele trataremos do modo como Sousândrade trabalhou com os discursos das elites crioulas insurgentes nos dois últimos cantos d’*O Guesa*.

²⁰ Neste caso, ver *A interiorização da metrópole e outros estudos* (DIAS, 2009). Neste estudo, Maria Odila vai demonstrar como a vinda da corte com o enraizamento do Estado português no centro-sul daria início à transformação da colônia em metrópole interiorizada no Rio de Janeiro. Ver também *O Arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia – Rio de Janeiro, 1790 – 1840* (FLORENTINO & FRAGOSO, 2001). Ambas as pesquisas vão questionar as interpretações correntes sobre o processo de independência no que diz respeito ao problema da crise do sistema colonial.

²¹ No segundo capítulo da presente dissertação, iremos tratar desta questão com mais vagar.

vínculos com Portugal do que com a burguesia mercantil do Sudeste do Brasil. No Maranhão, caso que nos toca, os meses que sucederam a independência foram marcados pela resistência à autoridade constituída na capital, nítido caso de fidelidade ao Império português (GALVES, 2010).

Assim, pode-se logo perceber que havia interesses locais divergentes no que diz respeito ao processo de independência. E mais: como será visto adiante com o exemplo da Balaiada, existiam anseios políticos conflituosos também em âmbito provincial. Desse modo, a sedimentação de uma nação moderna, com todo o seu aparato, exigia “novos instrumentos que assegurassem ou expressassem identidade e coesão social, e que estruturassem relações sociais” (HOBSBAWM, 2014, p. 338). No Estado recém-independente era preciso representar uma sociedade inteira ou um “povo” inteiro. Nesse caso, Estado, nação e sociedade deveriam ser fatores de convergência.

Segundo Hobsbawm, “o conceito de ‘nação’ pertence exclusivamente a um período particular e historicamente recente” (1990, p. 19), mais especificamente ao século XIX. Nesse caso, o que caracterizaria um povo-nação seria a representação de um interesse comum contra os interesses particulares, nação soberana fundada sobre os alicerces derruídos dos antigos reinos dinásticos de ordem divina (ANDERSON, 2008).

A transferência da soberania do rei para a nação exigia novas práticas políticas, tal como a associação voluntária de indivíduos iguais na condição de cidadãos. No entanto, imaginários e práticas sociais do antigo regime persistiam no Brasil recém-independente. O Estado soberano, figura central do novo regime, teria que conviver com outros poderes de representação. Constituíam-se assim uma vida política híbrida, conflituosa, tipo particular de modernidade.

Como visto até aqui, durante as duas primeiras décadas após o processo de independência no Brasil, o qualificativo “ser brasileiro” solicitava a negação do seu oposto “ser português”. À medida que o imperador perdia o apoio das elites que o apoiavam, as confusões e tensões em torno da identidade nacional foram se intensificando até a abdicação em 1831. Era preciso erigir a nação em termos modernos. A criação de uma história pátria seria então de suma importância para tal projeto, afinal fazia-se necessário inculcar certos valores e normas, o que implicava certa continuidade em relação ao passado. No final da década de 30 do Oitocentos,

surgiram algumas obras de caráter histórico, cujo propósito consistia em não só ressuscitar, com fidelidade, o passado do Brasil, mas também em

contribuir para a formação da mocidade brasileira, através da inculcação daqueles valores julgados ao futuro (NEVES, 2007, p. 45).

Para entender melhor esta questão da construção da nação em termos modernos no Brasil recém-independente, vejamos o caso específico da inclusão da província do Maranhão no projeto de construção e sedimentação do Brasil enquanto nação soberana, relacionando-a ao caso da Balaiada.

Um Maranhão em construção

As revoltas do período regencial colocaram em pauta a reação ao poder centralizador, tanto no que diz respeito à relação de algumas províncias com a Corte enraizada no sudeste, quanto em termos locais.

A Balaiada foi uma revolta que teve início em 1838 e terminou em 1840, ano do Golpe da Maioridade que declarou D. Pedro II imperador do Brasil. Assim como as outras revoltas do período regencial, a Sabinada, a Cabanagem e a Farroupilha, a Balaiada teve um caráter multifacetado, uma vez que envolveu fazendeiros liberais, escravos e camponeses livres. Ademais, esta revolta não se restringiu ao Maranhão, atingindo o território do que hoje conhecemos como Piauí e Ceará (ASSUNÇÃO, 1998). Nas décadas seguintes, a Balaiada foi vista pela historiografia do Oitocentos como uma anomalia social, símbolo da barbárie que o Estado nacional moderno brasileiro pretendia extirpar de sua história oficial assim como de seu território.

Tanto os liberais quanto os conservadores do Império negavam à revolta qualquer papel político. Ambos se recusavam a considerar os rebeldes como dotados de uma visão política própria. Enquanto o conservador Gonçalves de Magalhães²², que atuou como secretário da província do Maranhão entre os anos de 1838 e 1841, no intuito de justificar a atuação suprapartidária do seu chefe Luís Alves Lima, futuro Duque de Caxias, atribuía

²² Gonçalves de Magalhães foi médico, professor e diplomata. Segundo alguns intérpretes, introduziu o romantismo no Brasil com a publicação em 1836 de seu livro intitulado *Suspiros Poéticos e Saudades*. O autor flertou também com o indianismo romântico, tendo o seu livro *A Confederação dos Tamoios* recebido patrocínio direto do imperador D. Pedro II. Sua produção intelectual não parou por aí: escreveu ainda importantes estudos antropológicos e históricos, dentre eles *Memória Histórica e Documentada da*

aos chefes liberais a responsabilidade pela revolta, o liberal João Francisco Lisboa²³ atribuía ao despotismo dos prefeitos o acontecido e suas consequências.

Como dito anteriormente, em 1838 era fundado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), centro das discussões e da produção de uma historiografia eminentemente nacional. A partir daí o reforço de uma memória negativa das convulsões sociais ocorridas durante o período regencial ganhou notoriedade, dada a necessidade de afirmação histórica do Estado nacional brasileiro. Eventos traumáticos como a Balaiada entravam em choque com a unidade nacional almejada pelas operações narrativas engendradas no âmbito da instituição na medida em que desvelavam a complexidade étnica e social da sociedade brasileira e suas contradições.

Em termos provinciais, esse cumprimento de um requisito básico para a entrada no cortejo civilizacional das nações ocidentais, a produção de uma história pátria, foi acompanhado de um propugnado “florescimento das letras, ciências e artes” (JANOTTI, 2005, p. 46). O encadeamento deste raciocínio levou ao fortalecimento da construção da figura do maranhense (LACROIX, 2004), invenção que respondia a necessidades de definição dos traços singulares da formação da província.

Segundo Maria de Lourdes Monaco Janotti, no Maranhão, “às grandes catástrofes civis seguiam-se quase sempre períodos de funda superação espiritual” (2005, p. 46). Não foi por acaso que o epíteto *Atenas Brasileira* para a província do Maranhão foi inventado na década de 40 do século XIX. A criação de tal qualificativo respondia a questões tanto endógenas quanto exógenas. Exógenas, porque pretendia-se incluir o Maranhão no projeto civilizacional imperial, participação que requeria um distintivo ilustrado, no caso, o reconhecimento do prestígio conferido pela atividade literária e intelectual. Endógenas, porque a invenção de tal distintivo cultural servia como uma imagem diferenciada em relação aos outros atores sociais que compunham a sociedade maranhense.

Revolução da Província do Maranhão desde 1839 até 1840, trabalho que versa sobre a Balaiada e que recebeu a Medalha de Ouro do IHGB em 1847 e foi publicada na revista do instituto em 1848.

²³ João Francisco Lisboa (1812-1863) foi historiador, advogado, político, mas ficou conhecido por conta de seus escritos acérrimos na imprensa. Fundou vários jornais onde propugnava ideias liberais e fazia análises nada imparciais sobre a realidade nacional e maranhense. Dentre os jornais fundados pelo publicista, encontra-se o *Jornal de Timon*. Por meio desta plataforma, Lisboa dissecou o processo eleitoral do Maranhão, recriminando sem pudor as práticas políticas então vigentes. Embora tenha criticado o caráter postiço da sociedade classicista maranhense, “a maior pobreza de que se ressentia o observador astuto e atento a tudo era civilizacional, pois ao seu ideal de civilização não competia as seguintes características: uma sociedade cabocla, escravocrata, mestiça, cujo sistema político estava assentado nas fraudes” (BORRALHO, 2009, p. 254).

Segundo Rossini Corrêa, “a mitologia da *Atenas Brasileira* correlacionou o *principium sapientiae* grego, ao papel desempenhado pelo Grupo Maranhense no desafio de responder às exigências constitutivas de uma cultura brasileira” (2001, p. 29). Afinal, “o surgimento do Estado nacional, de inegável repercussão, instalou o Maranhão no roteiro do Brasil, exigindo que a província participasse dos percalços e sucessos da nacionalidade emergente” (CORRÊA, 1993, p. 93).

Atenas Brasileira

Em relação a esta questão das operações narrativas levadas a cabo pelo Estado nacional emergente e pela elite maranhense ilustrada, a principal dimensão²⁴ que deve-se destacar é a que diz respeito ao passado ibérico, passado este que engloba tanto a ação dos colonizadores quanto a presença jesuítica no contexto da empresa colonial portuguesa. Afora isso, fato importante foi a relação que estes atores históricos mantiveram com os povos indígenas ali presentes e os africanos trazidos com a finalidade de trabalhar na condição de escravos nas grandes lavouras.

Num plano nacional, pode-se dizer, grosso modo, que, a respeito das narrativas sobre os colonizadores, a situação é bem complexa e contraditória, pois, ora são valorizados, ora rechaçados. Ora são vistos como agentes civilizatórios, ora como detratores da terra, dos povos que aqui viviam antes de sua chegada. Dois pontos importantes no século XIX se entrelaçam nesse aspecto. Primeiro, a querela entre o “ser português” e o “ser brasileiro”, a identidade nacional que incipientemente se firmava nas duas primeiras décadas após a emancipação política de Portugal. A segunda, o indianismo romântico que tendia a valorizar os símbolos da nacionalidade, tais como, os índios e a natureza, mas ao mesmo tempo encampava um projeto civilizatório levado a cabo pelas ações do Estado imperial.

²⁴ Digo principal, porque na década de 90 do século XIX ganhou corpo no Maranhão a ideia de que a cidade tinha sido fundada pelos franceses. No entanto, por conta do nosso recorte temporal, não cabe incluir tal discussão. Nesse caso, ver *A fundação de São Luís e seus mitos* (2002) de Maria de Lourdes Lauande Lacroix.

No Maranhão, esse assunto se desenvolve de modo mais complicado, pois a província foi a última a aderir à independência, mantendo, no início, certa desconfiança em relação ao poder centralizador exercido pela burguesia mercantil do Rio de Janeiro. No entanto, sedimentado o caminho que daria ao regime imperial razoável estabilidade, cresceria na província a necessidade de participar de tal projeto nacional, inclusive, com o envio de muitos de seus filhos ilustres para a Corte.

No que toca à presença jesuítica, a balança parece pender para o lado positivo tanto no plano nacional quanto no provincial maranhense. Nesses casos, a presença jesuítica será vista como um alicerce cultural plantado pela Companhia de Jesus em solo nacional, desempenhando papéis considerados como civilizatórios. Daí parece decorrer o marco espiritual elevado do “homem da terra timbireense”. É preciso destacar que o papel desses atores será muito valorizado por uma grande parcela da intelectualidade do século XIX, sobretudo no que diz respeito a sua relação com o povos indígenas. Mesmo Sousândrade não deixará de valorizar a ação dos jesuítas nesse quesito.

Quanto às questões econômicas, especial atenção foi dada à Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, empresa de inspiração pombalina que começou a funcionar em 1755 e tinha como escopo principal a centralização das ações do Império português na América. Tal centralização previa o esvaziamento do poder exercido na América portuguesa pela Companhia de Jesus. Em meados do século XVIII, os estadistas portugueses tiveram que encarar o grande problema da modernização. Nesse sentido, tornava-se claro para os governantes portugueses a necessidade de otimizar a eficiência governamental e o sistema produtivo do império para o país aumentar a sua influência num mundo cada vez mais competitivo. “A criação das companhias monopolistas e a legislação econômica de 1755 foram ações deliberadas do Estado para racionalizar a estrutura empresarial favoravelmente aos comerciantes nacionais maiores e estabelecidos” (MAXWELL, 2009, p. 41). Desse modo, a criação das companhias acabou por beneficiar elites autóctones na América portuguesa.

Tal fato serviria depois como símbolo de prosperidade econômica da província do Maranhão, fonte que proporcionou à elite aristocrática dos ramos do algodão e do arroz a possibilidade do envio de seus filhos para estudarem nas universidades europeias²⁵, principalmente Coimbra e também em Montpellier, Edimburgo, Paris e Estrasburgo.

²⁵ Muito da mentalidade engendrada em tal contexto repercutiu no pensamento daqueles que mais tarde ensaiaram a modernização do Brasil em meados do século XIX. Do pensamento ilustrado de então, muitas

Seriam estes filhos da aristocracia maranhense que formariam o que ficou conhecido como Grupo Maranhense (1832-1866), composto em sua primeira geração por Gonçalves Dias, João Lisboa, Sotero dos Reis, Odorico Mendes e Gomes de Sousa. Segundo o crítico literário maranhense Jomar Moraes, tal grupo daria ao Brasil,

como expressão regional de vida literária, tão eloquente testemunha de cultura e talento, que logo justificariam, para nosso raciocínio afeito a comparações com valores do mundo greco-romano, o cognome de Atenas Brasileira (1977, p. 85).

Este trecho da obra do crítico maranhense demonstra a naturalização do epíteto *Atenas Brasileira* como porta de entrada da província, via cultura, no contexto triunfal da civilização ocidental, no caso, da nação soberana emergente. No entanto, antes de prosseguir, é preciso fazer algumas ponderações a respeito da formação da elite maranhense no início do século XIX, assim como sobre sua relação com a intelectualidade sediada na Corte.

Primeiramente, ainda que a educação na Europa possa ser vista como elemento poderoso de unificação ideológica, não devemos generalizar e considerar esta elite como bloco homogêneo. Mesmo no que diz respeito à construção qualificativa do Maranhão enquanto *Atenas Brasileira*, havia dissensões importantes. A situação torna-se ainda mais complexa haja vista que a opção entre permanecer na província e partir pra Corte sempre foi uma questão premente para a intelectualidade maranhense da época, afinal

as possibilidades de reconhecimento a caminho do nacional, estavam, com densidade superior, sob o monopólio do Rio de Janeiro, concentrando o conglomerado emergente de instituições do Brasil. Os atrativos reforçavam-se, pelas facilidades congregadas na capital do Brasil: os empregos e as subvenções oficiais, dependentes da convivência protetora com os gestores básicos dos poderes, sobretudo, o moderador (CORRÊA, 1993, p. 130).

Por outro lado, a atuação provincial não impedia de modo algum o reconhecimento em âmbito nacional. Caso notório, é a aceitação da autoridade de Odorico Mendes²⁶ por parte de Gonçalves de Magalhães no texto publicado na *Revista do IHGB* em 1860 *O*

peculiaridades sobressaem, tal como associar aos estudos jurídicos de sua formação intelectual os conhecimentos científicos úteis à sociedade, muito próximo do pragmatismo racionalista dos ideólogos do Século das Luzes (DIAS, 2009).

²⁶ Odorico Mendes (1799-1864) foi um político e intelectual maranhense. Durante a década de 20 publicou o jornal *Argos da Lei* o qual servia como plataforma de ataque ao jornal *Censor Maranhense* que era redigido por portugueses. Como deputado, atuou na oposição ao Império até a abdicação de D. Pedro I em 1831. Depois deste fato, ainda que estivesse imbuído de ideais republicanos, passou a apoiar a Monarquia Constitucional. Odorico Mendes também foi tradutor das obras de Virgílio e Homero.

indígena perante a história (TURIN, 2010)²⁷. Bem assim, a fama nacional certamente não traria o apartamento dos intelectuais da sua província, mas sim o seu contrário, servindo como elemento de reforço da distinção cultural maranhense. É o caso de Gonçalves Dias, poeta e intelectual vinculado ao IHGB, que se tornou o grande símbolo da intelectualidade maranhense e nacional.

Dito isto, pode-se afirmar que existiam dois elementos muito importantes que aproximavam a elite maranhense da ordem imperial: a condução de um projeto civilizador e o “mundo da desordem”, mundo dos “movimentos alijados dos setores dominante”, o qual tendia a “colocar em risco as estruturas do regime político e social por meio de ideias de igualdade, embutidas aos pardos e pretos” (MATTOS, 1987, p. 122). É o que se convencionou chamar de *haitianismo*²⁸, sinônimo dos fantasmas que assombravam a elite aristocrática brasileira, manifestadas nas sublevações que contaram com grande participação de negros, pardos e índios. Não se pode esquecer que no caso específico do Maranhão havia a memória traumática da Balaiada e, como muito bem frisou José Henrique Borralho, “a criação do epíteto da Atenas passou pela reordenação do Maranhão pós-independência aos quadros da nova configuração política do Império emergente, precedida pelos episódios da Balaiada” (2009, p. 34).

Desse modo, a partir da década de 40, a inclusão do Maranhão no projeto nacional de construção da nação soberana, projeto que tendia a destacar o geral em detrimento do particular, se deu a partir da criação de uma imagem diferenciada sintetizada na nomeação *Atenas Brasileira*, cognome que reunia “princípios de idealização clássica da civilização ocidental, acrescido dos exageros do romantismo nacional” (BORRALHO, 2009, p. 90). Como muito bem notou Rossini Correa:

Mesmo contribuindo à unidade nacional, a sociedade maranhense, densamente elitista, combinando crescimento econômico e esplendor cultural, fabricou uma excepcionalidade consagrando-se como brasileiro, em consonância com o processo em elaboração, e distinguindo-se do

²⁷ Segundo Rodrigo Turin, o debate etnográfico levado a cabo no âmbito do IHGB tinha como finalidade última a investigação da história indígena, a definição de sua historicidade. Na falta de documentos históricos substanciais, os métodos possíveis de investigação eram a arqueologia e a gramaticalização da língua indígena. Segundo o autor, estas operações tornaram possível a seleção de objetos familiares e sua posterior comparação com diversas outras culturas, inclusive, a dos antigos. Em suas palavras: “O modo como os acionavam, contudo, inscrevia-se no objetivo mais amplo de fazer valer as posições políticas e intelectuais que demarcavam o debate etnográfico imperial, cindido entre os promotores da catequese e aqueles que a negavam” (p. 136).

²⁸ Chama-se *haitianismo* a política de isolamento econômico e diplomático da ilha caribenha por parte dos países da América após a revolução de escravos que deu ao país sua independência política em relação à França.

conjunto em elaboração, pelo manuseio de uma superioridade espiritual, ao definir-se como Atenas (1993, p. 102).

No entanto, esta fabricação do Maranhão como Atenas não pode ser vista de forma homogênea e isenta de contradições. Essa “criação mitológica não é fruto da elite, mas de uma parcela dela, atendendo a interesses, condições e situações muito específicas” (BORRALHO, 2009, p. 209).

Nesse ponto, João Francisco Lisboa é o caso mais emblemático. Voz dissonante, Lisboa entendia que tal construção da sociedade maranhense enquanto sociedade de Corte só podia ser vista de modo caricatural. Sem abandonar a concepção clássica de civilização, Lisboa ressentia-se do fato de sua província natal não contar com todo o brio contido no epíteto *Atenas brasileira*. No entanto, no prospecto do *Jornal de Timon*, Lisboa se refere aos atenienses modernos de modo a poder contar com seus auxílios financeiros e simbólicos:

Uma última palavra à feição de *post-scriptum*, para o qual muita gente costuma guardar o mais importante da missiva. Este pobre Timon, nosso contemporâneo, não possui eira nem beira, nem mesmo aquele confortável ramo de figueira que o seu ilustrado homônimo, o Misanthropo, franqueava com tanta generosidade aos cidadãos de Atenas cobiçosos de dar o salto da eternidade. Fica pois entendido que o seu jornal só poderá ser publicado, mediante o auxílio dos modernos atenienses, que como é claro e notório ao mundo inteiro, tanto desbancam os antigos na graça, no espírito, na liberalidade, na munificência, e em todos os mais dotes que caracterizam um grande povo (1995, p. 44).

A partir da década de 50, o Maranhão começou a passar por uma grave crise econômica. Após a proibição do tráfico internacional de escravos, a província viu grande parte da sua mão de obra escrava ser vendida, através do tráfico interprovincial, para o sul do país. Ainda que na década de 60 tenha havido certa recuperação do comércio de algodão por conta da Guerra de Secessão nos Estados Unidos, a província jamais voltaria a viver a opulência das primeiras décadas do século XIX. Enquanto isso, a fabricação do Maranhão como a *Atenas Brasileira* seguia em frente.

Neste novo período, ao passo que o Segundo Reinado perdia o poder simbólico que antes gozara, abolicionistas, republicanos e positivistas conquistavam espaço nas trincheiras literárias e intelectuais. Do ponto de vista da relação entre as províncias e a Corte, surgiram novos “locais próprios para a legitimação e publicidade de novos grupos intelectuais” (SCHWARCZ, 1993, p. 143) e, “uma nova geração, marcada profundamente por uma situação de marginalização política” (TURIN, 2009, p. 20), inseria-se no debate público e propugnava novas ideias e valores. É neste contexto que Sousândrade irá atuar.

Sua atividade intelectual insere-se neste complexo movimento de mudanças políticas, fazendo parte ativa dele.

Sousândrade e a *Atenas Brasileira*

Sousândrade transitou com bastante facilidade pela elite maranhense quando de suas voltas a sua terra natal assim como a partir de seu retorno definitivo em 1885. Herdeiro presuntivo de fortunas familiares, o escritor e poeta maranhense soube usar “de trunfos familiares, requintada escolarização autodidata e livre trânsito em redes de sociabilidade da elite nativa” (MICELI, 2012, p. 30).

No Canto VI do épico *O Guesa*, Sousândrade tece uma relação entre as narrativas de Camões, Homero e a sua. Juntando amor pátrio e humanidade, o poeta maranhense aloca Camões no passado ao passo que dirige Homero ao futuro.

E onde existe Camões? E aonde Homero?
Aquele em Portugal; e à humanidade
Este eterno guiando, que primeiro
As virtudes ensina da amizade,
D'estados a união sincera e forte,
Sábia equidade aos príncipes soberbos,
E aqueles que a amor pátrio afrontam morte,
(Não ninfas) hão do lar os meigos verbos.
E Camões o passado, que se presa
Grandioso; a homereal grandiosidade
É presente, é porvir, é a beleza
Da Mulher-crença, do homem-divindade.
O Luso ensina a glória da obediência
Do povo ao rei; nas frentes aos seus reis
Põe o Grego – é a ação, é a consciência,
São as eternas, são as vivas leis.

(*O Guesa*, SOUSÂNDRADE)

O advérbio “onde” presente no primeiro verso citado dá ao nome de Camões uma noção estática. Sousândrade liga indiretamente ao Segundo Reinado, se o tomarmos como sucessor da empresa colonial portuguesa, a obra do poeta que cantou as conquistas do Reino de Portugal na epopeia *Os Lusíadas*. Por outro lado, o advérbio “aonde” também presente no primeiro verso dá à figura de Homero uma noção de velocidade, porvir.

Joaquim de Sousandrade atrelava assim o seu épico à tradição clássica²⁹ com que parte da elite maranhense se identificava. Ainda no Canto VI, depois de passar pela Corte e ter uma entrevista com D. Pedro II no palácio de São Cristovão e retornar ao lar, o poeta-Guesa dirige a narrativa do seu épico para o futuro.

Pedi minha alma aos céus, que a vida fosse
A esses continuação d'aquela quadro:
Era a esposa celeste, a sempre doce,
Chama do lar, o lar sagrado.
E pelo ar, aos enlevos maviosos,
Azas de proteção vêm-se adejando
Com a lentidão espiritual dos gozos,
Em que amor é virtude, a arder estando.
Descredes vós da bemaventurança?
Não o Guesa. E ele à Voz dos céus s'erguia
Qual quem chamado s'ergue à nova esperança.
E futuro, ao futuro ele corria.

(*O Guesa*, SOUSÂNDRADE)

No entanto, o futuro aí presente não estava ligado à derrubada da Monarquia e ao posterior projeto republicano de nação do poeta maranhense. Datado de 1852-1857, neste Canto futuro significa um projeto pessoal do “adolescente o Guesa” que tentara obter ajuda de custo para o financiamento de seus estudos e “tinha pressa de futuro e de ciência”.

Em 1866 saiu no jornal *O Publicador*³⁰ (Paraíba) a novela coletiva *A Casca da Caneleira*. Vários notáveis da província maranhense participaram deste empreendimento literário, inclusive Sousândrade. Interessante selecionar alguns dos personagens envolvidos na confecção da novela e tecer algumas considerações importantes sobre a rede de sociabilidade que Joaquim de Sousandrade estava tecendo no Maranhão deste período.

Dentre eles, destacamos, primeiramente, Antônio Henriques Leal, político liberal que participou como sócio correspondente do IHGB. Na década de 70 ele se dedicou a escrever *Pantheon Maranhense*. Servindo como instrumento legitimador de determinadas distinções sociais qualitativas de pertencimento social, esta obra constitui-se como um importante trabalho apologético sobre alguns membros da elite maranhense (BORRALHO, 2009). Como notado atrás, o Maranhão estava passando por uma grave crise econômica neste período. Nesse sentido, a publicação do *Pantheon* de Henriques Leal é sintomática na

²⁹ Cabe notar que as primeiras traduções para o português das obras de Homero e Virgílio foram feitas pelo intelectual e político maranhense Odorico Mendes entre as décadas de 30 e 40 do século XIX.

³⁰ *Poesia e Prosa reunidas de Sousândrade*. Organização de Frederick Willians e Jomar Moraes. São Luís: Academia Maranhense de Letras (2003).

medida em que aponta para o reforço dispensado por parte da elite provincial maranhense para continuar se destacando mesmo num cenário de profunda crise.

O segundo de nossa lista é o jurista e poeta Gentil Homem de Almeida Braga, ao qual Sousândrade vai dedicar um artigo em 1868 n' *O Semanário Maranhense*, periódico que foi fundado por Joaquim Serra, jurista, professor, político e abolicionista. Em relação a Gentil Homem, cabe frisar que era padrinho de Maria Bárbara, filha única de Sousândrade³¹.

O terceiro é Sotero dos Reis, professor, primeiro diretor do Liceu Maranhense, instituição de ensino secundário fundada em 1838, local onde se formou boa parte da elite local, como, por exemplo, o próprio Sousândrade. Os outros são: Joaquim Serra, Raimundo Filgueiras, Marques Rodrigues, Trajano Galvão, Dias Carneiros, Sabbas da Costa e Caetano C. Cantanhede, todos notáveis da província que exerciam funções, tais como: professor, advogado, médico e/ou cargos políticos e administrativos.³²

Neste período em que estamos nos detendo, ou seja, em fins da década de 50 e início da de 60, momento no qual Sousândrade estava mais preocupado com questões estéticas e literárias assim como com a recepção de suas obras³³, o poeta parece possuir laços políticos e sociais sólidos. Movimentando-se com desenvoltura pela elite maranhense da época, o poeta tecia laços de sociabilidade, sociabilidade essa compreendida enquanto um conjunto de ações, percepções, práticas sociais que criam elos de pertencimento. E mais: a presença de Sotero dos Reis³⁴ neste empreendimento literário parece indicar uma certa permanência e prolongamento geracional.

No entanto, a presença de Joaquim Serra (1838-1888) e Gentil Homem de Almeida Braga (1834-1876) na composição da novela coletiva revela que a rede de sociabilidade que Sousândrade vinha tecendo neste período era bem heterogênea. Gentil Homem de Almeida Braga, por exemplo, estudou na Faculdade de Direito de Recife, local de influência na propagação das ideias cientificistas pautadas na biologia evolutiva, nas ciências naturais e na antropologia física e determinista (SCHWARCZ, 1993). Joaquim Serra era abolicionista e em 1862 publicara uma obra de cunho positivista intitulada

³¹ Sousândrade dedica o Canto IX d' *O Guesa* a Joaquim Serra e Gentil Homem.

³² Neste caso, ver BORRALHO, José Henrique de Paula. *A Athenas Equinocial: a fundação de um Maranhão no Império Brasileiro*. Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, 2009.

³³ Me refiro aqui a *Harpas Selvagens* e a alguns Cantos d' *O Guesa*.

³⁴ Sotero dos Reis nasceu no província do Maranhão em 1800 e aí faleceu em 1871. O intelectual maranhense foi poeta, filólogo, gramático e jornalista.

Ordem e Progresso. Assim como Sousândrade, a partir da década de 80 o político maranhense atuou, através de imprensa, em diversos órgãos ligados ao movimento republicano.

Positivistas, abolicionistas e republicanos. Já em meados da década de 60 despontava em diversas províncias do Império uma jovem elite ilustrada acometida por forte sentimento de marginalização. Segundo Maria Tereza Chaves de Mello:

Esse sentimento foi um traço comum da “Geração 70” e o móvel de seu engajamento nas lutas políticas da década de 1880. Há um traço importante de união, uma comunhão de sentimento, entre a juventude ilustrada, civil ou militar: o pertencimento à escala superior da sociedade e a falta de oportunidades dentro do sistema. Uma refletida adesão à cultura democrática e científica de finais da década de 1880 e a frustração em não vê-la constituída como o cimento do progresso do país (2011, p. 38).

Com exceção de Joaquim Serra e Sousândrade, na década de 1880, todos os intelectuais envolvidos na novela coletiva *A Casca da Caneleira* tinham falecido. Joaquim de Sousândrade só voltaria de modo definitivo dos Estados Unidos da América em 1885, momento a partir do qual passou a participar ativamente na campanha para derrubar a Monarquia, dando sua contribuição a vários órgãos republicanos no Maranhão.

Na América do Norte, o poeta atuou como vice-presidente do jornal de linha positivista *O Novo Mundo – Periódico Ilustrado do Progresso da Idade*³⁵. Segundo Mônica Maria Rinaldi Ascitti o periódico *O Novo Mundo* priorizava

a abolição da escravatura com argumentos de toda a sorte. O periódico buscava mostrar que reformas eram essenciais para que o país ingressasse no rol das nações “civilizadas”. Em seus propósitos reformistas, *O Novo Mundo* apresentava, de forma geral, diretrizes de oposição ao governo imperial, denunciando, entre outras, a política do mecenato e da troca de favores, e proclamando a necessidade de desvinculação entre as atividades política e literária (2010, p. 109).

Ainda segundo a autora, visualiza-se no periódico “a valorização da experiência da livre iniciativa e da modernização industrial, em uma chave que revela a importância do bem comum enquanto consequência da liberdade individual” (p. 36), tendo a linha editorial do jornal grande admiração pelos caminhos trilhados pela nação norte-americana. Em suma, revela-se que Sousândrade participou de um periódico com profundos anseios reformadores que se propunha a fazer apologia do progresso e dar publicidade aos

³⁵ Segundo Maria Rinaldi, o periódico *O Novo Mundo* foi um empreendimento editorial de brasileiros que moravam nos Estados Unidos da América.

possíveis desenvolvimentos científicos e tecnológicos do mundo ocidental, assim como discutir questões referentes à literatura.

Além disso, segundo Rossini Corrêa, Sousândrade se encontra entre os notáveis positivistas do Maranhão de fins do século XIX, tais como Joaquim Serra, Gentil Homem d'Almeida Braga e Gomes de Castro. A filosofia positivista fundamentava-se em pelo menos dois pilares mestres: a evolução escalonada da história e o cientificismo. Embora as revoluções liberais do século XVIII e XIX e romantismo já tivessem habituado à intelectualidade brasileira à ideia de progresso, foi com o ideário positivista baseado no pensamento do filósofo francês Augusto Comte que esta ideia ganhou um conteúdo histórico e filosófico de fácil assimilação (MELLO, 2004).

De acordo com Ivan Lins, as ideias do intelectual francês Augusto Comte ressoaram em território brasileiro, “indo da crença no determinismo universal até a certeza da capacidade emancipadora do homem sobre a natureza” (1967, p. 11). Foi o positivismo que “de modo mais direto sistematizou a reação do espírito moderno contra a metafísica medieval” (p. 12), buscando, em última instância, “o perfeccionismo moral da humanidade” (CORRÊA, 2001, p. 142). Nessa busca,

a República entrava como fator essencial da transição orgânica para a fase final. Ela marcaria o início da transição, por superar a metafísica em que elementos externos (monarquias hereditárias com base no direito divino dos reis) ainda perturbavam a evolução humana. República deveriam ser verdadeiras comunidades, extensões da família (CARVALHO, 2007, p. 131).

Seria muito simplista classificar Sousândrade como positivista. No entanto, não se pode negar que a atuação do poeta no periódico positivista *O Novo Mundo* foi de suma importância para o amadurecimento de seus ideais republicanos. Além disso, certamente a vivência na república norte-americana contribuiu para sua formação intelectual. No início do Canto X (1873-188...) d'*O Guesa*, Sousândrade narra sua chegada aos Estados Unidos da América. Tecendo loas à república norte-americana, o poeta destina ao jovem continente americano um futuro de liberdade.

Presente-se que o ides: sois os lares
Da sacra chama pátria – Oh, creio e te amo
Jovem América ainda a delirares,
E mais de ti, portanto, é que reclamo:
De ti depende o mundo do futuro;
És o destino, e a ti prende-se o homem,
Qual a magia a estar de um verbo puro,
Que desdenha do erro, que a força o tomem.

(O Guesa, SOUSÂNDRADE)

Nesse momento da narrativa, quiçá da vida do poeta-narrador, o termo liberdade já está atrelado inequivocamente à queda da Monarquia e instauração do regime republicano no Brasil. Pode-se afirmar que inicia-se no poema a sedimentação da ideia de uma América republicana, a qual o Brasil terá que seguir se não quiser perder os rumos do progresso e da civilização ocidental.

Da liberdade espero; da República,
Onde os erros debatem-se; da calma
Que sucede ao furor; da bela e pudica
Mãe moral; do céu íntima em cada alma.
E do éden as serpentes que, mudando,
Com os séculos renovam-se, esmagadas
Serão da vencedora. Heis-me esperando,
Sim, do amor pelo Amor; das ignoradas
Causas do justo pelo Justo; e a crença,
Mas do dever pelo Dever, que em vida
Prende-me ao grande Todo e faz querida
A glória de existir sem recompensa.

(O Guesa, SOUSÂNDRADE)

Campanha republicana e posterior preocupação com a educação

Os resultados fizeram alto, e esperam a ver se os que lhes tomam a vanguarda dão o passo avançado (consequência do 13 de maio) à *revolução da paz*. Que a segunda abolição seja feita, somente mais cientificamente na grande razão, no bom senso e na probidade humana, mais bela, enfim, do que a primeira.³⁶

Os artigos jornalísticos escritos por Sousândrade durante sua participação na campanha republicana no Maranhão referem-se sobretudo aos anos de 1888 e 1889. Importante frisar o fato dos mesmos trazerem em si a ideia preponderante de conciliação, e dentro desta ideia o temor não revelado de uma convulsão social, de uma turbulência política ao modo das repúblicas americanas de passado colonial espanhol. Propugnam mudanças, mas mudanças com ordem. Assim, sua base deve ser a família cristã, a qual só poderia ser atingida através da *revolução da paz*, contando com a ajuda das igrejas que

³⁶ *Poesia e prosa reunidas de Sousândrade*. Organização de Frederick Willians e Jomar Moraes. São Luís: Academia Maranhense de Letras (2003, p. 510 [Friso nosso]). Sousândrade publicou este artigo no periódico *O Novo Brasil* em 14 de setembro de 1889.

“falam aos povos, ditando-lhes a sabedoria, a honra, a cívica prudência e o respeito aos poderes instituídos”.³⁷

Além disso, almejam-se também “os ecos seculares, que alagam de divindade o coração brasileiro!”.³⁸ Faz-se menção a Tobias Barreto, jurista, poeta e integrante da Escola do Recife, grosso modo, grande propagadora das ideias evolucionistas. Os exemplos a serem seguidos são os do Chile e dos Estados Unidos da América (EUA), aquela por ser “a mais limpa nação americana, que não há negro e ao índio civiliza”³⁹, esta por conta da industrialização e do ascetismo protestante, que serve de contraposição diametral à fulguração inócua da grandiloquência imperial, daí às menções a Benjamim Franklin. Interessante notar a contraposição que Sousândrade constrói entre a República, sinônimo de luz, ciência e razão, e a Monarquia, o obscuro. “Passaram as trevas; entramos na luz”.⁴⁰

Clama-se por democracia, por uma pátria de cidadãos unida por *contrato social* a ser alcançada através da “comunhão geral dos civilizados” que ao fim e ao cabo irá desembocar “nas manhãs da República, em nome dos Céus e da Pátria”.⁴¹

Depois de instituído o regime republicano, a preocupação do poeta se voltará para a educação. Segundo uma estrofe do penúltimo Canto do poema épico *O Guesa*:

É do reformador a hora que bate,
Pelo educar severo da consciência
Que em si venera os seus, nem trai nem late
Qual o cão popular sem Deus nem crença.

(*O Guesa*, SOUSÂNDRADE)

Para Sousândrade, um reformador moral, a família, a moral cristã e a educação terão papel preponderante de coesão social no seu projeto republicano de nação. Em artigo publicado na véspera do natal de 1889, o poeta delega ao poeta, ao cientista e ao artista suas devidas missões sociais:

³⁷ *Poesia e Prosa reunidas de Sousândrade*. Organização de Frederick Willians e Jomar Moraes. São Luís: Academia Maranhense de Letras (2003, p. 513 [Friso nosso]). Trechos selecionados de artigo que Sousândrade publicou no periódico *O Globo* no dia 27 de novembro de 1889.

³⁸ *Poesia e Prosa reunidas de Sousândrade*. Organização de Frederick Willians e Jomar Moraes. São Luís: Academia Maranhense de Letras (2003, p. 504 [Friso nosso]). Sousândrade publicou este artigo no periódico *O Novo Brasil* em 14 de setembro de 1889.

³⁹ *O Guesa*. Introdução, organização, notas, glossário, fixação e atualização do texto da edição londrina, Luiza Lobo; Revisão técnica, Jomar Moraes. Rio de Janeiro: Ponteio: São Luís, MA: AML, 2012, p. 480.

⁴⁰ *Poesia e Prosa reunidas de Sousândrade*. Organização de Frederick Willians e Jomar Moraes. São Luís: Academia Maranhense de Letras (2003, p. 512). Trecho selecionado de artigo que Sousândrade publicou no periódico *O Globo* no dia 17 de novembro de 1889.

⁴¹ *Poesia e Prosa reunidas de Sousândrade*. Organização de Frederick Willians e Jomar Moraes. São Luís: Academia Maranhense de Letras (2003, p. 513 [Friso nosso]). Trechos selecionados de artigo que Sousândrade publicou no periódico *O Globo* no dia 27 de novembro de 1889.

Cada qual em seu posto de honra: que os literatos curem das universidades; que os doutores sanifiquem as cidades, desencantem os tesoiros desconhecidos da natureza; que os lavradores inteligentes façam florescer os campos da República; que alevantem os científicos artistas o capitólio de cada Estado e o central no lugar mais sobranceiro.

A república é a cívica poesia: o Natal de 15 de novembro, precisamente o dia que principiam a dar festas, ficou eternamente rindo do 25 de dezembro.⁴²

Literato e poeta ciente de sua missão, ainda em dezembro de 1889, Sousândrade oferece ao Governador do Estado do Maranhão um projeto que propunha a transformação do Liceu Maranhense em uma Academia de Letras e Ciências.⁴³ Percebendo que seu projeto não tinha recebido a aprovação do governo estadual, em 1894 o poeta publica um artigo no qual defende o projeto previsto na constituição do Estado, qual seja: a implementação da Universidade Atlântida, posterior Nova Atenas. Nesse artigo, Sousândrade deixa bem claro sua preocupação com a modernização agrícola. Segundo o poeta:

Emprestar à lavoura rotineira, cujos resultados mal chegam para o pagamento honesto dos braços livres, como o pensava fazer o Império depois da abolição? É continuar o *ram-ram* imperial: melhor é dar educação agrícola antes.⁴⁴

No intuito de transformar o seu Estado natal num “verdadeiro centro de civilização”, o poeta publica um parecer sobre a viabilidade do projeto:

Se para a faculdade de Direito, a qual achará entre nós entre nós distintos professores de bom caráter, pouco despenderá a Universidade, além do edifício e do contrato de um professor para a nova cadeira de Direito Índio, o qual pediremos ao Chile, país único na América que tem a ciência da educação dos naturais, não acontece o mesmo com a Academia de Minas e de Agricultura (as que possível forem e são necessidades urgentes deste Estado), para as quais professores nos têm de vir do estrangeiro.⁴⁵

⁴² *Poesia e Prosa reunidas de Sousândrade*. Organização de Frederick Willians e Jomar Moraes. São Luís: Academia Maranhense de Letras (2003, p. 513). Trechos selecionados de artigo que Sousândrade publicou no periódico *A República* no dia 23 de dezembro de 1889.

⁴³ *Poesia e Prosa reunidas de Sousândrade*. Organização de Frederick Willians e Jomar Moraes. São Luís: Academia Maranhense de Letras (2003, p. 513). Artigo publicado no periódico *O Novo Brasil* no dia 19 de dezembro de 1889.

⁴⁴ *Poesia e Prosa reunidas de Sousândrade*. Organização de Frederick Willians e Jomar Moraes. São Luís: Academia Maranhense de Letras (2003, p. 518). Trechos selecionados de artigo que Sousândrade publicou no periódico *O Federalista* no dia 14 de julho de 1894.

⁴⁵ *Poesia e Prosa reunidas de Sousândrade*. Organização de Frederick Willians e Jomar Moraes. São Luís: Academia Maranhense de Letras (2003, p. 519). Trecho selecionado de artigo que Sousândrade publicou no periódico *O Federalista* no dia 25 de julho de 1894.

Neste trecho selecionado, Sousândrade atrela ao problema da modernização agrícola o lugar que os índios deveriam ocupar na República recém-instaurada. Contrário à imigração estrangeira como forma de resolução do problema da mão de obra no contexto pós-abolição, Sousândrade propõe a inclusão, via educação, dos índios no seu projeto republicano de nação. O Chile aparece aí como o país ao qual o poeta pretende pedir auxílio nesse quesito.

Nesse ponto, no último Canto d'*O Guesa*, o poeta deixa bem claro sua admiração pelo governo chileno. Ao passar por Valparaíso, ele assim canta:

Pois, vinde ao porto do oceano amado,
Ó vós, que amardes o social sorriso
Num lindo povo a ciência exaltado,
Porque o Éden tereis em Valparaíso!
Oh, eu vos amo a paz e a liberdade
Únicos dons que um sábio perder teme,
Agrícola o progresso e a sociedade
A erguer palácios neste chão que treme
Ditasas terras, campos cultivados,
Cobertos de rebanho e loiro trigo;
E do vinhedo os odorantes quadros
Dos álamos flexíveis ao abrigo.
E o lar aceso é o coração candente
Do qual ao em torno achega-se a família
Nos frios dias de nevoeiro umentado
E o confessor não rompe-a e está tranquila
E aconteceu que enregelara o Guesa
Em Valparaíso, sem ter fogo em casa:
Para um filho do sol quanta tristeza
Nos úmidos salões sem lar nem brasa!

(*O Guesa*, SOUSÂNDRADE)

Pensando *O Guesa* como uma narrativa importante dentro do projeto republicano de nação de Sousândrade, vejamos no próximo capítulo, sem deixar de lado as inovações presentes no poema, os pontos de convergência entre a narrativa do épico e os debates feitos entre as décadas de 50 e 80 do século XIX a respeito do lugar que os povos indígenas deveriam ocupar no Estado nacional brasileiro.

Capítulo II

O Guesa de Sousândrade em 3D: indianismo romântico, política indigenista e povos indígenas⁴⁶

Apresentação

Em meados do século XIX, no contexto da construção de uma determinada identidade nacional sob os auspícios do Império, várias foram as discussões sobre o lugar que os índios deveriam ocupar na nação. Para os intelectuais da época que tentavam valorizar o espaço americano e nacional, as comunidades indígenas representavam um sério problema na medida em que carregavam consigo o símbolo do atraso, óbice a ser retirado para deixar livre o caminho que levaria a nação emergente ao concerto da civilização ocidental. Foi assim que, enquanto idealizavam os índios do passado, estas autoridades intelectuais e políticas depreciavam os povos indígenas seus contemporâneos. Através da dicotomia entre o índio puro do passado e o índio aculturado fadado ao apagamento e à inclusão como cidadão honorário no seio do Estado nacional, estes intelectuais acabaram por preconizar a negação da identidade dos povos indígenas e de suas histórias.

Como dito no primeiro capítulo, *O Guesa* foi escrito entre as décadas de 50 e 80. O poema é um épico romântico no qual a temática indígena é tratada de modo crítico, mas não isenta de certos veios ocidentalizantes próprios da intelectualidade de meados para o fim do século XIX. Neste épico, Sousândrade utilizou o mito de origem pré-colombiano dos Muíscas da Colômbia. Segundo a tradição, o Guesa era uma vítima fadada ao sacrifício que era oferecida a Bochica, filho do Deus Sol. Menino educado no templo de Sogamoso, aos quinze anos o jovem percorria o Suna, estrada na qual, ao final, era entregue aos Xeques (sacerdotes). Segundo os estudos sobre o poema, o poeta maranhense retirou este

⁴⁶ Uma versão incipiente deste capítulo foi publicada em formato de artigo na *Revista Contemporânea*, Ano 4, Nº 5, 2014, Vol. 1, com o mesmo título. Outra versão em síntese foi publicada nos *Anais do I Encontro de Graduandos e Pós-graduandos do Núcleo de Pesquisa e Estudos em História Cultural*, 2014, do evento *Sujeitos na História: NUPECH 20 anos mais I: da pergunta geral à resposta particular*, com o mesmo título. Agradeço às professoras Ismênia Martins e Maria Regina Celestino de Almeida que comentaram e acompanharam as versões preliminares deste capítulo.

mito dos estudos de Ferdinand Denis, estudioso francês precursor do movimento romântico brasileiro, e da obra do naturalista alemão Alexander von Humboldt⁴⁷.

O poema teve uma ótima acolhida entre os pares letrados de Sousândrade, repercutindo inclusive na Corte. Cabe lembrar que o mercado editorial da época ficava restrito à elite intelectualizada, ainda que alguns romances nacionais e estrangeiros tivessem uma circulação maior, sobretudo aqueles que eram lançados no formato de folhetim nos periódicos da Corte. Sousândrade, no entanto, optou pelo modelo épico, o que certamente restringiu o alcance da divulgação de sua obra.

Além d'*O Guesa*, Sousândrade ainda escreveu outros poemas e vários artigos jornalísticos, mas para a finalidade deste capítulo só será utilizada a carta-artigo *O Estado dos Índios* de 1872⁴⁸. Além dessa fonte, para abordagens comparativas, serão utilizados também o estudo *Os Selvagens* de Couto de Magalhães, *O Guarani* de José de Alencar e o poema *Deprecação* de Gonçalves Dias, assim como um trecho da dissertação *Como se deve escrever a História do Brasil* (1843) de Von Martius.

O principal objetivo do presente capítulo é analisar a produção poética de Joaquim de Sousândrade em consonância com as questões que eram discutidas em seu tempo, para ser mais exato, sobre o lugar dos povos indígenas na construção de uma determinada nacionalidade, nacionalidade aí entendida enquanto produção de uma memória histórica, literária e poética. Em um texto de 2002 que foi reunido posteriormente no livro *Maranhão-Manhattan*, Librandi Rocha falou o seguinte sobre o poeta:

Se pensarmos que o poeta não antecipou, mas que percebeu o que era possível perceber e realizar em seu tempo, isso não lhe tira, ao contrário, aumenta o mérito de sua sensibilidade poética que foi capaz de configurar ou capturar o movimento que estava lá em circulação, mas não recebera ainda sua forma poética correspondente e que, portanto, a sua concepção e prática literária estava sintonizada no seu próprio tempo com outras possibilidades que a historiografia literária unificadora não poderia registrar, pois seus parâmetros eram outros e Sousândrade escapava certamente a esses parâmetros (2009, p. 184).

⁴⁷ Segundo Mary Louise Pratt, Humboldt, após as suas viagens pela América no início do século XIX, momento do início dos processos de independência na América espanhola, legou um fardo material impresso, o qual continha apontamentos sobre a fauna e flora americanas assim como informações sobre os povos indígenas. Segundo a autora, muitos dos intelectuais envolvidos nos processos de independência da América selecionaram e adaptaram diversas questões levantadas pelo naturalista. Através de uma concepção nativista, a elite crioula de então reinventou ideologicamente a América, tendo como uma de suas principais fontes os escritos de Humboldt (2010). Cabe frisar que o prólogo do poema *O Guesa* é uma extensa citação retirada dos estudos do naturalista alemão.

⁴⁸ A carta-artigo *O Estado dos índios* foi reunida por Frederick G. Williams e Jomar Moraes no livro *Poesia e Prosa Reunidas de Sousândrade* em 2003, Edições Academia Maranhense de Letras.

Assim, no presente capítulo, discutiremos os Cantos II e X do épico *O Guesa*, assim como a sua carta-artigo *O Estado dos índios*, tendo por base as três dimensões elencadas no título do capítulo: indianismo romântico, política indigenista e povos indígenas. Pretende-se demonstrar como a construção do pensamento de Sousândrade no contexto de perda de poder simbólico do Segundo Reinado e implantação da República no Brasil se pautou muitas vezes por parâmetros diferentes dos poetas e escritores que cercavam o imperador, mas nem por isso estava isento dos padrões homogeneizadores e hierarquizantes da elite ilustrada que, ao fim e ao cabo, acabavam por preconizar a assimilação dos povos indígenas no seio da Estado-nação na condição de cidadãos. No caso em análise, no seio do projeto republicano de nação encampado pelo poeta maranhense.

Joaquim de Sousandrade e o Indianismo Romântico

Nicolau Sevcenko, no livro *Literatura como missão*, não vai além de definir a ligação mecânica entre o romantismo e as estruturas da sociedade imperial. Dando-lhe a palavra:

O romantismo representou bem um modelo de sociedade estável, mantida sob um sistema homogêneo de autoridade, como o do Segundo Reinado no Brasil. Supunha por isso, um sistema de valores e uma perspectiva de contemplação social privilegiada e também exclusiva, que é que se orienta do topo em direção à base da pirâmide (2003, p. 275).

Como se pode notar, Sevcenko desconsidera a possibilidade de o indianismo romântico abarcar uma variedade de respostas às querelas políticas e econômicas do Brasil imperial. Por outro lado, David Treece, ao atrelar o indianismo literário aos debates sobre a política indigenista, vai dizer que o movimento romântico apresentava uma sequência complexa e dinâmica de imagens possíveis do Estado nacional brasileiro, da independência até a queda da Monarquia. Para Treece, qualquer análise sobre o indianismo romântico

terá de confrontar o fato não reconhecido até aqui de que a condição contemporânea do índio era uma questão política em todo o período, envolvendo historiadores, estadistas e escritores, inclusive muitos indianistas, em debate prolongado e, com frequência, apaixonado. O desenvolvimento do indianismo literário estava intimamente ligado à

evolução desse debate sobre a direção da política indigenista oficial (2008, p. 25).

No centro deste processo encontrava-se uma série de contradições políticas e ideológicas na qual se assentava o plano de construção do Estado moderno brasileiro no século XIX. A partir da década de 60, por exemplo, o Segundo Reinado começou a perder legitimidade junto às classes que o sustentavam. Desde o final da década anterior, viera à tona a instabilidade no que se convencionou chamar período de conciliação⁴⁹. Época da expansão cafeeira, esse foi um período de intensas lutas pela apropriação de terras, aí envolvidas as comunidades indígenas, assim como foram intensas as insurreições negras e as lutas entre os setores dominantes do Estado Imperial.

Na década de 70, após a Guerra do Paraguai, o Segundo Reinado estava profundamente debilitado. Além disso, desse período em diante, dois movimentos importantes ganharam força: o abolicionista e o republicano. Assim como o movimento republicano não foi mero reflexo de uma classe senhorial ressentida, mas também fruto de anseios democráticos, a aprovação da lei de 28 de setembro de 1871 não pode ser interpretada como uma dádiva, mas sim como desdobramento de uma “crise social e de debates políticos intensos” (CHALHOUB, 2003, p. 19).

De mais a mais, outras questões se relacionavam a esse momento em que o consenso político em torno do Segundo Reinado começava a se desmanchar. Na América Latina, as turbulentas repúblicas ainda significavam fragmentação política, ideológica e territorial; na América do Norte, a Guerra de Secessão descortinava o problema da escravidão em relação ao progresso industrial e à ideia de civilização; além disso, havia pressões externas pelo fim da escravidão e o *haitianismo* ainda pairava como espectro a assombrar a elite política da Corte; na Europa, revoluções liberais questionavam o poder dos governos autocráticos. No entanto, nem tudo eram bolores: como salientou Alencastro, “o estabelecimento do Segundo Reinado na França (1852-70) deu ao Segundo Reinado um novo tom de modernidade e confirmou o francesismo das elites brasileiras” (1997, p.43).

Desse modo, neste espaço permeável, dado a continuidades e rupturas, forjaram-se novas concepções de se pensar a nação. No bojo deste processo particular, novas ideias foram ganhando corpo, e a contraditória modernidade em que se assentou a construção do

⁴⁹ Para esse recorte temporal como marco do fim do período da política de conciliação perpetrada pelo Império, utilizaremos a interpretação de Sérgio Buarque de Holanda. No seu livro póstumo *Capítulos de história do Império*, o autor aponta que já no final da década de 50 estariam se acumulando desajustes partidários e políticos antes dissimulados pelo esforço conciliatório centralizado na figura política de D. Pedro II (2010).

Estado Imperial brasileiro no Oitocentos foi perdendo paulatinamente a legitimidade que antes gozara. O indianismo romântico, antes um importante suporte simbólico da Monarquia, se voltou contra ela dentro deste processo que culminou na queda do Império em 1889. Como afirmou Treece:

O final do Império produziu, pois, um breve eco do Indianismo trágico e ultrajado dos primeiros românticos, na medida em que abolicionistas e republicanos lutaram para romper com a herança colonial que o Império havia preservado (2008, p. 16).

No entanto, é preciso voltar um pouco no tempo para compreender-se como se desenrolou a consolidação de uma Monarquia Constitucional nos trópicos. Depois das duas primeiras décadas que se seguiram ao processo de independência e da consolidação problemática do Estado moderno no Brasil, forjou-se um programa sistemático de construção identitária que visava à conquista de autonomia cultural em relação à antiga metrópole. Esse programa girou principalmente em torno de três eixos: delimitação de fronteiras, invenção de uma historiografia nacional e de uma literatura e poesia próprias, todos intrinsecamente relacionados (GUIMARÃES, 2011).

Encabeçada por uma elite ilustrada interiorizada (DIAS, 2009) na província fluminense, na Corte, esse plano de autonomização foi complexo e contraditório. Se por um lado esta elite proclamava as particularidades locais, por outro, almejava estar a par da civilização europeia. Somando-se a isso, tendo em vista o caráter que assumiu o processo de independência no país, com a preservação dos laços dinásticos com a família real portuguesa, a rejeição ao legado colonial, pelo menos a princípio, foi bem pequena, principalmente quando comparada aos outros países latino-americanos (RICUPERO, 2004).

Dentro dessa diretriz de conformação identitária, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) ocupou lugar de destaque, importante centro de debate das questões nacionais. Fundado em 1838, seus membros faziam parte da elite literária e política fluminense. Propulsora do projeto cultural oficial, palaciano, a instituição se pautou, grosso modo, pela tradição iluminista, com os ideais de civilização e progresso. A partir da década de 50 se tornou polo ativo de discussão do conhecimento, recendendo ares de cientificidade (GUIMARÃES, 1998). Foi também a partir desse momento que D. Pedro II passou a participar ativamente do instituto e da vida política e cultural do país. Nas palavras de Schwarcz:

Dessa data em diante, o Instituto Histórico funcionará como uma espécie de porto seguro, um estabelecimento oficial para as experiências do jovem monarca, crescentemente empenhado em imprimir um ‘nítido caráter brasileiro’ à nossa cultura. A participação do imperador não era, portanto, a partir dos anos 50, apenas financeira (1998, p. 127).

Como mostrou Manoel Luiz Salgado Guimarães, esse projeto de construção de identidade nacional esteve intimamente vinculado à “manutenção da monarquia, tomada como garantia e pressuposto para a integração do país” (2011, p. 69). Segundo o autor, a invenção de uma determinada concepção historiográfica “imbuída da fé humanístico-iluminista acerca da possibilidade e da necessidade do aperfeiçoamento da condição humana” (p. 129) esteve fortemente atrelada à consolidação da Monarquia Constitucional no Brasil. Daí o interesse dos intelectuais do IHGB, sem dúvida o centro em torno do qual giravam as discussões e projetos de nação, pelas questões relacionadas às fronteiras, às comunidades indígenas, à escravidão, à colonização portuguesa, à ação jesuítica durante o período colonial, tudo considerado fonte para a construção de um todo homogêneo nacional, que deveria ter como epicentro o Estado Imperial.

Outra questão importante para entendermos a discussão política em torno dos projetos nacionais para o Brasil imperial é o nascimento da prática etnográfica no IHGB. Segundo Kaori Kodama, este surgimento “refletia o próprio movimento de criação de um espaço discursivo sobre os índios e o passado remoto no contexto da busca de uma história de cunho nacional” (2009, p. 46). Inicialmente atrelada ao campo da historiografia nacional então emergente, a prática etnográfica conferia aos índios um lugar na história do Brasil que ia se configurando, tanto como imposição do desenvolvimento destes campos de estudo quanto como exigência de um controle sobre a paisagem, sobre o delineamento das fronteiras do território nacional. Estes indicadores da paisagem física e humana serviam, por sua vez, como demonstrativo do seu potencial exploratório para empreitada expansionista imperial (KODAMA, 2009).

No entanto, durante as décadas de 40 e 60, na medida em que a história se distanciava das crônicas coloniais e se especializava enquanto ciência positiva, operava-se um distanciamento entre a história e a etnografia. Nesse passo, segundo Kodama, o índio passava cada vez mais a ocupar um lugar no início da história pátria.

A imposição de uma ordem que situava o índio na primeira parte da história do Brasil refletia, pois, a própria divisão, possivelmente cada vez mais consciente, que separava também em campos de estudo diferentes a história e a etnografia. Quanto mais a escrita histórica do Oitocentos se distanciava, mediante um método, dos escritos dos cronistas coloniais, e

quanto mais o estudo sobre os índios se realizava não pelo historiador, mas pelo especialista da história da natureza, o lugar do índio na história do Brasil se definia por uma ordem que o colocava em seu início. Dessa forma, o processo de ordenação referia-se também a uma distinção dos campos de saber no Brasil e, aos poucos, separava mais nitidamente a história da etnografia. Mas a ligação entre ambas também estava selada desde então (2009, p. 181).

Porém, como demonstrou a própria autora, esta problemática não se resumia a destinar aos índios um lugar na história nacional. Ela também estava relacionada à tentativa de atribuir um lugar aos povos indígenas que ocupavam o território brasileiro no projeto de nação imperial, de modo a adequar as nações indígenas à civilização. Rodrigo Turin, por exemplo, vai dizer que a discussão etnográfica levada a cabo no âmbito do IHGB direcionava-se à resolução de dois problemas principais.

Primeiro, uma busca pela especificidade histórica das populações indígenas. Interessava desvendar quais eram suas origens, seus parentescos, suas divisões, em que estado se encontravam quando da chegada dos portugueses. Todos esses pontos tinham por fim estabelecer um juízo definitivo sobre a questão fundamental: se esses grupos que aqui se encontravam tinham sempre permanecido num “estado de natureza” ou, ao contrário, eram formas decaídas de civilizações anteriores. Para além da superficialidade do espaço, procurava-se reconstruir a profundidade do tempo. Um segundo problema que norteou os trabalhos etnográficos, decorrente do primeiro, dizia respeito à possibilidade ou não de se “catequizar” a população que ainda habitava o território, e qual seria o melhor método a se adotar (2010, p. 134).

Ou seja, tratava-se também de atribuir aos indígenas um lugar no futuro da nação. Melhor dizendo: a possibilidade ou não de sua inclusão no projeto civilizador levado a cabo pelo Estado nacional.

Como notado mais atrás, este projeto civilizador deveria ter como epicentro o Estado Imperial. Visto como herdeiro da empresa colonial portuguesa, caberia então ao elemento português um papel preponderante na história nacional que então se forjava. Na dissertação *Como se deve escrever a História do Brasil* de 1843, apresentada ao concurso patrocinado pelo IHGB, Von Martius⁵⁰ deixa bem claro que papel caberia ao elemento português dentro deste projeto coesivo de nação.

O sangue português, em um poderoso rio deverá absorver os pequenos confluente das raças India e Ethiopica. Em a classe baixa tem lugar esta mescla, e como em todos os paizes se formam as classes superiores dos

⁵⁰ Carl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868) foi um botânico naturalista alemão que veio ao Brasil para acompanhar a missão científica enviada ao governo do Brasil pelos governos bávaro e austríaco. Entre 1817 e 1820, o naturalista partiu em expedição científica pelo país para colher plantas medicinais, material etnográfico e filológico. Como resultado de tal pesquisa, publicou junto de Spix a obra *Viagem ao Brasil*, dando inúmeras contribuições para o estudo da etnografia e filologia sobre os povos indígenas.

elementos das inferiores, e por meio d'ellas se vivificam e fortalecem, assim se prepara actualmente na ultima classe da população brasileira essa mescla de raças, que d'ahi a seculos influira poderosamente sobre as classes elevadas , e lhes communicará aquella actividade historica para a qual o Imperio do Brasil é chamado.⁵¹

É possível depreender deste trecho citado que caberia ao português, representante “supremo” da civilização e do progresso humano, através da ação política no âmbito das instituições vinculadas ao Estado Imperial, levar em frente a construção da nação. Outra questão que surge desta citação diz respeito à crença no branqueamento da população, uma perspectiva racial de cunho cientificista.⁵²

Arelado a essa trama em torno da afirmação e constituição de uma historiografia nacional e da prática etnográfica estava o indianismo romântico. Esse “movimento” congregou poetas, dramaturgos, historiadores, publicistas e romancistas. Importante instrumento de positivação da jovem nação, através do indianismo romântico, fatos históricos foram narrados, mitos e lendas, criados (CÂNDIDO, 2004; BOSI, 2006).

Dentro desse contexto de criação de uma literatura independente e de uma memória e história nacionais, os poetas e romancistas românticos ressaltaram as particularidades locais, a fauna e a flora, a natureza brasileira. Para Afrânio Coutinho, “o nacionalismo romântico assumiu um caráter muito próprio no Brasil, sob a forma do indianismo” (2002, p. 24). O índio assumiu assim um importante papel nessa comunidade imaginada. Presente na iconografia oficial e nos rituais do Império, se no Instituto Histórico ele foi incluído na história oficial que se forjou, na literatura romântica o ameríndio foi elevado ao patamar de mito nacional, de herói fundador da nação. No entanto, a literatura nacional exaltou o índio extinto do passado ao passo que o índio contemporâneo foi visto como degradado e selvagem. Segundo Carneiro da Cunha: “Até por uma questão de orgulho nacional, a humanidade dos índios era afirmada oficialmente, mas privadamente ou para uso interno

⁵¹ *Livro de Fontes de Historiografia Brasileiro*. Organização de Manoel Luiz Salgado Guimarães. Rio de Janeiro: EdUERJ (2010), p. 65.

⁵² Para entender o processo de consolidação das teorias raciais no decorrer do século XIX por parte da intelectualidade brasileira, ver *O Espetáculo das Raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870 – 1930)* de Lilia Moritz Schwarcz (1993). Neste livro, a autora vai demonstrar como as ideias europeias baseadas em modelos biológicos de análise foram selecionadas e instrumentalizadas em território nacional. Segundo Schwarcz, o conceito de raça “além de sua definição biológica acabou recebendo uma interpretação sobretudo racial” (p. 17). No Brasil, este conceito, “introduzido de forma crítica e seletiva, transforma-se em instrumento conservador e mesmo autoritário na definição de uma identidade nacional e no respaldo a hierarquias sociais já bastante cristalizadas (p. 42). Ver também *Estilo Tropical: História Cultural e Polêmicas Literárias no Brasil* de Roberto Ventura (1991). Para entender esta discussão no âmbito do IHGB, ver *Os índios no Império do Brasil: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860* de Kaori Kodama (2009).

do país, a ideia de bestialidade, de fereza, de animalidade dos índios, era comumente expressa” (1992, p. 134).

Segundo Maria Regina C. de Almeida, ao analisar a consolidação das nações brasileira e mexicana no século XIX, esta construção abarcou no mínimo três imagens dos povos indígenas:

Os “idealizados do passado”, os “bárbaros cruéis” e os “degradados”. Enquanto os do primeiro grupo foram enaltecidos nas literaturas e histórias nacionais, os demais – que, ao contrário dos primeiros, tinham presença significativa nas novas sociedades brasileira e mexicana – impunham desafios aos Estados e absolutamente não serviam de modelo para símbolo nacional. Para eles se construíram as imagens de selvageria e degradação e dirigiram-se as políticas assimilacionistas que, embora orientando-se pelo princípio geral de civilizar os índios e incorporá-los aos Estados na condição de cidadãos, variavam bastante conforme as situações e necessidades (2007, p. 200).

Assim, o indianismo romântico desenvolvido no momento de consolidação do Segundo Reinado, dentro da política de consenso das suas primeiras décadas, exaltou o índio guerreiro aliado dos portugueses, capaz do auto-sacrifício em nome do colonizador. Nesse caminho, estavam as obras de José de Alencar e Gonçalves de Magalhães, sendo que este teve o seu épico *A Confederação dos Tamoios* patrocinado pelo imperador. Um trecho de *O Guarani* do romancista José de Alencar ilustra bem esta situação:

O fidalgo não sabia mais o que admirar, se a força do heroísmo com que ele salvara a sua filha, se o milagre de agilidade com que se livrara a si próprio da morte.

Quanto ao sentimento que ditara esse proceder, D. Antônio se admirava; conhecia o caráter dos nossos selvagens, tão injustamente caluniados pelos historiadores; sabia que fora da guerra e da vingança eram generosos, capazes de uma ação grande, e de um estímulo nobre.

Por muito tempo reinou silêncio expressivo nesse grupo, que se acabava de transformar de modo tão imprevisto.

D. Lauriana e Isabel de joelhos oravam a Deus, rendendo-lhe graças; Cecília ainda assustada apoiava-se ao peito de seu pai e beijava-lhe a mão com ternura; o índio humilde e submisso fitava um olhar profundo de admiração sobre a moça que tinha salvado (1857, p. 102).

Nesse romance de 1857, a história gira em torno da família do fidalgo D. Antônio de Mariz. Peri, o invencível goytacaz, nega a própria identidade étnica em defesa da branca e bela Ceci. Ficam muito claras aí as intenções de Alencar ao qualificar o índio como guerreiro que “também voluntária e lealmente empregava seus poderes especiais a serviço da comunidade colonial e contra aquelas forças internas e externas que ameaçavam a sua sobrevivência” (TREECE, 2008, p. 213). Para o romancista, Peri representava o

escravo ideal capaz do sacrifício em nome da lógica de dominação senhorial que sustentava a contraditória modernidade em que assentou o Segundo Reinado no Brasil.

No entanto, a construção da obra do romancista sofreu mudanças no decorrer do tempo. Por exemplo, os livros *O Tronco do Ipê* e *Til* não representavam o mito da conciliação. Escritos no início da década de 70, “quando as bases políticas e econômicas da ordem imperial estavam sendo seriamente abaladas” (TREECE, 2008, p. 282), nestes romances os personagens principais já não eram mais o modelo ideal tal qual Peri, mas antes, figuras degeneradas e destrutivas que deixavam à mostra as contradições do domínio senhorial e da sociedade aristocrática.

Gonçalves Dias, por sua vez, denunciou o processo colonizador, enquanto violento e desleal, e fez uma defesa humanitária do índio. Como notado por Kaori Kodama:

Essa perspectiva permitia a Gonçalves Dias reforçar os atributos morais desejáveis aos índios do passado, como povos originalmente guerreiros e bravos que só se encontravam em situação decadente por culpa da própria civilização (2009, p. 170).

É o que pode ser observado num trecho do poema *Deprecação*:

E a terra em que pisam, e os campos e os rios
Que assaltam, são nossos; tu és nosso Deus:
Por que lhes concedes tão alta pujança,
Se os raios da morte, que vibram, são teus?
Teus filhos valentes, temidos na guerra,
No albor da manhã quão fortes os vi!
A morte pousava nas plumas da frecha,
No gume da maça, no arco tupi!
E hoje em que apenas a enchente do rio
Cem vezes hei visto crescer e baixar...
Já restam bem poucos dos teus, qu'inda possam
Dos seus, que já dormem, os ossos levar.

(*Deprecação*, GONÇALVES DIAS)

Ao fazer uma crítica à colonização ibérica na América portuguesa, Gonçalves Dias rompia na sua poesia a continuidade tecida entre a empresa colonial portuguesa e o Estado Imperial. No entanto, o poeta não questionou a agenda política imperial.

Nas décadas seguintes, mais independentes da órbita em que giravam os intelectuais vinculados ao projeto nacional do Estado Imperial, escritores e poetas parodiaram, satirizaram e criticaram de modo ácido o Segundo Reinado e seu projeto de nação.

Pode-se inferir daí que essa elaboração cultural e política da Nação não foi única. Se durante as décadas de 40 e 50 gozou de uma aparente estabilidade, ainda que houvesse

vozes dissonantes, a partir da década de 60, com o amadurecimento de uma classe intelectual menos atrelada aos ditames palacianos, inclusive nas províncias mais afastadas da Corte, e com a gradativa perda de poder simbólico do Segundo Reinado, surgiram grupos menos dependentes do Estado monárquico sediado na Corte e de suas instituições. Segundo Treece:

É quase como se, ao revisitar mais uma vez a história genocida dos anos coloniais, esta última geração estivesse, à sua própria maneira, desmascarando o idealismo conservador da mitologia alencariana de Conciliação que ajudara a sustentar a auto-imagem e legitimidade do Império (2008, p. 292).

O Guesa, a narrativa indianista de Sousândrade, pode ser vista como um importante ataque simbólico à Monarquia. A estética romântica, antes um veículo utilizado para a consolidação da imagem do Império, foi usada para criticá-lo. Sousândrade se valeu do principal aporte da invenção simbólica da nação, o índio, para atacar o Segundo Reinado e sua política indigenista. Através da sátira e do antidiscurso, em alguns fragmentos do poema, o poeta maranhense inverteu o signo do indianismo, instrumentalizando o ameríndio para fins republicanos. Em seguida, alguns trechos do Canto II do poema, o qual ficou conhecido como *A Dança do Tatuturema*, uma espécie de ritual ameríndio corrompido onde aparecem diversas personalidades, inclusive, o imperador:

(*Ministro português vendendo títulos de honra a brasileiros que não têm:*)

- Quem de coito danado
Não dirá que vens tu?
Moeda falsa és, esturro
Caturro,
D'excelência tatu!

(*Moral educação prática:*)

- A mulher, é Jovita;
O homem, Bennettetão:
Oh! Faz Hudson-manbusiness,
Freeloves;
Amazonas, Poltrão!

(*CUNHAMBEBE rugindo:*)

- Missionário barbado
Que vens lá da missão,
Tu não vais à taberna,
Que interna
Tens-na em teu coração!

(*2º Patriarca:*)

- Brônzeo está no cavalo
Pedro, que é fundador;
Ê! ê! ê! Tiradentes,
Sem dentes,
Não tem onde se pôr!

(*O GUESA, rodando:*)

- Eu nasci no deserto,
Sob o sol do equador;
As saudades do mundo,
Do mundo...
Diabos levem tal dor!
Das guardas nacionais os comandantes,
O nobre escravocrata, que é barão,
Os poetas do amor, mimos de amantes,
Ali rendiam preitos à função.

(*O Guesa*, SOUSÂNDRADE)

Nestes versos, o poeta satiriza a figura do imperador, dos missionários e, por conseguinte, da política indigenista imperial. Ao jogar com a sátira e a crítica e romper com a linearidade narrativa do épico, o poeta maranhense radicaliza assim a estética romântica.

No entanto, no que diz respeito ao tratamento poético dado ao índio neste épico, se Sousândrade inovou ao trabalhar com o índio amazônico do seu tempo, ele o fez dentro dos parâmetros hierarquizantes da época os quais tendiam a ver o índio ou como o guerreiro ideal do passado ou como vítimas passivas dentro dos processos de integração e colonização. Mesmo nos dois Cantos infernais, o poeta continua jogando com a lógica dominante ocidental, pois o índio decrépito aí presente é o mesmo que deverá ser redimido pela ação civilizatória encampada pelo homem branco. Como muito bem frisou Kaori Kodama, a ideia de decadência pressupunha a de regeneração (2009). Alguns versos do Canto II que antecedem a entrada no ritual indígena conspurcado deixam claro esta situação:

Oh! doce enlevo! oh! bem-aventurança!
Paradiseas manhãs! riso dos céus!
Inocência do amor e da esperança
Da natureza estremecida em Deus!
Mas, o egoísmo, a indiferença, estendem
As eras do gentio; e dos passados
Perdendo a origem cara estes coitados,
Restos de um mundo, os dias tristes rendem.
Quanta degradação! Razão tiveram
Vendo, os filhos de Roma, todos bárbaros
Os que na pátria os olhos não ergueram,
Nem marcharam à sombra dos seus lábaros.
Mas, que danças! não são mais as da guerra,
Sacras danças dos fortes, rodeando
A fogueira que estala e a, que inda aterra,
Vitória os hinos triunfais cantando:
Selvagens – mas tão belos, que se sente
Um bárbaro prazer nessa memória
Dos grandes tempos, recordando a história

Dos formosos guerreiros reluzentes:
Vão e vêm os caboclos vagabundos,
Bêbados riem-se diante das fogueiras
Ou balançam-se em lúbricas maqueiras,
Nestes odores podres-nauseabundos.

(*O Guesa*, SOUSÂNDRADE)

Ficam patentes nestes versos muitas questões próprias da estética romântica, quais sejam: a exaltação da natureza, o seu estado idílico, o índio do passado num estado de puro éden e o índio do presente em estado de decadência. Sousândrade adotava assim uma postura pendular e complementar que, em última instância, apontava em direção a uma reflexão acerca da civilização.

Portanto, no que tange ao indianismo romântico, pensamos não ser possível visualizar n' *O Guesa* de Sousândrade um realismo *avant la lettre* como muitos dos seus intérpretes defenderam. Não se quer dizer com isso que o poeta maranhense não tenha inovado ao trazer para o seu épico indianista o índio de seu tempo, o ideal republicano e democrático e inovações linguísticas. Em nosso entendimento, Joaquim de Sousandrade foi capaz de elaborar uma visão muito peculiar em sua composição poética. Criada num momento histórico minado por graves contradições, a utopia nela intrínseca de uma democracia republicana e cristã pautada nas noções de civilização e progresso certamente abarcou uma tensão interna muito própria aos intelectuais de meados para fins do século XIX que tinham que conciliar a valorização do espaço americano com seu arcabouço teórico ocidental e que ao fim acabavam por defender a assimilação dos povos indígenas na condição de cidadãos no seio do Estado, negando assim suas identidades étnicas.

Política Indigenista, *O Guesa* e *O Estado dos Índios*

O poema épico *O Guesa* foi uma narrativa importante para a consecução do projeto republicano de nação encampado pelo poeta Joaquim de Sousandrade. O índio em estado de decadência aí presente, além de se constituir enquanto uma crítica ao projeto imperial de nação, pressupunha necessariamente a regeneração a ser alcançada pelas políticas assimilacionistas então em voga, políticas com as quais o poeta comungava de modo

inequívoco. É o que se pode notar nos dois últimos Cantos⁵³ do poema e no artigo *O Estado dos índios* que Sousândrade publicou em Nova Iorque em 1872 no periódico *O Novo Mundo*. Tanto nestes Cantos quanto no artigo, o estado de decadência dos povos indígenas ressaltado pelo poeta relacionava-se à proposição de uma política indigenista assimilacionista.

Segundo Manuela Carneiro da Cunha:

A questão da humanidade dos índios e de sua capacidade para a civilização não era, conforme se poderia imaginar, puramente teórica: tinha implicações para a política indigenista, e singularmente sobre se deviam exterminar sumariamente os índios ou se os devia atrair, educar e tentar incluir na sociedade civil (CUNHA, 1992, p. 6).

Como muito bem demonstrou Manoel Luiz Salgado Guimarães, a questão indígena teve grande importância nas discussões e pesquisas levadas a cabo no âmbito do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Segundo o autor, “só a combinação de interesses históricos, políticos e também econômicos pode explicar a razão de esse tema ter tido tamanha ressonância” (2011, p. 114). Para Guimarães,

não se tratava apenas de incluir a história dos índios na história nacional, mas, concretamente, tratava-se, sobretudo, da integração social de determinadas parcelas da população, viabilizando a realização de determinado “processo civilizador”. Isso trazia à baila questões a respeito da possibilidade dessa integração, bem como sobre a cristianização empreendida principalmente pelos jesuítas e sobre a experiência previamente acumulada nas ações de pacificação dos indígenas. O conhecimento adquirido deveria constituir o cerne de uma política indígena” (2011, p. 114).

Ainda como demonstrou o autor, esta questão não podia ser dissociada das discussões acerca do fim da escravidão.

No início do século XIX, momento de amadurecimento dos ideais liberais no Brasil, sobretudo a partir do processo de independência, entrou em pauta o dilema a respeito do fim da escravidão. “As ideias da burguesia – cuja grandeza sóbria remonta ao espírito público e racionalista da Ilustração” (SCHWARZ, 2012, p. 18) se chocava aqui com a presença maciça do trabalho escravo, espreado que estava, inclusive, na Corte. No entanto, como demonstrou Ricardo Salles, a escravidão não era tão estranha assim ao liberalismo. Muito pelo contrário, “ela era marcada por seu caráter orgânico e seria um erro menosprezar o pensamento liberal que se desenvolveu principalmente no Sul dos Estados Unidos e no Brasil Imperial” (2013, p. 109). Dentro deste quadro aparentemente

⁵³ Neste caso, ver o terceiro capítulo da presente dissertação.

controverso, a integração dos índios articulava-se com a própria superação de escravidão. Embora não se restringisse a isso, “por trás da ação de civilizar os índios, escondia-se o desejo de utilizá-los como mão de obra na agricultura e mineração” (GUIMARÃES, 2011, p. 154).

Segundo John Monteiro:

Não se pode menosprezar a importância da abolição, em 1850, do tráfico negreiro e a lenta extinção da escravidão no Brasil para o debate indigenista. Embora tenha se tornado lugar comum na historiografia brasileira a afirmação de que a mão de obra indígena pouco contribuiu para a formação econômica do país, houve fortes defensores da substituição do escravo africano pelo trabalhador indígena, tanto na colônia quanto no império (2001, p. 173).⁵⁴

Dessa maneira, é possível depreender que a política indigenista não pode ser entendida nesse contexto de construção de uma determinada nacionalidade somente como um meio pelo qual era possível redimir e integrar os povos indígenas no Estado-Nação. Essa assimilação muitas vezes era vista como possibilidade real de fazer com que o trabalho indígena substituísse o trabalho escravo africano, sobretudo por aqueles intelectuais e políticos que se posicionaram contra a imigração de mão de obra estrangeira, como é o caso de Sousândrade.

Ancorada no pensamento ilustrado, a ideologia que embasou esta política assimilacionista no século XIX baseava-se nos valores ocidentais europeus de civilização e progresso. Para os intelectuais da América portuguesa, e depois do Império, tratava-se de enfrentar estes “desafios oriundos do pensamento ilustrado” (ALMEIDA, 2007, p. 197), porque

se o Século das Luzes caracterizou-se pelo desenvolvimento das ciências, das artes e do pensamento filosófico com ideias humanitárias que defendiam a liberdade e igualdade, não faltaram também ideias preconceituosas que afirmavam a inferioridade do continente e de seus habitantes. Tais ideias repercutiram na América e apresentaram para as elites intelectuais o desafio de valorizar o espaço americano e suas próprias origens (ALMEIDA, 2007, p. 197).

⁵⁴ Neste caso, ver *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo* (1994). Neste livro, John Monteiro vai demonstrar o caso da capitania de São Vicente nos dois primeiros séculos de colonização no que diz respeito à escravização dos povos indígenas. Segundo o autor, “a relação essencial entre mão-de-obra abundante e agricultura comercial definiu os contornos da sociedade paulista no século XVII e, concomitantemente, integrou São Paulo aos quadros da economia colonial” (p. 209). Mão-de-obra abundante neste caso significava a possibilidade de reprodução de braços para lavoura através de apresamentos de índios nos arredores da Vila de São Paulo assim como no sertão.

Segundo John Monteiro, este problema se desenvolverá a partir do século XIX em duas frentes: antropológica, pois aos princípios universais contrapunha-se uma noção de raça poligenista; política, pois, ao se diferenciar dos países europeus valorizando os indígenas do passado, os intelectuais do Império brasileiro no século XIX não conseguiam se desvencilhar de uma visão negativa dos povos indígenas contemporâneos. Em suma, “tratava-se, no limite, de conciliar o caráter mestiço da matriz social com o desejo de ser um país civilizado” (MONTEIRO, 2001, p. 131).

Nesse ponto, torna-se importante focar no desenvolvimento da política assimilacionista cujas bases remontam à segunda metade do século XVIII. O Diretório dos Índios, política pombalina que tinha como principal objetivo integrar os indígenas à sociedade colonial, acabando com a distinção entre eles e os demais súditos do Rei, incentivou a miscigenação dos povos indígenas com os demais atores da sociedade colonial. Esta legislação tentou coibir a prática de costumes tidos como não-civilizados e tornou a utilização da língua portuguesa obrigatória. Dentro do contexto da política de centralização do Império português, este projeto, criado para a Amazônia e depois estendido às demais regiões da América portuguesa, apontou, grosso modo, para a transformação das aldeias indígenas em vilas e lugares portugueses destinados à assimilação dos índios (ALMEIDA, 2007).

No início do século XIX, D. João VI, sob o eufemismo de guerra justa, desencadeou uma ofensiva violenta contra os “índios bravos” dos sertões. No entanto, apesar de terem sido oficialmente abolidas pela Carta Régia de 1798, as diretrizes do Diretório dos Índios que recomendavam o tratamento brando continuavam a pautar a política indigenista deste período.

Segundo Maria Regina C. de Almeida,

o Diretório continuaria servindo de parâmetro oficial em várias regiões, com as necessárias adaptações, conforme as situações locais e as populações com as quais se lidava. Em algumas regiões efetuavam-se descimentos e estabeleciam-se novas aldeias; em outras se desencadeavam guerras e, em áreas de colonização mais antiga, pregava-se o fim das aldeias, com o argumento de que os índios já estavam civilizados e misturados à massa da população. Essas práticas coexistiram e se sucederam de meados do século XVIII ao XIX, no qual a política indigenista manteve e acentuou o caráter assimilacionista lançado por Pombal (ALMEIDA, 2008, p. 96).

Em 1823, influenciado pelo pensamento ilustrado pombalino, José Bonifácio⁵⁵ apresentou à Assembleia Constituinte os *Apontamentos para a civilização dos índios bravos*⁵⁶. Para o intelectual, o Estado recém-independente deveria,

imitar, e aperfeiçoar os métodos de que usaram os jesuítas. Eles por meio de brandura, e benefícios aldearam infinidade de índios bravos, e o que mais é, até os governadores de Goiás imitando-os, fizeram os nossos amigos os acroás, os javoés, os indômitos caiapós, e os cruéis xavantes. E como conseguiram? Dando liberdade aos prisioneiros, vestindo-os, e persuadindo-lhes a que viessem viver debaixo das santas leis do evangelho. Apesar de sua barbaridade, reconheceram eles os obséquios feitos, e não foram insensíveis às atenções com que os tratavam os grandes caciques dos brancos, como eles chamavam aqueles generais.

Embora não tenha sido incorporado à Constituição de 1824, o projeto foi aprovado e iria percutir nas discussões acerca dos povos indígenas no IHGB assim como no pensamento de Sousândrade, como será visto.

Após a abdicação de D. Pedro I em 1831, o Ato Adicional de 1834, na esteira da descentralização política, delegou às Assembleias Legislativas Provinciais o poder de legislar sobre a catequese e civilização das comunidades indígenas. Nesse passo, não foram poucas as províncias que optaram por políticas antiindígenas, com a utilização de métodos violentos e desumanos (CUNHA, 1992), ainda que publicamente continuasse prevalecendo a ideia de um tratamento mais humano.

Só em 1845, com a promulgação do Decreto n. 426, o qual continha o *Regulamento acerca das Missões de Catequese e Civilização dos Índios*, foi que o Império passou a ter uma legislação de âmbito nacional. Neste decreto, pode-se visualizar a oficialização, por meio de uma legislação específica, do tratamento humano dispensado aos índios com fins estritamente utilitários e pragmáticos. Dois parágrafos do primeiro artigo da lei imperial apontam claramente em tal direção:

⁵⁵ É preciso notar que José Bonifácio se formou intelectualmente nos quadros do Império Português. O intelectual viveu no ambiente pós-pombalino da Universidade de Coimbra, ou seja, momento do reformismo ilustrado, onde a promoção da ilustração se deu a partir do próprio Estado absolutista. No plano econômico, essa tentativa de modernização significou o recrudescimento da lógica mercantilista, do monopólio comercial da metrópole em relação à colônia. Para entender melhor a formação de José Bonifácio neste contexto assim como no momento posterior do processo de independência, ver *Construção da nação e escravidão no pensamento de José Bonifácio (1783-1823)* de Ana Rosa Clochet da Silva (1999) e *José Bonifácio* de Miriam Dolhnikoff (2012).

⁵⁶ *Projetos para o Brasil: José Bonifácio de Andrada e Silva*. Organização de Miriam Dolhnikoff. São Paulo: Companhia das Letras (1998, p. 101). Importante ressaltar que, como demonstrou Ana Rosa C. da Silva, “a política indigenista de José Bonifácio articulava-se à sua preocupação mais ampla com a própria superação da escravidão” (1999, p. 188).

§ 19. Empregar todos os meios lícitos, brandos, e suaves, para atrair índios às Aldeias; e promover casamentos entre os mesmos, e entre eles, e pessoas de outra raça.

§ 20. Esmerar-se em que lhes sejam explicadas as máximas da Religião Católica, e ensinada a Doutrina Cristã, sem que se empregue nunca a força, e violência; e em que não sejam os pais violentados a fazer batizar seus filhos, convidado atraindo-os à Religião por meios brandos, e suasórios.⁵⁷

Entretanto, com estas mudanças institucionais,

(...) afluía novamente uma situação de tensão. Tanto nos recintos elegantes das academias e institutos das capitais, quanto nos recantos rústicos dos sertões do Império, as disputas entre os que defendiam a “catequese e civilização” dos índios e aqueles que promoviam a sua remoção ou mesmo extermínio intensificavam-se cada vez mais. Neste contexto, as doutrinas raciais – que pregavam a inerente inferioridade dos índios, a impossibilidade dos mesmos atingirem um estado de civilização e, por fim, a inevitabilidade de seu desaparecimento da face da terra – teriam um lugar de destaque no debate em torno da política indigenista (MONTEIRO, 2001, p. 173).

De acordo com o que foi exposto, a questão de qual tratamento deveria ser dado aos povos indígenas parece bem complexa. O que se depreende deste imbróglio “é a conciliação das políticas aparentemente contraditórias da agressão e da assistência aos índios, aliás coerente com a tradição expressa na legislação e políticas coloniais, onde a espada nunca esteve muito distante da cruz” (MONTEIRO, 2001, p. 151). Porém, o tratamento humanitário, pelo menos publicamente, parecia ser a regra e não a exceção.

Para elucidar melhor esta questão, há o caso de Couto de Magalhães o qual foi Conselheiro de Estado, Presidente das Províncias de Goiás e Pará. Em 1876, Magalhães apresentou à Comissão Superior da Quarta Exposição Nacional, espécie de entrada para a Exposição Universal⁵⁸ que neste ano aconteceria nos EUA, Filadélfia, um estudo chamado *Os Selvagens*, no qual defendeu a conquista pacífica das comunidades indígenas com fins civilizatórios pautados na noção de progresso. De acordo com o político, o conhecimento da língua ameríndia⁵⁹ seria o principal meio para a “domesticação de nossos selvagens”.

⁵⁷ *Legislação Indigenista no Século XIX: Uma Compilação (1808-1889)*. Organização de Manuela Carneiro da Cunha. São Paulo: Edusp (1992, p. 193).

⁵⁸ As exposições universais consistiam em feiras onde países do mundo inteiro expunham produtos industriais, exóticos, estudos e tudo o que pudesse representar progresso e/ou possibilidade de progresso. Criadas em meados do século XIX no contexto do desenvolvimento do capitalismo industrial, segundo Schwarcz estas festas “(...) eram a melhor expressão da força e da utopia modernistas” (1998, p.388).

⁵⁹ O interesse por parte da intelectualidade do Oitocentos pelas “línguas indígenas” não se restringia ao caráter estritamente utilitário voltado para uma futura catequização. Ele também correspondia à necessidade de prover estes povos de uma cultura histórica de modo a possibilitar o enquadramento dos mesmos na história pátria que então se forjava. “Na falta de documentos históricos, os únicos métodos capazes de fornecer tais fatos eram a arqueologia e, principalmente, a gramaticalização da língua indígena” (TURIN, 2010, p. 135).

Neste texto fica patente que para Couto de Magalhães o tratamento humanitário dispensado ao índio tinha um caráter meramente utilitário e otimizador. Ao dirigir-se ao leitor no prólogo de seu trabalho, Couto de Magalhães afirma que:

Domesticar os selvagens ou fazer com que eles nos entendam, o que é a mesma coisa, equivale a fazermos a conquista pacífica de um território quase do tamanho da Europa, e mais rico do que ela.
Só essa conquista vale milhões; feita ela, porém, não conseguiremos somente a posse real da maior parte do território do império; conseguiríamos também um milhão de braços aclimados, e os únicos que se prestam às indústrias, que por muitos anos serão as únicas possíveis no interior – as extrativas e pastoris (p. 11).

Sousândrade, por sua vez, zombou da participação do Brasil na exposição da Filadélfia. No Canto X d'*O Guesa*, o qual ficou conhecido como *Inferno de Wall Street*, o poeta assim cantou:

(Comissários em Filadélfia expondo a CARIOCA
de PEDRO AMÉRICO; QUACKERS admirados)
- Antediluvio 'plesiosaurus',
Indústria nossa na Exposição...
= Oh Ponza! Que coxas!
Que Trouxas!
De azul vidro és o sol patagão!

(*O Guesa*, SOUSÂNDRADE)

No entanto, na carta-artigo *O Estado dos índios* que foi publicada em 1872 no periódico de linha positivista *O Novo Mundo*, Joaquim de Sousandrade, guardadas algumas diferenças, discutiu a questão indigenista nos mesmos termos em que Couto de Magalhães. Ao criticar o resultado da colonização e catequese dos índios sob os auspícios do Império, o poeta defendeu um tratamento cristão e humano (a praticidade aí explícita) o qual, segundo ele, a Monarquia não tinha conseguindo praticar:

Mas, o Governo que hoje pensa, e tem razão de pensar, na colonização do País, em desenvolver a população do Brasil, querará criar colônias de índios? Com os elementos que possui, é impossível! – ou acabará de destruir esses restos deixados dos primeiros exploradores; porque terá de escravizá-los, embora os salários, os filhos da natureza, e da absoluta liberdade. Eles são os infantes da Criação – que entretanto uma vez presos às virtudes morais, dão por elas a vida.
Portanto do apóstolo moderno do cristianismo é de que carece para chamar à sociedade brasileira os seus esquecidos índios: o apóstolo moderno, não com *santos lenhos e leites de Nossa Senhora*, mas com o exemplo vivo e prático os seduzindo pela escola e o templo, e tudo lá, lá mesmo onde estão, na sua tribo, donde o amor do lugar não os deixa separarem-se e onde os ferro-carris depois irão buscando as formosas

idades. Porém o apóstolo! o apóstolo de alma forte e das crenças do futuro!⁶⁰

Desta maneira, fica clara a seguinte questão: o que estava em jogo para Sousândrade não eram os fins, mas os meios pelos quais as populações indígenas estavam sendo integradas à sociedade. Sousândrade critica a política indigenista imperial, mas não os pressupostos que lhe dão base. Além disso, ainda neste artigo, muito próximo à proposta de José Bonifácio de 1823, o poeta e intelectual maranhense atrelou a integração dos índios à questão do fim da escravidão.

O africano escravo tinha feito esquecer ao índio, que se não pôde escravizar. Hoje pois que se trata de libertar o escravo, é natural e generosa a atenção que se volta para o livre – são corolários da emancipação, já desse primeiro passo dado para ela.⁶¹

Desse modo, podemos afirmar que a posição assumida por Sousândrade em relação às discussões acerca das políticas indigenistas não destoava do consenso geral que propunha o tratamento humanitário como meio de atrair os povos indígenas para integrá-los no Estado nacional na condição de cidadãos. Além disso, o poeta atrelava sua proposta assimilacionista à própria superação da escravidão. Como notado no final do primeiro capítulo, para o poeta, a integração dos povos indígenas articulava-se necessariamente ao problema da modernização agrícola. Homem de seu tempo, para Joaquim de Sousandrade as populações indígenas só poderiam ser consideradas enquanto fadadas à entrada no concerto do progresso e da civilização que o Estado nacional, no caso, republicano, poderia lhes proporcionar.

Os povos indígenas e as novas perspectivas historiográficas

Desde o século XIX até um período bem adiantado do século XX, a historiografia destinava aos povos indígenas, grosso modo, um papel secundário nos processos históricos em que estiveram envolvidos. Vistos como simples figurantes destes processos, os povos indígenas ou eram percebidos como em vias inevitáveis de desaparecimento, vistos como

⁶⁰ *Poesia e Prosa reunidas de Sousândrade*. Organização de Frederick Willians e Jomar Moraes. São Luís: Academia Maranhense de Letras (2003, p. 497).

⁶¹ *Poesia e Prosa reunidas de Sousândrade*. Organização de Frederick Willians e Jomar Moraes. São Luís: Academia Maranhense de Letras (2003, p. 497).

meras vítimas dos processos nos quais estavam inseridos, ou apareciam somente em momentos de confronto (ALMEIDA, 2010). O resultado deste tipo de interpretação acabou “(...) por somar à eliminação física e étnica dos índios sua eliminação como sujeitos históricos” (CUNHA, 2012, p. 22).

Este modelo de compreensão acerca dos índios estava em consonância e era incentivado pelas políticas indigenistas então em voga, e, como muito bem salientou Maria Regina C. de Almeida, “a política assimilacionista para os índios, iniciada com as reformas pombalinas em meados do século XVIII, teve continuidade no Império brasileiro e também na República” (2010, p. 18).

No entanto, pelo menos desde a década de 70 do século passado, com o fortalecimento dos movimentos políticos indígenas que reivindicam seus direitos e reafirmam suas identidades e com a reaproximação⁶² entre antropologia e história⁶³ nos espaços acadêmicos dedicados aos estudos sobre os índios, os povos indígenas passaram a ser pensados como “agentes sociais cujas ações também são consideradas importantes para explicar os processos históricos por eles vividos” (ALMEIDA, 2010, p. 10). Nesse compasso, longe das generalizações e simplificações que os viam como “povos sem história” parados no tempo, com culturas fixas sem relação com os processos históricos em que estavam envolvidas, os índios passaram a ser vistos como sujeitos ativos capazes de lidar com as mais diversas situações, mesmo que sob regimes violentos e desfavoráveis.

Não cabe no espaço deste capítulo discutir toda a produção acadêmica voltada para esta questão. Por ora, fica a indicação desta mudança de paradigma que fez com que fosse repensada a relação entre a criação de memórias literárias e históricas por intelectuais e

⁶² Digo reaproximação, pois a relação entre as ciências sociais e a história não é algo totalmente novo. Na França, os Annales, através de Marc Bloch e Lucien Febvre, já tinham dado este pontapé inicial, preocupados que estavam com os processos de longa duração. No entanto, ainda que tenhamos aqui no Brasil a obra *Caminhos e fronteiras* do historiador Sergio Buarque de Holanda (obra que trata da contribuição indígena no processo de colonização), é só a partir das últimas décadas do século XX que essa relação vai se dar de modo mais profundo e sistemático.

⁶³ Alguns exemplos que ilustram esta nova possibilidade: John Manuel Monteiro, *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo* (1994); Cristina Pompa, *Religião como tradução: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil colonial* (2002); Ronaldo Vainfas, *A Heresia dos índios* (1995); Maria Regina Celestino de Almeida, *Metamorfoses Indígenas* (2003), *Comunidades indígenas e Estado nacional: histórias, memórias e identidades em construção* (2007), *Índios na história do Brasil* (2010), *O lugar dos índios na história entre múltiplos usos do passado* (2009); Mônica Quijada, *Homogeneidad y Nación*, (2000); Manuela Carneiro da Cunha, *Índios no Brasil: História, Direitos e Cidadania* (2012), *História dos Índios no Brasil* (1992); João Pacheco de Oliveira, *Ensaio em Antropologia Histórica* (1999); Elisa Frühauf Garcia, *O projeto pombalino de imposição da língua portuguesa aos índios e a sua aplicação na América meridional* (2007); Patrícia Maria Melo Sampaio, “*Vossa Excelência mandará o que for servido...*” : *políticas indígenas e indigenistas na Amazônia Portuguesa do final do século XVIII* (2007); Maria Leônia Chaves de Resende e Hal Langfur, *Minas Gerais indígena: a resistência dos índios nos sertões e nas vilas de El-Rei* (2007).

políticos no século XIX e o modo como inúmeros povos indígenas estavam se posicionando e agindo dentro deste contexto. E mais: tendo em vista que todas as interpretações sobre o poema épico *O Guesa* insistem no seu caráter *avant la lettre*, como se Joaquim de Sousandrade tivesse anunciado valores caros à nossa sociedade contemporânea, todas estas novas questões nos ajudam a repensar o lugar que os índios ocuparam nesta narrativa.

No presente capítulo, tentamos responder à seguinte questão: de que modo Sousândrade se inseriu nos debates acerca dos povos indígenas durante as décadas de 50 e 80 do século XIX? De acordo com o que foi exposto, a ideologia que pautava a posição do poeta no que diz respeito a estas discussões não era muito diferente da dos seus pares. Embora Sousândrade tenha ressignificado o indianismo romântico para fins republicanos na narrativa d'*O Guesa*, introduzindo em sua poesia o índio degradado, o poeta o fez dentro dos parâmetros ocidentais de civilização e progresso de modo a viabilizar o seu projeto republicano de nação.

Considerações Finais

O período no qual o consenso político do Império e suas bases econômicas começaram a desmoronar, também foi o momento em que o Segundo Reinado passou a sofrer os primeiros ataques simbólicos. Em 1889, a Monarquia ruiu, fruto de um processo que durou no mínimo três décadas. Foi neste cadinho cultural e político que Joaquim de Sousandrade construiu sua obra poética *O Guesa* e defendeu suas ideias.

Segundo Pesavento, “reduto da sensibilidade e de investimento primário na significação do mundo” (2008, p. 82), a literatura pode responder às indagações feitas pelo historiador quando trabalhada em suas mediações possíveis com as questões de seu tempo. No entanto, não se trata de ver a narrativa poética *O Guesa* como mera reprodução das estruturas sociais e culturais de seu tempo nem tampouco de incluí-la numa simples sucessão de sistemas, mas sim de entendê-la como uma práxis social importante para a consecução do projeto republicano de nação encampado pelo poeta.

Sendo assim, relacionando-a a poemas e textos de outros poetas e intelectuais, no presente capítulo tentamos demonstrar em que pressupostos ela estava respaldada no que diz respeito às discussões acerca do lugar que os índios deveriam ocupar no Estado nacional. Como visto, para nosso poeta, só havia uma saída para os índios: a entrada no cortejo triunfal da civilização, e, tal como pensavam ele e muitos outros intelectuais, em que pese as diferentes ênfases, isso só poderia se dar através de sua integração ao seio do Estado-nação.

Dando continuidade à nossa investigação, vejamos no próximo capítulo *O Guesa* numa perspectiva pan-americana. Fechando o ciclo narrativo do épico, nos dois últimos Cantos do poema, Sousândrade joga com os discursos políticos das elites crioulas envolvidas no processo de independência da Coroa espanhola e defende a implantação do regime republicano no Brasil, o qual deveria integrar as populações indígenas por meio de projetos educacionais civilizatórios.

Capítulo III

Uma Odisseia rumo ao futuro: *O Guesa* numa perspectiva pan-americana

Apresentação

Após a ruptura total com o governo central do Império espanhol, as elites crioulas tiveram que elaborar um passado comum que pudesse dar legitimidade a suas ações políticas. Na condução dos novos Estados nacionais, estes grupos teriam que forjar memórias históricas que unificassem social e culturalmente a população na busca de uma identidade nacional coletiva. Era preciso inventar politicamente a nação em termos modernos.

Neste momento, assistiu-se nas diversas partes da América recém-independente a uma revalorização das civilizações pré-colombianas. Revalorização esta que servia tanto para dotar os novos Estados nacionais de um passado glorioso quanto para integrar num mesmo corpo político grupos étnico-culturais díspares.

Creole insurgents adopted indianesque rhetoric because it provided a versatile and robust justification of independence. In regions as diverse as Río de la Plata, Colombia, Chile, and Peru, creole revolutionaries exalted pre-conquest America by proclaiming it, rather than the colonial era, the true point of national origin⁶⁴ (EARLE, 2007, p. 25).

Como se pode notar, esta valorização serviria não só para justificar a independência, mas também para dotar as novas nações de uma antiguidade histórica, pois tratava-se, em última instância, de elevar os Estados nacionais emergentes ao patamar dos Estados modernos europeus, os quais já contavam com sua antiguidade clássica greco-romana. E mais: esta glorificação do passado pré-colombiano trazia a possibilidade de demonstração das injustiças cometidas na conquista espanhola. Deste modo, desvalorizava-se a ação dos agentes coloniais espanhóis ao mesmo tempo em que se reforçava a legitimidade política das elites crioulas. Afinal, estes grupos crioulos irão se colocar na posição de descendentes

⁶⁴ Os crioulos insurgentes adotaram a retórica indianista, pois este discurso era uma versátil e robusta justificação de independência. Em regiões diversas, tais como Rio da Prata, Colômbia, Chile e Peru, os revolucionários crioulos exaltaram a América pré-conquista proclamando que, melhor do que a era colonial, este era o verdadeiro ponto original da nação emergente.

das civilizações Inca, Maia e Asteca, as quais era preciso vingar em nome das atrocidades cometidas no momento de conquista do espaço americano pelo Império hispânico. Em resumo, esta elite passa a adotar uma visão negativa da conquista, identificando-se com os índios vencidos, criando assim uma espécie de revanche, a qual teria sido alcançada no momento da independência.

No entanto, esta construção ideológica mostra-se ambígua na medida em que, enquanto os grupos crioulos se autoatribuem a prerrogativa de descendentes dos Impérios pré-colombianos, destinam aos povos indígenas seus contemporâneos a filiação ao processo de conquista espanhola. No livro *The Return of the native*, Rebeca Earle não vai deixar de notar tal problemática:

While the indigenous heroes of the pré-Columbian and conquest eras helped shape insurgent nationalism by providing independent Spanish America with its own past, the contemporary indigenous population at Best illustrated the evils wrought by the conquest, and at worst revealed a fundamentally debased nature that in itself made problematic any identification between the preconquest past and the indigenous present⁶⁵ (2007, p. 43).

Tal ordenamento não era aleatório. Ele servia muito bem aos anseios assimilacionistas das elites crioulas. Embasados nas noções europeias de progresso e civilização, estes grupos crioulos destinavam aos índios sua integração no seio dos novos Estados nacionais na condição de cidadãos civilizados.

No épico *O Guesa*, Sousândrade refundiu estes problemas ao seu modo, de uma forma bem peculiar, de modo a legitimar na narrativa do poema a sua atuação política pela instauração do regime republicano no Brasil. Sobretudo nos dois últimos Cantos do poema, o poeta joga de modo criativo com os discursos das elites crioulas insurgentes envolvidas nos processos de independência da América espanhola, fechando assim o ciclo narrativo d'*O Guesa*. No presente capítulo, iremos analisar de que modo Joaquim de Sousandrade jogou com estes discursos. Tentaremos entender o modo como Sousândrade alinhavou o passado, o presente e o futuro das populações indígenas n'*O Guesa*, sobretudo nos Cantos XI e XII.

⁶⁵ Enquanto os heróis indígenas das eras pré-colombiana e pré-conquista salvavam a formação do nacionalismo insurgente, provendo a independência na América hispânica de um passado, as populações indígenas contemporâneas melhor ilustravam os males provocados pela conquista. E o pior de tudo isso é que tal perspectiva revelava fundamentalmente a profunda desvalorização dos nativos, criando-se um problema de identificação entre o passado de pré-conquista e os índios do presente.

Na obra *Futuro passado* (2006), Reinhart Koselleck vai investigar a sedimentação do conceito moderno de história durante a passagem do século XVIII para o século XIX. De acordo com o autor, estas transformações instauradas inicialmente pela filosofia iluminista no final do século XVIII consistiam numa secularização e temporalização da história, a qual passava a ser entendida como um conceito universal, base para o ordenamento do mundo moderno.

Estas mudanças faziam com que ocorresse uma reordenação na relação entre o passado, o presente e o futuro. Para Koselleck, o conceito moderno de história, ao se distanciar da *historia magistra vitae*, da história como exemplo de vida, na qual o passado se projetava sobre o futuro numa espécie de repetição natural, tornava o futuro desconhecido e ao mesmo tempo planejável. Em suas palavras: “O substrato natural desapareceu, e o progresso foi a primeira categoria na qual se deixa manifestar uma certa determinação do tempo, transcendente à natureza e imanente à história” (2006, p. 55).

No entanto, ainda no fim do século XVIII, uma outra concepção filosófica surgiria em detrimento, pelos menos a princípio, das concepções iluministas: o romantismo. Surgido na Alemanha, este movimento protestou apaixonadamente contra a universalidade iluminista e o seu ordenamento das coisas no mundo pautado no pensamento cientificista e racional. Segundo Isaiah Berlin,

essa é grande ruptura entre o que poderia ser chamado de tradição racionalista ou iluminista, ou a tradição segundo a qual há uma natureza das coisas que deve ser aprendida, que deve ser compreendida, que deve ser conhecida, e à qual as pessoas devem ajustar-se, à custa de se destruir ou de fazer papel de tolas – há uma grande ruptura entre essa tradição e a tradição em que, ao contrário, o homem se engaja com os valores com os quais se comprometeu e, se necessário, perece heroicamente para defendê-los (2015, p. 133).

Entretanto, esta frase de Berlin nos revela algo mais do que uma mera oposição entre as concepções filosóficas romântica e iluminista. Ela nos revela que um ponto muito importante da concepção racional iluminista teria sido reforçado pelo romantismo, qual seja: a ênfase na ação política do homem. Deste modo, ao focar no gênio criador, a filosofia romântica radicalizava a temporalização da história engendrada pelos iluministas. Sedimentava-se assim a noção da história como processo, movimento. Seja na sua versão romântica, seja em suas vertentes positivas e realistas, todos os eventos ocorridos no século XIX invocariam e conjugariam estas duas vertentes de pensamento.

Na América, todas estas questões foram intensamente debatidas e pode-se dizer que tanto nos movimentos insurgentes crioulos quanto no romantismo brasileiro, guardadas

suas peculiaridades, houve um movimento pendular e complementar entre estas duas filosofias. De um lado, uma postura romântica apaixonada, com a valorização do espaço americano, sua natureza pujante e o passado das sociedades pré-colombianas, e a crítica à civilização ocidental e seus projetos colonizadores. De outro, uma visão mais pragmática e positiva pautada nas noções gerais de civilização e progresso, as quais deveriam ser alcançadas pela ação política dos homens envolvidos nos processos de construção nos Estados nacionais então emergentes.

A especificidade americana: identidades em construção

Em 1808 as invasões napoleônicas na península ibérica desencadearam uma crise inédita e imprevisível que envolveria as monarquias portuguesa e espanhola e suas possessões ultramarinas. Na América espanhola, caso que nos toca no presente capítulo, tal acontecimento provocou um vácuo de poder por conta da abdicação forçada do rei em nome de José Bonaparte, irmão de Napoleão. Esta acefalia de poder só fazia aflorar a contradição já existente entre a unidade moral mantida pelos vínculos verticais centrados na figura do rei e a estrutura política plural típica de sociedades do antigo regime (GUERRA, 2003).

Somando-se a isso, este fato aumentaria a tensão então latente entre as elites crioulas e peninsulares no que diz respeito ao estatuto político da América, pois à medida que ia se construindo a representação política da nação espanhola, pleiteava-se na América a igualdade política das partes da monarquia, igualdade que se via, no desenrolar dos eventos subsequentes, cada vez mais frustrada pelos anseios absolutistas e unitaristas das elites peninsulares. Como muito bem frisou François-Xavier Guerra, “de la dificultad de pensar la monarquía como nación resultará la implosión del mundo hispánico”⁶⁶ (2003, p. 204).

Já em 1809 com a ordem real que convocava os cabildos americanos esta questão se mostrava premente. A querela entre americanos e europeus levava necessariamente à reformulação do estatuto da América e de sua própria identidade. A necessidade de

⁶⁶ Da dificuldade de pensar a monarquia como nação resultará a implosão do mundo hispânico.

distinguir-se dos espanhóis, tidos neste momento como tirânicos, reacendia a questão há muito tempo polêmica da valorização ou desvalorização da América e de seus habitantes. Em outras palavras, esta refrega gerava um problema de identidade, cuja consequência principal seria o fortalecimento, nos recintos ilustrados crioulos, da ideia de americanidade, a qual consistia, grosso modo, na valorização da exuberância da natureza americana e de seus habitantes assim como do passado das sociedades pré-colombianas.

No entanto, nesse ano e em 1810 com a formação da Junta Central de Cádiz e posterior convocação dos Conselhos de Regência, a palavra nação seguia designando ainda o conjunto da monarquia. Mesmo nas Juntas de governo formadas na América por conta do vazio de poder gerado pelas invasões napoleônicas, a nação espanhola seguia sendo pensada enquanto única (GUERRA, 2003). Só em 1821 com a segunda revolução liberal espanhola e após um longo período de guerra civil houve um progresso substantivo dos movimentos separatistas, os quais não se mostravam de modo uniforme nas diversas partes que compunham o Império hispânico.

No livro *Comunidades Imaginadas*, Benedict Anderson diz que a “intransigência de Madri” e as ideias do liberalismo não bastam para entender o ímpeto de resistência das Américas espanholas. Daí, o autor lança a seguinte questão: o que teria tornado viáveis estas nações recém-independentes? Segundo Anderson, a atividade exercida pelos crioulos nas unidades administrativas no âmbito do Império espanhol teria possibilitado um intercâmbio humano e de documentos capaz de sedimentar um determinado sentimento de comunidade. Para o autor, outros fatores importantes foram o desenvolvimento de uma língua oficial padronizada nestes âmbitos burocráticos da Monarquia hispânica, o fortalecimento do capitalismo tipográfico com seus impressores locais e os espaços universitários existentes no novo continente.

No entanto, esta atuação por parte das elites crioulas nos espaços administrativos do Império ultramarino nunca foi ponto pacífico. À medida que estes grupos tornavam-se visíveis socialmente fazia-se necessária a distinção cada vez mais problemática entre metropolitanos e crioulos. Nesse passo, não foram poucas as tentativas de restrição a esta atuação das elites crioulas. Porém, tais tentativas acabavam por gerar o efeito reverso, pois nessa peregrinação pelos meandros dos espaços burocráticos coloniais o crioulo-funcionário

encontrava companheiros de viagem e passava a sentir que esse companheirismo se baseava não só naquele trecho específico da peregrinação, e sim na fatalidade comum do nascimento naquele lado do

Atlântico. Mesmo que ele tivesse nascido uma semana depois da imigração paterna, o acaso do nascimento nas Américas o destinava à subordinação – muito embora em termos de língua, religião, antepassados ou costumes, praticamente não se distinguisse do espanhol reinol. Não havia nada a fazer: ele era irremediavelmente crioulo. Mas como essa exclusão lhe devia parecer irracional! E, no entanto, oculta nessa irracionalidade estava a seguinte lógica: nascido nas Américas, ele não podia ser um verdadeiro espanhol; *ergo*, nascido na Espanha, o *penisular* não podia ser um verdadeiro americano (ANDERSON, 2008, pp. 97-98).

Afirmava-se assim uma identidade coletiva de determinados grupos nascidos e atuantes em solo americano em contraposição aos funcionários reinóis, de quem era preciso se diferenciar.

Em meados do século XVIII, as reformas borbônicas representaram uma inflexão na política da Coroa espanhola. Com o intuito de fortalecer o controle nas suas possessões ultramarinas e otimizar a empresa colonial por meio de reformas liberais, tais mudanças serviram para aumentar o grau de animosidade já presente em solo americano, sobretudo no que diz respeito ao acesso a cargos administrativos.

Além disso, a afirmação da especificidade americana também pode ser entendida como uma reação aos ataques feitos por alguns cientistas europeus ilustrados da Era das Luzes que defendiam a ideia de degradação da natureza americana, tais como conde de Buffon e Cornelius de Pauw (PRATT, 2011). Tais invectivas foram recebidas com indignação entre religiosos e letrados crioulos. Cada vez mais estes atores sociais sentiam a necessidade de defender seu continente, fortalecendo-se assim identidades coletivas através de uma singularização embasada, a princípio, no local de nascimento. Muitas vezes, tal afirmação ganhava ares utópicos, destinando ao Novo Mundo um futuro glorioso e exuberante, reflexo de sua natureza pujante.

Essencialmente defensiva en su origen, la americanidad adquiere también pronto un carácter utópico al hacer del Nuevo Mundo un mundo nuevo destinado a un futuro singular. La marcha misma de la civilización, que progresa, como el sol, del Este al Oeste, destina a América un porvenir lleno de promesas⁶⁷ (GUERRA, 2003, p. 203).

No entanto, esta sedimentação da especificidade americana enquanto construção de uma identidade coletiva por parte das elites crioulas atuantes no novo continente não pode ser vista somente em termos de oposição. Se as teorias das ciências naturais europeias, com

⁶⁷ Essencialmente defensiva em sua origem, a americanidade adquire prontamente também um caráter utópico ao fazer do Novo Mundo um mundo novo destinado a um futuro singular. A marcha mesma da civilização que progride, como o sol, do leste ao oeste, destina à América um porvir cheio de promessas.

seus anseios globalizantes e enciclopédicos, com sua consciência planetária eurocêntrica, foram capazes de produzir julgamentos nada positivos sobre a natureza e os habitantes americanos, por outro lado elas engendraram também uma narrativa da anticonquista, a qual contava com um nítido caráter humanitário e sentimental.

Segundo Mary Louise Pratt, “la ciência y el sentimiento codifican la frontera imperial en los dos lenguajes eternamente complementarios y en pugna de la subjetividade burguesa”⁶⁸ (2011, p. 85), afinal ambas as vozes instalam um ordenamento discursivo colonial cujas formas de autoridade espacial e visual são, primordialmente, as dos Estados modernos europeus. Dito de outra forma, o pensamento científico moderno ocidental, em que pese os juízos negativos em relação ao continente americano, abria a possibilidade de uma abertura para um tipo de pensamento sentimental, o que por sua vez, tornava possível uma visualização positiva da natureza americana e de seus habitantes por parte de alguns filósofos, cientistas e naturalistas europeus.

Caso notório desta complexa relação é o do naturalista Alexander von Humboldt, o qual chegou na América do Sul em 1799 numa expedição patrocinada pela Coroa espanhola. Tal expedição visava o reforço do domínio colonial sobre as possessões americanas. Entretanto, de acordo com Mary Louise Pratt, o que se vislumbra no material produzido pelo naturalista é a celebração da natureza americana. Natureza poderosa, extraordinária, “dotada de fuerzas vitales, muchas de las cuales son invisibles para el ojo humano”⁶⁹ (2011, pp. 231-232), o que não obstava, por sua vez, que esta natureza virgem e pujante estivesse vinculada ao projeto de intervenção transformadora da Europa em solo americano.

No livro *Ojos Imperiales*, Mary Louise Pratt vai levantar a hipótese de que tal delineamento da natureza americana feito por Humboldt contava com conhecimentos autóctones em estágio avançado de desenvolvimento. No momento em que o naturalista chegou à América o continente já contava com grupos crioulos estabelecidos, os quais, por sua vez, já vinham há algum tempo elaborando um discurso positivo sobre a natureza do Novo Mundo, onde afirmavam o caráter impressionante e extraordinário do espaço americano, como notado atrás. Humboldt seria assim, segundo a autora, um transculturador, pois

⁶⁸ A ciência e o sentimento codificam a fronteira imperial em duas linguagens eternamente complementares e em luta da subjetividade burguesa.

⁶⁹ Dotada de forças vitais, muitas das quais são invisíveis para o olho humano.

en algunos sectores de la cultura criolla, por lo tanto, existían ya una naturaleza americana glorificada y una antigüedad americana glorificada, como construcciones ideológicas, como fuentes de identificación y orgullo americanista que alimentaban el creciente anhelo de separarse de Europa. En un perfecto ejemplo de lo que era la danza del espejo de la construcción de significado en la Colonia, Humboldt transculturó a Europa conocimientos producidos por los americanos en el proceso de definirse como separados de Europa. Después de la independencia, las elites euroamericanas habrían de reimportar esse conocimiento, pero ya como conocimiento europeo, cuya autoridad legitimaria su dominio⁷⁰ (2011, p. 256).

Retomando a questão levantada por Benedict Anderson no livro *Comunidades Imaginadas*, é possível afirmar que a construção da especificidade americana deve ser entendida como um poderoso artefato ideológico que foi forjado no contexto das refregas entre as elites crioulas e as elites peninsulares assim como da reação dos crioulos às ideias científicas que detravam o espaço americano e seus habitantes. Tal artefato tornou viável a resistência ao colonialismo europeu no momento de insurgência na América espanhola. No entanto, tomar tal prerrogativa enquanto ideia de separação política do governo central espanhol ainda no século XVIII, como faz Mary Louise Pratt na citação anterior, é adotar uma visão histórica teleológica. Afinal, foi só dentro do processo de crise do Império espanhol provocado pelo vazio de poder gerado pelas invasões napoleônicas em 1808 na península ibérica que passou a ganhar corpo a ideia de separação política total da Monarquia hispânica. A partir daí esta singularidade seria instrumentalizada de modo a viabilizar a causa insurgente e legitimar a autoridade crioula.

Assim, após a ruptura política com o governo central, surgia para as elites crioulas da América a difícil tarefa de construção das novas nações, pois a ausência de precedentes representativos dificultava a definição dos novos sujeitos detentores da soberania.

Os novos Estados independentes da América precisavam instituir-se como unidades territoriais, políticas e ideológicas, criando memórias coletivas que lhes fornecessem identidades históricas e culturais até então inexistentes. A falta de integração entre as várias regiões coloniais e a imensa heterogeneidade de grupos étnico-culturais presentes em seus territórios dificultavam a constituição de nações homogêneas que integrassem todos os seus membros (ALMEIDA, 2007, p. 198).

⁷⁰ Em alguns setores da cultura crioula, existiam já uma natureza glorificada e uma antigüedad americana glorificada, como construcciones ideológicas, como fontes de identificación e orgullo americanista que alimentavam o crescente anelo de separar-se da Europa. Em um perfeito exemplo do que era a “dança do espelho” da construção de significado na Colônia, Humboldt transculturou à Europa conhecimentos producidos pelos americanos no processo de definir-se como separados da Europa. Depois da independencia, as elites americanas iriam reimportar esse conhecimento, mas já como conhecimento europeu, cuja autoridade legitimaria seu domínio.

A identidade americana que vinha se firmando no momento da refrega entre crioulos e peninsulares não tinha capilaridade social suficiente para fundar a existência política dessas novas nações americanas. Descortinava-se assim o paradoxo da construção da nação em termos modernos na América espanhola. A questão que se mostrava urgente era a invenção de uma história e imaginário comuns que pudessem ser compartilhados voluntariamente por todos os atores que compunham os Estados recém-independentes. No intuito de buscar origem e história comuns, a solução encontrada pelas elites crioulas que conduziam este processo foi a revalorização das sociedades pré-colombianas. No entanto,

esta revalorización es, sin embargo, una empresa difícil, puesto que es realizada por los criollos, cuyo estatuto social superior en la sociedad procede de su condición de “españoles”, descendientes de los conquistadores y pobladores de las Indias, en contraposición con los pueblos conquistados. La unificación de ambos grupos es en buena medida retórica, ya que se funda solamente en el nacimiento en el mismo suelo, pero, apesar de ello, tiene la ventaja de hacer posible un discurso unificador de todos los habitantes de América por oposición a los peninsulares, discurso que será utilizado con cierto éxito en las guerras de Independencia⁷¹ (GUERRA, 2003, pp. 203-204).

Nessa questão, há que se notar as diferentes posições que ocupavam as mais distintas partes do Império espanhol. No México e Peru, por exemplo, por contarem com identidades culturais mais marcadas e estruturas administrativas melhor estabelecidas, essa construção de um discurso unificador centrado na figura do Estado nacional emergente mostrava-se um pouco mais fácil, embora não isenta de dificuldades e contradições. Por sua vez, nas regiões periféricas que mantinham identidades culturais muito menos elaboradas, a tarefa se mostrava mais árdua. Além disso, deve-se ressaltar a presença de multiformes discursos populares e indígenas, os quais estavam carregados de símbolos e mensagens polivalentes, combinadas com sedições nativas (FLORESCANO, 2000).

Segundo Henrique Florescano, no caso específico do México, esta criação de um Estado nacional enquanto entidade unitária capaz de unificar social e culturalmente a população na busca de uma identidade nacional se deu de modo limitado, pois

el vituperio de los pueblos indígenas fue una práctica ejercida por todos los grupos sociales y partidos políticos durante al siglo XIX. Esa descalificación implacable configuro la imagen degradada del indígena

⁷¹ Esta revalorização é, sem dúvida, uma empresa difícil, visto que é realizada pelos crioulos, cujo estatuto social superior na sociedade procede de sua condição de “espanhóis”, descendentes dos conquistadores e povoadores das Índias, em contraposição com os *pueblos* conquistados. A unificação de ambos os grupos é em boa medida retórica, já que se funde somente no nascimento no mesmo solo, mas, apesar disso, tem a vantagem de fazer possível um discurso unificador de todos os habitantes da América por oposição aos peninsulares, discurso que será utilizado com certo êxito nas guerras de independência.

que há llegado hasta nosotros y nos lego uma visión negativa de su memória histórica⁷² (2000, p. 535).

Deste modo, a constituição das nações soberanas na América de passado colonial espanhol mostrava-se uma tarefa complexa, pois a invenção de histórias comuns que pudessem dar sustância a tais projetos nacionais integradores consistia na criação de um passado comum, de uma antiguidade que até então não existia. De um modo geral, as elites crioulas envolvidas em tais processos tendiam a valorizar as sociedades indígenas pré-colombianas ao passo que viam de modo nada positivo os povos indígenas seus contemporâneos. Em resumo, para estas elites, tratava-se de tentar conciliar a valorização dos espaços americanos e de suas origens com as ideias liberais europeias de civilização e progresso.

Sousândrade e o imaginário crioulo: *O Guesa* numa perspectiva pan-americana

Sousândrade viajou para muitos países da América latina durante a sua vida. No final da década de 60, visitou o Chile e o Peru, por exemplo. Nessas viagens, o poeta certamente travou contato com intelectuais das elites locais assim como deve ter lido jornais e livros escritos por esta intelectualidade. Sem contar é claro que havia circulação de informações entre estes países e o Brasil. Além disso, acreditava-se na época que as sociedades indígenas amazônicas eram “resultado da difusão de culturas andinas mais ‘avançadas’” (CUNHA, 2012, p. 14).

No épico *O Guesa*, Sousândrade utilizou o mito de origem pré-colombiano dos Muíscas da Colômbia. No entanto, em todo o poema, o poeta joga com diversos elementos da cultura andina pré-conquista dentro de um discurso muito similar ao que as elites crioulas de diversos países da América recém-independente tinham construído.

Se dentro do panorama da literatura brasileira do século XIX a escolha por tal temática pode ser entendida como uma inovação, ela não deve ser vista como algo fora do lugar. Se for lançado um olhar para um contexto social e político mais amplo, o qual

⁷² O vitupério dos *pueblos* indígenas foi uma prática exercida por todos os grupos sociais e partidos políticos durante o século XIX. Essa desqualificação implacável configurou a imagem degradada do indígena que chegou até nós e nos legou uma visão negativa de sua memória histórica.

envolve necessariamente os processos de independência na América espanhola, pode-se entender melhor esta inovação lançada pelo poeta n’*O Guesa*. E mais: tendo em vista que o poema constituía-se como uma narrativa importante para a consecução do projeto republicano de nação encampado pelo poeta, torna-se compreensível a instrumentalização criativa que Sousândrade fez dos discursos das elites crioulas insurgentes.

Datado de 1854, o primeiro Canto do poema já traz uma questão muito cara à estética romântica, qual seja: a exaltação da natureza americana num plano mítico e poético.

Eia, imaginação divina! Abraso
Do pensamento eterno – ei-lo magnífico
Aos Andes, que ondam alto ao Chimborazo
Aos raios d’Inti, à voz do mar Pacífico.

(*O Guesa*, SOUSÂNDRADE)

Logo em seguida, o poeta deixa entrever a ideia que tem dos povos indígenas seus contemporâneos, os quais não contam mais com o brio de um passado remoto e glorioso. Segundo Sousândrade, “sem ouro reluzente”, estes povos encontravam-se destruídos pela ação deletéria da “nuvem ibérica”.

Nos áureos tempos, nos jardins da América
Infante adoração dobrando a crença
Ante o belo sinal, nuvem ibérica
Em sua noite a envolveu ruidosa e densa.
Cândidos incas! Quando já campeiam
Os heróis vencedores do inocente
Índio nu; quando os templos se incendeiam,
Já sem virgens, sem ouro reluzente,
Sem a sombra dos reis filhos de Manco,
Viu-se... (que tinham feito? E pouco havia
A fazer-se...) num leite puro e branco
A corrupção, que os braços estendia!
E da existência meiga, afortunada,
O róseo fio nesse albor ameno
Foi destruído. Como ensanguentada
A terra fez sorrir ao céu sereno!

(*O Guesa*, SOUSÂNDRADE)

Depois, o poeta-Guesa segue pelo rio Solimões, e, ao cair da noite, emprega ao poema um tom sombrio e selvagem.

Vogai nas balsas co’ a Puru boiante;
Co’ a miranha no monte ide fugindo
Do antropófago umauá se partindo
Espectro. – Meia-noite! Guesa errante!
Sobre o Solimões pálido. Ele escuta:

Auras surdas; Diáfanas alfombras
No espaço; o ressonar da pedra bruta;
E entristeceu. Contemplação nas sombras.

(*O Guesa*, SOUSÂNDRADE)

O Canto I prossegue assim até o final, o poeta-Guesa a fazer elucubrações, ora se comparando a Jesus, ora, a Prometeu, duas figuras que se sacrificaram em nome da humanidade e que se tornaram os símbolos máximos do romantismo.

Ainda sem um viés claramente republicano, no Canto III, o poeta critica a empresa colonial ibérica, cuja ação teria instaurado em solo americano “a maldição primeira”, trazendo a escravidão e destruindo a liberdade.

“Por que do nome teu não são chamadas
As flores tuas, mais que todas belas
Dentre os mares, Colombo? Por que estrelas
Tão adversas do gênio, tens murchadas
“Da frente ao de redor coroas angélicas?
- Sendo do mundo teu benção fagueira,
Raiou Colômbia! Anoiteceu Américas,
Quando lhe foste a maldição primeira!
Quando o primeiro índio à escravidão
Viu-se por tuas próprias mãos vendido
E foi, desde esse instante denegrado,
No mundo novo a morte e a confusão!”

(*O Guesa*, SOUSÂNDRADE)

Vinte anos separam estes versos dos dois últimos Cantos do poema. Sobretudo no Canto XI, Sousândrade emprega novas questões e problemas, e o viés sombrio e romântico começa a perder força, sobressaindo um tom mais positivo. No Canto XI, qual Ulisses Homérico, o Guesa-Sousândrade atravessa o pacífico em seu retorno dos EUA rumo a sua fazenda da Vitória (a Ítaca sousandradina), a qual não deixa de aparecer em alguns versos num tom nostálgico, o lar que aguarda o filho pródigo.

Auras, quais da Vitória, acariciavam
Com misterioso beijo à bela fronte
Luze-negros cabelos; escutavam
Ouvidos, longas vozes do horizonte:
Magnas horas da calma a natureza,
Às reses gemebundas abatiam,
Tristes mugidos a enseada enchiam
Quando, da pátria, à veia dava o Guesa.

(*O Guesa*, SOUSÂNDRADE)

Narrando este retorno, Sousândrade-Guesa volta a jogar com o passado das sociedades pré-colombianas de modo idealizado, mas agora de modo mais enfático. É

assim que o Império Inca aparece em sua poesia como a idade do ouro, como um período edênico.

E é doce o império do inca, da doçura
Que faz amar-se e mais querer divina
A realeza naqueles, por ventura,
Que a fazem, real, a um deus, tão só, condigna.
No berço vês da in-hiema natureza,
Dentre Andes e o Pacífico oceano
Erguer-se a humana planta, na pureza
Da terra, ao sol; do sol, ao Todo-Arcano.

(*O Guesa*, SOUSÂNDRADE)

Nesse mesmo passo, Sousândrade volta a condenar violentamente a colonização espanhola sem questionar a cristianização que, na verdade, tinha sido apenas conspurcada pela violência levada a cabo pelos conquistadores.

Deus! oh, Deus da consciência! a lealdade
Era, do Inca, o terror de Dom Pizarro:
E foi mister na flor da humanidade
Cuspir tal meretriz solene escarro.
Ó Felipilho! Atraiçoar aquele
Coração índio, quando à liberdade
Quer dos céus abraçar quanto os revele!
Ser o Demônio em nome da Trindade!.

(*O Guesa*, SOUSÂNDRADE)

Entretanto, Sousândrade vai além desta questão e começa a compor no poema uma reação contra a empresa colonial espanhola. Ao passar pelo Chile, o poeta tece loas ao “arauco belicoso”, o qual não tinha sido vencido pelos espanhóis no momento da conquista.

Índio fora ele único, o araucano,
Não vencido da Europa; e mais, pedia
Tréguas a tal reino d’arco, o soberano
De Castela, que a balas combatia.
Eis vencedor Caupolicán trazendo
Ao chefe hispano à sorte:
Riso os lábios lhe espuma, a olhar revendo
Quem trouxe, à pátria sua, dor e morte:
E lampejam-lhe lâminas luzentes
Dos olhos loucos da vingança e cegos
Do muito verem deuses seus pendentos
Da destruição... ‘Que o tenham vós, ó meigos
‘Tão bem –fadado – rijo! As pernas prendam!
‘Rijo! Arrochem-lhe os braços, qual nos faz!

(*O Guesa*, SOUSÂNDRADE)

Seguindo sua travessia, Sousândrade passa a fazer uma ligação entre os epígonos das elites crioulas, como, por exemplo, Bolívar e San Martín, e os grandes chefes indígenas Atahualpa, Montezuma e Caupolicán. O poeta destina-lhes assim uma espécie de revanche, vingança.

'stá San Martín o protetor magnânimo
Ditando as sábias leis de liberdade
Ao escravo, ao índio, a quanto desânimo
Medrava colonial sem dignidade.
Crepúsc'los de Junín, de Cajamarca,
Quando é traído Atahualpa e a liberdade
Vinga Bolívar, dos mistérios, ó arca
Aereal de saudosa claridade.
Eia, Bolívar! ao colombiano
Pertence coroa de melhor história,
De Junín, d'Aiacucho ao flóreo plaino,
A ferro frio a última vitória!

(*O Guesa*, SOUSÂNDRADE)

Não é sem importância notar que o próprio Sousândrade-Guesa destinava a si o cumprimento desta revanche, desta “moral campanha”.

Acalmou a tormenta; pereceram
Os que a estes mares ontem se arriscaram;
Vivem os que, por um amor, temeram
E dos céus os destinos esperaram.
Quando Cortez partiu para a conquista
Do império colossal de Montezuma,
Criou antes o desespero, e à vista
Foi desaparecendo, sob a espuma
Do Golfo, em chama a frota, que era esperança
Deusa dos timoratos: para a aurora,
Tal vai, rotos os laços d'aliança
O peregrino, do ocidente agora.
Se vencedor o Guesa? Ao desespero
Organizado, a terra estremecia:
Cumpre o sol o dever de sol com o dia;
De amor a grande ação move-a o saltério!
“Salve, oceano Pacífico! Ressoa
A voz do grande mar a natureza!”
Sublime de entusiasmo qual Balboa,
Ora aos mares do sul s'eleva o Guesa.
Ândes e os áureos vales do Amazonas,
Representa-a Bolívar; tendo a norte
Industriosa, Washington; e as zonas
Daqui a cada polo, irmãs e fortes.
E sem ser qual Pizarro e Hernán Cortez
Á conquista de impérios por façanha,
O Guesa é vencedor qual os mais fortes
E os mais leais nesta moral campanha.

(*O Guesa*, SOUSÂNDRADE)

Unindo os Andes ao Amazonas, nestes versos também é notório o modo como Sousândrade faz da paisagem americana uma imagem política.

Dando prosseguimento a sua narrativa, o poeta maranhense faz uma ponte de intermédio entre o estado edênico das sociedades pré-colombianas e a república utópica desejada.

Salve! Salve! Esperança do futuro,
República social, ó revivente
Sempre-fênix! Fantástico e obscuro
É o que não honra a aliança e foi descrente.

(*O Guesa*, SOUSÂNDRADE)

Deste modo, utilizando-se da figura mitológica da fênix, a república sousandradina deveria renascer das cinzas restantes dos grandes impérios andinos.

A ele e a seus pares ilustrados caberia a condução do processo civilizatório através do qual seria alcançada tal finalidade. Através duma perspectiva ocidentalizante, do “padrão do progresso, segundo o qual toda a história pôde ser interpretada universalmente” (KOSELLECK, 2006, p. 286), o poeta concebia sua nação de modo integrado, inclusas aí, as comunidades indígenas suas contemporâneas, afinal, o objetivo último era a entrada destes povos no concerto triunfal da civilização e do progresso, no seu projeto republicano de nação. E ele assim canta:

Dos andeanos bastiões que fazem muro;
E ao sol brilhante; e à leda juventude,
Que surge da República à virtude –
Ele exultava: Terra do futuro!
Quão bela sois! Aquele áureo estandarte
Que brônzeo-forte braço desenrola,
Foi o da Independência: eram de Marte
Então os filhos; hoje o são da Escola
E vê-se, então, com a fé, moral ciência,
Como até monacal a sociedade
Tem ativo progresso – que a descrença,
Tão só, corrompe e inverte a liberdade.
Profundo o braço da hélice vibrado
À corrente d’ Humboldt, tumultuoso
Empina-se o vapor, que vai forçado
Da ciência ao poder maravilhoso.

(*O Guesa*, SOUSÂNDRADE)

Contornando o continente americano pelo sul, o poeta-Guesa segue em sua odisséia pan-americana até chegar aos “pavilhões auriverdes brasileiros”, onde passará a atuar

ferrenhamente na campanha republicana na província do Maranhão a partir do ano de 1885.

D'Atlantis! Fumegando a onda nevoeiros,
Que são do oceano os vivas gloriosos,
Pavilhões auriverdes brasileiros,
Entre um cerrado d'íris luminosos.

(*O Guesa*, SOUSÂNDRADE)

Considerações Finais

Desse modo, pode-se concluir que Sousândrade foi capaz de tecer uma relação muito específica entre o passado, presente e futuro dos povos indígenas em sua narrativa indianista. Ao refundir a lógica discursiva da elite crioula insurgente da América espanhola, Sousândrade, no intuito de legitimar o seu projeto republicano de nação, jogou tanto com a retórica passadista que acabava por encurrular os povos indígenas numa espécie de gueto conceitual, quanto projetou sobre os mesmos seus anseios assimilacionistas de integração hierarquizada pautados nas noções gerais de civilização e progresso.

A consecução da tarefa de guiar os índios seus contemporâneos, que se encontravam degradados por conta da ação deletéria da colonização, rumo à civilização caberia, como é de se esperar, aos próprios dirigentes políticos, acompanhados, é claro, por poetas, escritores e intelectuais de toda ordem. Em todo caso, é inegável que tanto Sousândrade quanto a elite crioula, acabaram criando, nesse quesito, uma tessitura temporal muito inusitada, pois, enquanto se consideravam como filhos das grandes autoridades dos Impérios Maia, Asteca, Inca e Muísca, viam os índios do presente como frutos do violento processo de colonização, vítimas passivas que deveriam ser redimidas pela escola e o templo. A república sousandradina seguia sua rota rumo ao futuro.

Conclusão

As diversas evidências empíricas analisadas ao longo desta dissertação encontradas no poema épico *O Guesa* do poeta e escritor maranhense Joaquim de Sousa Andrade contribuem para reforçar questões teóricas que nortearam sua interpretação, sobretudo no sentido de ir além de alguns dualismos que influenciaram os estudos sobre artefatos estéticos e o papel do artista na sociedade do século XIX, tais como romantismo/realismo, idealismo/visualização da realidade e arte/ciência.

As fontes analisadas a partir da noção de que a arte interpreta o mundo ao mesmo tempo em que lhe dá novos sentidos, estando aberta assim para um debate mais amplo de ideias, revelaram que o poema *O Guesa* foi uma narrativa importante para a consecução do projeto republicano de nação encampado por Sousa Andrade. Resguardadas as devidas diferenças, convém reconhecer as possibilidades comparativas desta pesquisa com trabalhos recentes de críticos e teóricos de arte sobre a relação que os artefatos estéticos mantêm com situações históricas concretas e específicas.

Esta pesquisa reforçou a importância de se valorizar a situação relacional e processual como elemento fundamental, propondo um entendimento mais amplo sobre as relações que a arte mantém com o contexto social e político circundante. A pesquisa contribuiu também para ajudar a desmontar certas interpretações a respeito do poema *O Guesa*, principalmente acerca das discussões sobre os índios de meados para fins do século XIX, sobre a participação de Sousa Andrade neste debate.

Como visto, ao trabalhar na narrativa d'*O Guesa* com a ideia de que os povos indígenas atuantes no século XIX estavam em estado de degradação, Sousa Andrade justificava e legitimava as suas propostas assimilacionistas baseadas nas noções gerais de civilização e progresso. Insisto que não se trata de ignorar as inovações linguísticas e de conteúdo inseridas pelo poeta maranhense no poema, porém, ao trazer para sua criação poética o índio degradado do presente e uma perspectiva pan-americana, por exemplo, Sousa Andrade não estava simplesmente fora do seu tempo, mas, com ele interagindo de modo criativo e propositivo. Com seus interesses e objetivos, como notado em inúmeros exemplos, o poeta maranhense estava propondo um projeto republicano de nação no qual os índios deveriam ser integrados na condição de cidadãos, e o poema *O Guesa* deve ser encarado como uma narrativa muito importante para a consecução deste projeto.

Portanto, entre as décadas de 50 e 90 do século XIX, Sousândrade participou intensamente e ativamente das discussões sobre o lugar que os povos indígenas deveriam ocupar na jovem nação brasileira. Estes debates eram complexos e não isentos de contradições, e tinham por fim resolver duas questões fundamentais: desvendar o passado dos povos indígenas, em que estado se encontravam quando da chegada dos portugueses, abrindo-se assim a chance de dotar a jovem nação de um passado remoto e glorioso, e discutir a possibilidade ou não de integrar estes povos na nação emergente, e qual o melhor método a ser adotado. Não faltaram exemplos ao longo deste trabalho do modo criativo como Sousândrade lidou com estas questões no poema épico *O Guesa*. Ora jogando com o índio idealizado do passado, ora com o índio degradado do presente, se Sousândrade ressignificou o índio para atacar o Segundo Reinado e sua política indigenista, ele se pautou nos mesmos valores ocidentais de civilização e progresso que sustentavam o projeto imperial de nação.

A pesquisa concluiu-se, indubitavelmente, com muitas indagações. As lacunas são grandes e algumas questões permanecem em aberto. O modo como se desenvolveu em diversos momentos o processo de construção do nome de Sousândrade como aquele que vê à frente, como uma antena da raça, para usar uma expressão do poeta Ezra Pound (1970), foi apenas apontado neste trabalho como um possível desdobramento da pesquisa. Em paralelo a esta construção e com ela mantendo estreitos laços, seguiu-se a constituição, entre finais do século XIX e meados do século XX, do campo artístico enquanto dotado de completa autonomia. Em consonância com as novas discussões teóricas e metodológicas sobre a arte e o papel do artista na sociedade, estas questões constituem alguns dos aspectos que merecem maiores reflexões.

Ao concluir este trabalho, é imperioso reconhecer que as evidências empíricas relacionadas às novas concepções teórico-metodológicas da arte e da história descortinaram uma realidade pouco conhecida acerca do poema *O Guesa* e sobre a atuação de Sousândrade no Maranhão das últimas décadas do século XIX. Sem dúvida estas questões abriram um leque de possibilidades cujos desdobramentos ainda podem ter muito a revelar.

Referências Bibliográficas

- ALENCAR, José de. *O Guarani*. – 12ª ed. – São Paulo: Ática, 1986.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. “Vida privada e ordem privada no Império”. In: F. Novais (coordenador geral da coleção). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. “Comunidades indígenas e Estado nacional: histórias, memórias e identidades em construção (Rio de Janeiro e México – séculos XVIII e XIX)”. In: M. Abreu, R. Soihet e R. Gontijo. *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- ___, “O lugar dos índios na história entre múltiplos usos do passado: reflexões sobre a cultura histórica e disputa política”. In: C. Azevedo, M. Almeida, R. Soihet e R. Gontijo. *Mitos, Projetos e Práticas Políticas: Memória e Historiografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- ___, *Os índios na história do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.
- ___, “Política Indigenista e Etnicidade: estratégias indígenas no processo de extinção das aldeias do Rio de Janeiro – Século XIX”. *Sociedades em movimiento. Los pueblos indígenas de América Latina en el siglo XIX*. Tandil (Argentina): IEHS, 2007, pp. 219-233.
- ___, “Os índios no tempo da corte”. *Revista USP*, 79, pp. 94-105. São Paulo: USP, 2008. <http://www.usp.br/revistausp/79/09-mariaregina.pdf>.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ASCIUTTI, Mônica Maria Rinaldi. *Um lugar para o periódico O Novo Mundo (Nova Iorque, 1870-1879)*. Tese de Mestrado. Universidade de São Paulo, Departamento de Letras, 2010.
- ASSUNÇÃO, Matthias Rohring. “Histórias do Balaio: Historiografia, memória oral e as origens da balaiada”. *História Oral*, 1, 1998, p. 67-89, Associação Brasileira de História Oral.
- BERLIN, Isaiah. *As Raízes do Romantismo*. São Paulo: Três Estrelas, 2015.

- BORRALHO, José Henrique de Paula. *A Athenas Equinocial: a fundação de um Maranhão no Império Brasileiro*. Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. – 2ª – São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- BOURRIAUD, Nicolas. *Estética Relacional*. São Paulo: Martins, 2009.
- ___, *O Poder Simbólico*. – 14ª – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- BOSI, Alfredo. “CULTURA”. In: *História do Brasil Nação: a construção nacional*. Coord. José Murilo de Carvalho. Rio de Janeiro: Objetiva Limitada, 2012.
- ___, *História concisa da literatura brasileira*. – 43ª ed. – São Paulo: Cultrix, 2006.
- BRANCO, Camilo Castelo. *Cancioneiro Alegre de poetas portugueses e brasileiros*. Mira-Sintra: Europa-América, 1973.
- CÂNDIDO, Antônio. *O Romantismo no Brasil*. – 2ª ed. – São Paulo: Humanitas, 2004.
- CAMPOS, Augusto e Haroldo de. *Re Visão de Sousândrade*. – 3ª ed. – São Paulo: Perspectiva, 2002.
- CARVALHO, José Murilo de Carvalho. *A Formação das Almas: O Imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- ___, *A Construção da Ordem: Teatro de Sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- CERNICCHIARO, Ana C. *Sousândrade-Guesa em “O Inferno de Wall Street”: poéticas políticas*. Dissertação de Mestrado. UFSC, Departamento de Literatura, 2008.
- CEZAR, Temístocles. “Narrativa, cor local e ciência. Notas para um debate sobre o conhecimento histórico no século XIX”. *História Unisinos*, Vol. 8, pp. 11-34, Rio Grande do Sul: UNISINOS, 2004. <http://revistas.unisinos.br/index.php/historia>.
- CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- CHARTIER, Roger, e BOURDIEU, Pierre. *O sociólogo e o historiador*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.
- CORRÊA, Rossini. *A Atenas Brasileira: A Cultura Maranhense na Civilização Nacional*. Brasília: Thesaurus, 2001.
- ___, *Formação Social do Maranhão: O Presente de uma Arqueologia*. São Luís: SIOGE, 1993.
- COUTINHO, Afrânio. *A literatura no Brasil*. – 6ª ed. – São Paulo: Global, 2002.

- CUCCAGNA, Claudio. *A visão do ameríndio na obra de Sousândrade*. São Paulo: HUCITEC, 2004.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. “Política indigenista no século XIX.” In: Manuela Carneiro da Cunha (ed.), *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal da Cultura/FAPESP, 1992, pp. 133-154.
- ___, *Índios no Brasil: história, direitos e cidadania*. São Paulo: Claro Enigma, 2012.
- ___, *Legislação Indigenista no Século XIX: Uma Compilação: 1808-1889*. Colaboração de Mara Manzoni Luz, Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: USP: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1992.
- DIAS, Gonçalves. *Poesia Indianista*. Introdução, organização e fixação de texto Márcia Lígia Guidin – 2ª ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. – 2ª Ed. – São Paulo: Alameda, 2009.
- DOLHNIKOFF, Mirian. *José Bonifácio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- EARLE, Rebecca. *The Return of the Native: Indians and Myth-Making in Spanish America, 1810 – 1930*. London: Duke University Press, 2007.
- FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia: Rio de Janeiro, c.1790-c.1840* / Manolo Florentino e João Fragoso. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GALVES, Marcelo Cheche. *Ao público sincero e imparcial: Imprensa e Independência do Maranhão (1821-1826)*. Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, 2010.
- GARCIA, Elisa Frühauf. “O projeto pombalino de imposição da língua portuguesa aos índios e a sua aplicação na América meridional”. *Tempo: Os índios na história: abordagens interdisciplinares*, Vol. 12, nº 23, Rio de Janeiro, Departamento de História da UFF, 2007.
- GUERRA, François-Xavier. “Las mutaciones de la identidad en la América Hispánica”. In: *Inventando la nación Iberoamérica. Siglo XIX*. Antonio Annino e François-Xavier Guerra (Coordenadores). México, Fondo de Cultura Económica, 2003, pp. 185-213.
- GUIMARÃES, Manoel Salgado. “Nação e Civilização nos trópicos: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional”. *Estudos Históricos*, n.1, 1988, Rio de Janeiro, FGV, <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/26.pdf>.
- ___, *Historiografia e nação no Brasil*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2011.

- HOBBSAWM, Eric & RANGER, Terence. *A Invenção das Tradições*. – 9ª ed. – São Paulo: Paz e Terra, 2014.
- ___, *Nações e Nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Capítulos de história do Império*. Organização Fernando A. Novais. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. “Balaiada: Construção da Memória Histórica”. *História*, São Paulo, v.24, N.1. p.41-76, 2005, <http://www.scielo.br/pdf/his/v24n1/a03v24n1>.
- KANTOR, Iris. *Esquecidos e Renascidos: Historiografia Acadêmica Luso-Americana (1724-1759)*. São Paulo: Hucitec; Salvador, BA: Centro de Estudos Baianos/UFBA, 2004.
- KODAMA, Kaori. *Os Índios no Império do Brasil: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2009.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.
- LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. “A Criação de um Mito”. *Outros Tempos*, Vol. 2, p. 54-80, WWW.outrostempos.uema.br.
- LIMA, Luiz Costa. “O Campo visual de uma Experiência Antecipadora”. Augusto e Haroldo de Campos. *Re visão de Sousândrade*. – 3ª ed. – São Paulo: Perspectiva, 2002.
- LINS, Ivan. *História do Positivismo no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.
- LISBOA, João Francisco Lisboa. *Jornal de Timon: partidos e eleições no Maranhão*. Introdução e notas: José Murilo de Carvalho. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LOBO, Luiza. *Épica e modernidade em Sousândrade*. – 2ª ed. – Rio de Janeiro: 7Letras, 2005.
- ___, *Tradição e ruptura*. São Luís: Sioge, 1979.
- ___, *Crítica sem juízo*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1993.
- MAGALHÃES, Couto de. *Os selvagens*. Rio de Janeiro: Tipografia da Reforma, 1876.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: HUCITEC, 1987.
- MARTIUS, Karl Friederich Phillipe Von. “Como se deve escrever a história do Brasil”. In: Manoel Luiz Salgado Guimarães. *Livro de Fontes de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2010.

- MAXWELL, Kenneth. *A Devassa da Devassa: a Inconfidência Mineira, Brasil – Portugal, 1750 – 1808*. São Paulo: PAZ E TERRA, 2004.
- MELLO, Maria Tereza Chaves. *Com o arado do pensamento: a cultura democrática e científica da década de 1880 no Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado. PUC-Rio, Departamento de História, 2004.
- ___, *A República Consentida*. Rio de Janeiro: FGV, 2011.
- MICELI, Sergio. *Vanguardas em retrocesso: ensaios de história social e intelectual do modernismo latino-americano*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- MONTEIRO, John Manuel. *Tupis, Tapuias e Historiadores: Estudos de História Indígena e do Indigenismo*. Campinas: Unicamp, tese de concurso para Professor Titular de Etnologia, 2001.
- ___, *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- MORAES, Jomar. *Apontamentos de Literatura Maranhense*. – 2. ed – Maranhão: SIOGE, 1977.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves. “A História para uso da mocidade brasileira”. In: José Murilo de Carvalho (Organizador). *Nação e Cidadania no Império: Novos Horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. – 2ª ed. – Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- POUND, Ezra. *ABC da Literatura*. – 12ª ed. – São Paulo: Cultrix, 1970.
- PRATT, Mary Louise. *Ojos Imperiales: Literatura de Viajes y Transculturación*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2011.
- RIBEIRO, Gladys Sabina. *A Liberdade em Construção: Identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2002.
- RICUPERO, Bernardo. *O romantismo e a ideia de Nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- ROCHA, Marília Librandi. *Maranhão-Manhattan: ensaios de literatura brasileira*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009.
- SAFRANSKI, Rüdiger. *Romantismo: uma questão alemã*. São Paulo: Estação Liberdade, 2010.
- SAID, Edward W. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

- SALLES, Ricardo. *Nostalgia Imperial: escravidão e formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*. – 2ª ed. – Rio de Janeiro: Ponteio, 2013.
- SANTAELLA, Lúcia. *Convergências: poesia concreta e tropicalismo*. São Paulo: Nobel, 1986.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. – 2ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- ___, *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*. – 34ª ed. – São Paulo: Duas Cidades: Editora 34, 2012.
- SILVA, José Bonifácio de Andrade. “Apontamentos para a civilização dos índios bravos do Império do Brasil. In: *Projetos para o Brasil: José Bonifácio de Andrada e Silva*. Org. Miriam Dolhnikoff. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SEVCENKO, Nicolau. *Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. – 2ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- SOUSÂNDRADE, Joaquim de. *O Guesa*. Introdução, organização, notas, glossário, fixação e atualização do texto da edição londrina, Luiza Lobo; Revisão técnica, Jomar Moraes. Rio de Janeiro: Ponteio; São Luís, MA: Academia Maranhense de Letras, 2012.
- TODOROV, Tzvetan. *A Literatura em Perigo*. – 5ª ed. – Rio de Janeiro: DIFEL, 2014.
- TREECE, David. *Exilados, aliados, rebeldes: o movimento indianista, a política indigenista e o estado-nação imperial*. São Paulo: Nankin, 2008.
- TURIN, Rodrigo. “Entre “Antigos” e “Modernos”: notas sobre os usos da comparação no IHGB”. *Revista de História*, Edição Especial, 2010, São Paulo, USP, <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/19141>.
- ___, “Uma nobre, difícil e útil empresa: o *ethos* do historiador oitocentista”. *História da historiografia*, Segundo Volume, 2009, SBTHH/UNIRIO/UFOP, <http://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/4>.
- VELOSO, Caetano. *Verdade tropical*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical: História Cultural e Polêmicas Literárias no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991.
- WHITE, Hayden. *Trópicos do Discurso: Ensaio sobre a Crítica da Cultura*. São Paulo, Editora USP, 2014.

WILLIAMS, Frederick G. *Sousândrade: vida e obra*. São Luís, SIOGE, 1976.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura e Sociedade: de Coleridge a Orwell*. Petrópolis, RJ, Vozes, 2011.